



////////////////////////////////////

RELATÓRIO DE GESTÃO

//////////////////////////////////// 2023 //////////////////////////////////////

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	1
I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	6
2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	6
2.2. ECONOMIA EUROPEIA.....	7
2.3. ECONOMIA PORTUGUESA	8
III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL.....	12
3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL.....	12
3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED'S)	12
3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO”.....	13
3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO.....	13
3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS.....	13
3.2.1.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO	14
3.2.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS.....	14
3.2.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA	15
3.2.1.2.3. ESTALEIROS MUNICIPAIS.....	16
3.2.1.2.4. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS	17
3.2.1.2.5. ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL.....	18
3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	19
3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS.....	19
3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO	20
3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	21
3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO	22
3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES	23
3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS	24
3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	25
3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA”	26
3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA	26
3.2.2.1.1. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	26
3.2.2.1.2. DEFESA DO CONSUMIDOR	27
3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS.....	28
3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS.....	28
3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES	29
3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL	29
3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO	30
3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL.....	31
3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL”	32
3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL	32
3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE.....	32
3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES	33

3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR.....	34
3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES.....	34
3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO.....	35
3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER.....	36
3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL.....	37
3.2.3.3.1. PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL.....	37
3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE”.....	38
3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	38
3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	38
3.2.4.1.2. HABITAÇÃO LOCAL E HABITAÇÃO SOCIAL.....	39
3.2.4.1.3. REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA.....	40
3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS.....	41
3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS.....	41
3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS.....	42
3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU).....	42
3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS.....	44
3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS.....	45
3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.....	46
3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA.....	47
3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	48
IV. ANÁLISE FINANCEIRA.....	49
4.1. BALANÇO.....	49
4.1.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO.....	49
4.1.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	50
4.1.3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO.....	50
4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	51
4.2.1. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS.....	51
4.2.2. EVOLUÇÃO DOS GASTOS.....	52
4.2.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS.....	53
4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	54
4.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	55
4.4.1. LIQUIDEZ GERAL.....	56
4.4.2. LIQUIDEZ REDUZIDA.....	56
4.4.3. LIQUIDEZ IMEDIATA.....	57
4.4.4. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS (ROVN).....	58
4.4.5. RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (RPL).....	58
4.4.6. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (ROA).....	59
4.4.7. AUTONOMIA FINANCEIRA.....	60
4.4.8. SOLVABILIDADE.....	60
4.4.9. ENDIVIDAMENTO.....	61
4.5. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	62
4.5.1. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	62
4.5.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE.....	62

4.5.3. DÍVIDA GLOBAL	63
V. ANÁLISE ORÇAMENTAL	64
5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA	64
5.1.1. IMPOSTOS DIRETOS	65
5.1.2. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	66
5.1.3. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	66
5.1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	67
5.1.5. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES.....	69
5.1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70
5.1.7. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	71
5.1.8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	72
5.1.9. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	72
5.1.10. OUTRAS RECEITAS.....	73
5.2. EXECUÇÃO DA DESPESA.....	74
5.2.1. DESPESAS COM PESSOAL	75
5.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	76
5.2.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS	77
5.2.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	77
5.2.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78
5.2.6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	78
5.2.7. ATIVOS FINANCEIROS.....	79
5.2.8. PASSIVOS FINANCEIROS.....	79
5.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	80
5.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP)	80
5.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)	82
5.6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR).....	83
5.7. INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	84
VI. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)	85
VII. CONTABILIDADE DE GESTÃO	87
VIII. FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	92
IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	92

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - INDICADORES ESTATÍSTICOS - CONJUNTURA NACIONAL (2018-2023)	11
MAPA 2 - INVESTIMENTO NOS RECURSOS HUMANOS - 2023.....	13
MAPA 3 - VIVEIRO DE EMPRESAS - 2023.....	14
MAPA 4 - VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA - 2023	15
MAPA 5 - BENEFICIAÇÃO DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS - 2023	16
MAPA 6 - VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS - 2023.....	17
MAPA 7 - AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS - 2023	19
MAPA 8 - EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO - 2023	20
MAPA 9 - DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - 2023	21
MAPA 10 - MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO - 2023	22
MAPA 11 - TRANSPORTES ESCOLARES - 2023.....	23
MAPA 12 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS - 2023.....	24
MAPA 13 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS - 2023	25
MAPA 14 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - 2023.....	26
MAPA 15 - DEFESA DO CONSUMIDOR - 2023.....	27
MAPA 16 - DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS - 2023	28
MAPA 17 - PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL - 2023	29
MAPA 18 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO - 2023	30
MAPA 19 - PROTEÇÃO CIVIL - 2023.....	31
MAPA 20 - PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE - 2023	32
MAPA 21 - APOIO A ESTUDANTES - 2023	33
MAPA 22 - INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES - 2023	34
MAPA 23 - PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO - 2023	35
MAPA 24 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER - 2023	36
MAPA 25 - PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL - 2023.....	37
MAPA 26 - PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - 2023	38
MAPA 27 - PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL - 2023.....	39
MAPA 27 - PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA - 2023.....	40
MAPA 29 - ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS - 2023	41
MAPA 30 - REMODELAÇÃO DAS REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU) - 2023	43
MAPA 31 - PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS - 2023	44
MAPA 32 - PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS - 2023	45
MAPA 33 - INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - 2023.....	46
MAPA 34 - CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA - 2023.....	47
MAPA 35 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS - 2023	48
MAPA 36 - EVOLUÇÃO DO ATIVO - 2022/2023	49
MAPA 37 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2022/2023	50
MAPA 38 - EVOLUÇÃO DO PASSIVO - 2022/2023	50
MAPA 39 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS - 2022/2023.....	51
MAPA 40 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS - 2022/2023	52
MAPA 41 - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS - 2022/2023	53
MAPA 42 - RESUMO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - 2022/2023	54
MAPA 43 - INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS - 2019/2023	55
MAPA 44 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - 2022/2023.....	62
MAPA 45 - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE - 2022/2023	62

MAPA 46 - DÍVIDA GLOBAL - 2022/2023	63
MAPA 47 - EXECUÇÃO DA RECEITA - 2023	64
MAPA 48 - IMPOSTOS DIRETOS - 2022/2023	65
MAPA 49 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES - 2022/2023	66
MAPA 50 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE - 2022/2023	67
MAPA 51 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2022/2023	67
MAPA 52 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES - 2022/2023	70
MAPA 53 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES - 2022/2023	70
MAPA 54 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO - 2022/2023	71
MAPA 55 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - 2022/2023	72
MAPA 56 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - 2022/2023	73
MAPA 57 - EXECUÇÃO DA DESPESA - 2022/2023	74
MAPA 58 - DESPESAS COM PESSOAL - 2022/2023	75
MAPA 59 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES - 2022/2023	76
MAPA 60 - JUROS E OUTROS ENCARGOS - 2022/2023	77
MAPA 61 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2022/2023	78
MAPA 62 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - 2022/2023	78
MAPA 63 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL - 2022/2023	79
MAPA 64 - PASSIVOS FINANCEIROS - 2022/2023	79
MAPA 65 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - 2023	80
MAPA 66 - PREVISÃO VS EXECUÇÃO DAS GOP - 2023	81
MAPA 67 - EXECUÇÃO DO PPI - 2023	82
MAPA 67 - EXECUÇÃO DAS AMR - 2023	83
MAPA 69 - INDICADORES ORÇAMENTAIS - 2022/2023	84
MAPA 70 - REDUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO - 2023	86
MAPA 70 - CUSTOS POR CENTRO DE CUSTO - 2022/2023	87
MAPA 71 - EXECUÇÃO DAS GOP POR FUNÇÃO 2022/2023	91

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - LIQUIDEZ GERAL - 2019/2023	56
GRÁFICO 2 - LIQUIDEZ REDUZIDA - 2019/2023	57
GRÁFICO 3 - LIQUIDEZ IMEDIATA - 2019/2023	57
GRÁFICO 4 - RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS - 2019/2023	58
GRÁFICO 5 - RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2019/2023	59
GRÁFICO 6 - RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO - 2019/2023	59
GRÁFICO 7 - AUTONOMIA FINANCEIRA - 2019/2023	60
GRÁFICO 8 - SOLVABILIDADE - 2019/2023	61
GRÁFICO 9 - ENDIVIDAMENTO - 2019/2023	61
GRÁFICO 10 - REPARTIÇÃO DA RECEITA - 2023	65
GRÁFICO 11 - REPARTIÇÃO DA DESPESA - 2023	75
GRÁFICO 12 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2023	80
GRÁFICO 13 - PREVISÃO VS EXECUÇÃO DAS GOP - 2023	81
GRÁFICO 14 - FUNDOS DISPONÍVEIS - 2023	85

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O “Relatório de gestão e os documentos de prestação de contas de 2023”, que se apresentam demonstram o ponto de situação do Município ao nível da contabilidade orçamental, financeira e de gestão.

Assente na premissa “Borba faz bem!”, a linha de atuação do Executivo, explanada nas “Opções do Plano 2023-2027 e no Orçamento Municipal 2023” assentou em quatro pilares estratégicos definidos pelo Executivo:

- a) *Emprego e desenvolvimento* - Assumindo como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.
- b) *Aprofundamento da democracia* - Tendo como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as Freguesias e a articulação com as associações e coletividades do concelho.
- c) *Justiça social* - Comprometendo-nos com a promoção da justiça social, com o apoio aos mais necessitados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas, e onde o trabalho efetuado pela Rede Social de Borba muito tem contribuído com as atividades desenvolvidas e o apoio prestados aos mais carenciados.
- d) *Planeamento, ecologia e ambiente* - Tendo como objetivos principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar resolver os maiores problemas ambientais que assolam o concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

No que respeita à contabilidade orçamental, no ano de 2023, o Município cobrou receitas, em montante superior a 11,25 milhões de EUR¹ (execução orçamental próxima dos 95%) e pagou despesas em montante próximo dos 11 milhões de EUR (execução orçamental próxima dos 92%), o que demonstra, pelas elevadas taxas de execução orçamental alcançadas, que o Município aprovou “Documentos previsionais”, de acordo com as suas reais capacidades de execução.

A “Dívida total orçamental” do Município (definida pelo RFALEI²), no início de 2023, assumia um montante ligeiramente superior a 5,2 milhões de EUR, diminuiu durante o ano em montante próximo dos 440.000 EUR, importando assim, no final de 2023, em montante inferior aos 4,8 milhões de EUR.

¹ **Código ISO**, para uso do substantivo “euros”, de acordo com as regras de escrita das referências monetárias (Ponto 7.3.3. do Código de Redação Interinstitucional da Comissão Europeia).

² **Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais**, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, pela Lei n.º 29/2023, de 4 de julho e pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro.

No que respeita à contabilidade financeira a situação mais preocupante respeita aos resultados líquidos do exercício que se mantém em terreno negativo e sem apresentação de tendência para melhorarem significativamente, pese embora os mesmos sejam um reflexo das enormes competências a que o Município tem que fazer face, principalmente nos períodos de maiores dificuldades para as famílias, instituições e empresas.

Ao longo do ano foi nossa intenção aproveitar as oportunidades de cofinanciamento do “Portugal 2020”³, do PRR⁴ e de outros programas de apoio existentes, com vista a impulsionar a reabilitação urbana, conservar o património histórico, marcar novas centralidades, incrementar novas dinâmicas empresariais, valorizar os recursos endógenos, promover a coesão social e a inclusão, incrementar o emprego, combater as tendências de abandono escolar precoce, valorizar os equipamentos municipais, criar dinâmicas em rede que fortaleçam novas vertentes turísticas, em articulação com outros atores no território.

Para o efeito, nos últimos anos executámos um conjunto de candidaturas, de modo a aproveitar as oportunidades de cofinanciamento do quadro comunitário e distintos programas de apoio, tendo-se iniciado o procedimento de encerramento da maioria das mesmas em 2023, de onde destacamos:

- Ao nível do **“Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba”**, no Eixo Prioritário da “Coesão Social e Inclusão”:
 - A **“Reabilitação do Celeiro da Cultura”**, com investimento próximo dos 380.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
 - A **“Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e a Criação de um Centro de Artes e Ofícios”**, com investimento superior a 150.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
 - A construção do **“Centro de Interpretação da Guerra da Restauração”**, com investimento próximo dos 240.000 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Borba”**, no Eixo Prioritário da “Coesão Social e Inclusão”:
 - A construção da **“Casa Social de Borba (Casa de Acolhimento Temporário)”**, com investimento próximo dos 135.000 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Programa Operacional Regional Alentejo 2020”**, no Eixo Prioritário da “Competitividade e Internacionalização”:
 - A infraestruturização do **“Pólo Industrial e de Apoio à Agricultura da Orada”**, com investimento superior a 305.000 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Programa Operacional Inclusão Social e Emprego”**, no Eixo Prioritário do “Ensino e qualificação do capital humano”:
 - A execução do **“Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais”**, com investimento próximo dos 85.000 EUR e cofinanciamento de 85%.

3 Acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

4 Plano de Recuperação e Resiliência, que se afirma como um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

- Ao nível do **“Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMAC”**, por via do Programa Operacional Regional do Alentejo:
 - A construção do **“Viveiro de Empresas”**, no Eixo Prioritário do “Emprego e Valorização Económica de Recurso Endógeno”, com investimento próximo dos 200.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
 - A **“Modernização dos Recursos TIC no Pré-escolar e 1º Ciclo das Escolas de Rio de Moinhos e Orada”**, no Eixo Prioritário “Ensino e qualificação do capital humano”, com investimento próximo dos 35.000 EUR e cofinanciamento de 85%.
- Ao nível do **“Programa Valorizar”**, no âmbito da “Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior”:
 - A construção do **“Centro de Cycling de Borba”**, em Rio de Moinhos, no âmbito da “Rede de Dinamização da Rede Integrada de Centros BTT”, com investimento superior a 115.000 EUR e incentivo de cerca de 74.000 EUR;
 - A construção da **“Área de Serviço de Autocaravanas de Borba”**, no âmbito da “Rede de Apoio ao Autocaravanismo no Alentejo e Ribatejo”, com investimento superior a 260.000 EUR e incentivo de cerca de 100.000 EUR.
- Ao nível do **“Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública”**, com recurso ao Fundo Ambiental:
 - A **“Aquisição de quadriciclo elétrico e carregador semirrápido”**, destinado aos serviços de ambiente e limpeza urbana, com investimento superior a 38.500 EUR e apoio na ordem dos 17.750 EUR
 - A **“Aquisição de viatura elétrica ligeira de passageiros e carregador semirrápido”**, destinada aos serviços, com investimento superior a 42.000 EUR e apoio na ordem dos 17.750 EUR.
- Ao nível do **“Programa de concessão de incentivos financeiros para a construção e a modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO)”**, com apoio do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas:
 - A construção do **“Centro de Recolha Oficial de Animais de Borba”**, com investimento próximo dos 400.000 EUR, com incentivo financeiro na ordem dos 50.000 EUR.

Ao longo do ano continuámos a investir no Concelho, nas Pessoas, nas Freguesias, nos apoios ao Associativismo e à Proteção Civil, aos Estudantes, às Famílias mais carenciadas e a todos quantos as nossas competências nos permitiram.

Estivemos e estamos ao lado dos borbenses, ativa e solidariamente, com políticas de proximidade e vamos continuar a procurar garantir uma gestão rigorosa e eficiente, privilegiando a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Borba faz bem!

Borba, 31 de março de 2024

O Presidente da Câmara Municipal



(António José Lopes Anselmo)

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A reforma da contabilidade e contas públicas surgiu no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP⁵) e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO⁶) abriram caminho, com vista à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um importante modelo de normalização contabilística, implicando alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, pelo que só no ano de 2020 se avançou efetivamente com a sua aplicação.

Os documentos de prestação de contas são, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 76.º do RFALEI⁷, apreciados pelo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, devendo, para o efeito, ser acompanhados, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no art.º 77.º do RFALEI.

Desta forma, **documentos de prestação de contas 2023**, em conformidade com o disposto na alínea *j*)⁸ do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro⁹, e perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, em consonância com a alínea *l*) do n.º 2 do artigo 25.º do referido regime, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central, estão elaborados segundo as regras e princípios definidos no

⁵ **SNC-AP**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

⁶ **LEO**, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro, pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto, pela Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto e pela Lei n.º 10-B/2022, de 28 de abril.

⁷ **Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais**, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, pela Lei n.º 29/2023, de 4 de julho e pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro.

⁸ **RJAL** - "Artigo 33.º - Competências materiais: 1- Compete à câmara municipal: [...] *j*) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal"

⁹ **Regime Jurídico das Autarquias Locais**, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (com Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro), alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro e pela Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro, pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro.

SNC-AP [nomeadamente a Estrutura Conceptual (EC¹⁰), a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27¹¹), a Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26¹²) e a Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1¹³)], e apresentados em conformidade com o estabelecido pelo Tribunal de Contas¹⁴, pelo que os referidos documentos contemplam:

- O **Relatório de Gestão 2023**, em conformidade com a NCP 27, que consiste na narrativa das atividades do Município, em consonância com a sua missão e objetivos nos mais diversos domínios. No mesmo são relatadas as questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras, explicando-se a respetiva influência sobre as mesmas, onde se inclui a explicação sobre o apuramento do resultado líquido do exercício e respetiva proposta de aplicação do mesmo;
- As **Demonstrações Orçamentais 2023**, em conformidade com a NCP 26, que se traduzem numa representação estruturada da execução e desempenho orçamental do Município, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos, contendo como principais demonstrações orçamentais de relato: Demonstração de desempenho orçamental, Demonstração de execução orçamental da receita, Demonstração de execução orçamental da despesa, Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e Anexo às demonstrações orçamentais;
- As **Demonstrações Financeiras 2023**, em conformidade com a NCP 1, dando a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do Município, com base, em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos, outras alterações no património líquido e fluxos de caixa, contendo como principais demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido, Demonstração de fluxos de caixa e Anexo às demonstrações financeiras;
- Os **Outros Documento 2023**, integrando os Mapas modelo para o Tribunal de Contas, as Certidões de Receita, Responsabilidades de Crédito, Certidões e Extratos Bancários, Normas de Controlo Interno e de Execução do Orçamento e as Declarações e Mapas no âmbito da LCPA¹⁵;
- O **Inventário 2023** dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, em conformidade com a NCP 10, que deverá ser alvo de avaliação e aprovação.

10 EC - Estrutura conceptual da informação financeira pública.

11 NCP 27 - Contabilidade de Gestão.

12 NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

13 NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

14 Nos termos da **Instrução n.º 1/2019** - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 46, de 6 de março de 2019 e da **Resolução n.º 3/2023** do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2024, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 9, de 12 de janeiro de 2024.

15 **Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Segundo o quarto Boletim Trimestral da Economia Portuguesa de 2023, elaborado, em conjunto, pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, *“O ano de 2023 foi marcado pela continuação da guerra Rússia-Ucrânia e pelo surgimento de um novo conflito no Médio Oriente, entre Israel e o Hamas, em outubro, resultando num aumento da incerteza no panorama geopolítico internacional com um elevado potencial de desestabilização de maior impacto nos preços de energia e na confiança dos agentes económicos. A economia mundial (G20) desacelerou, com exceção dos EUA, China e Japão, tendo esta desaceleração sido particularmente acentuada na área do euro. A taxa de inflação abrandou na área do euro e nos EUA, refletindo os efeitos de uma política monetária restritiva.”*

Segundo este documento *“Na área do euro, o indicador de sentimento económico melhorou no final de 2023 (o melhor nível desde maio), evolução comum a todos os indicadores de confiança, com especial incidência nos serviços e nos consumidores, apesar de se manter abaixo da média de longo prazo. Por seu lado, o índice PMI composto de sentimento empresarial voltou a cair em dezembro de 2023 (para 47 pontos) e consolidou-se abaixo do limiar de 50 que divide a zona de contração da de expansão, refletindo a contração da atividade económica privada, liderada pela indústria transformadora e acompanhada por um agravamento do indicador dos serviços.”*

No que respeita ao IPC é apontado que *“A inflação apresentou uma trajetória descendente na generalidade das economias avançadas ao longo de 2023, após ter atingido, em 2022, um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA. Esta evolução reflete a conjugação dos efeitos da política monetária restritiva e o fim dos estrangulamentos globais. Nos EUA, a inflação desacelerou para 3,1% em termos homólogos em novembro de 2023, que compara com 6,4% no início do ano e, a inflação subjacente manteve-se em 4% devido ao comportamento dos preços das rendas. No conjunto dos 11 primeiros meses de 2023, a inflação nos EUA situou-se em média, em 4,2% (8% no ano de 2022). Na área do euro, o ritmo de crescimento dos preços nos consumidores acelerou ligeiramente para 2,9% em termos homólogos em dezembro de 2023 (2,4% em novembro), de acordo com a estimativa preliminar, interrompendo a descida registada entre maio e novembro, em resultado da quebra menos pronunciada dos preços de energia (de -11,5% em novembro, para -6,7% em dezembro) e ao prosseguimento da aceleração dos preços de bens alimentares não transformados. Pelo contrário, a taxa de inflação subjacente, excluindo os produtos mais voláteis, continuou a diminuir, para 3,4% em dezembro de 2023 (comparado com o máximo de 5,7% atingido em março de 2023). No conjunto do ano de 2023, a taxa de inflação da área do euro desceu para 5,5% (8,4% em 2022) com destaque para a redução de 1,4% dos preços de energia (aumento de 37% em 2022). Porém, a taxa de inflação subjacente aumentou para 5%, em média, no conjunto do ano de 2023 (3,9% em 2022).”*

No que à incerteza respeita, é ainda aferido que *“Os mercados financeiros internacionais e de matérias-primas continuaram voláteis, e dominados pela incerteza em torno da instabilidade do panorama geopolítico global associado aos efeitos negativos do possível alastramento do conflito no Médio Oriente e à continuidade da guerra Rússia-Ucrânia. No entanto, a expectativa de viragem da política monetária na*

generalidade das economias avançadas, tornando-se menos restritiva, contribuiu para a recuperação dos ganhos bolsistas internacionais e para a depreciação do dólar norte americano. Com efeito, nos EUA e na área do euro, os índices aumentaram para quase 14% e perto de 20% em termos homólogos, respetivamente no final de 2023 (-9% e -12% em termos homólogos, respetivamente, no final de 2022) e o euro valorizou-se para 1,11 dólares no final de 2023 (1,017 no final de 2022).”

Sobre a normalização da política monetárias mundial é ainda referido que “As taxas de juro de curto e longo prazo dos EUA e da área do euro apresentaram uma tendência ascendente ao longo de 2023, particularmente acentuado nas de curto prazo, traduzindo o processo de orientação restritiva da política monetária em ambos os lados do Atlântico. Contrariamente ao sucedido em 2022, as taxas de juro de curto prazo ficaram, em média, acima das de longo prazo (yields a 10 anos) podendo sinalizar o futuro abrandamento económico ou mesmo o surgimento de uma situação recessiva na área do euro.”

2.2. ECONOMIA EUROPEIA

De acordo com as previsões económicas de inverno de 2024 da Comissão Europeia, verifica-se “algum atraso na recuperação do crescimento, num contexto de abrandamento mais rápido da inflação”.

Assim, refere a Comissão, que a “Quase um ano após o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a economia da UE entrou em 2023 em melhores condições do que o previsto no outono. As previsões intercalares do inverno apontam para perspectivas de crescimento para este ano de 0,8 % na UE e de 0,9 % na área do euro. Prevê-se [...] que a recessão técnica anunciada [...] seja evitada, por pouco, na UE e na área do euro. As previsões também reveem em baixa as perspectivas de inflação, tanto para 2023 como para 2024.”

Segundo o documento, “As previsões intercalares do inverno da Comissão Europeia reveem o crescimento, tanto na UE como na área do euro, para 0,5 % em 2023, o que compara com os 0,6 % projetados nas previsões do outono”

Segundo o documento “Em 2023, o crescimento foi travado pela erosão do poder de compra das famílias, pela política monetária fortemente restritiva, pela retirada parcial dos apoios orçamentais e pela queda da procura externa. Tendo evitado por pouco uma recessão técnica no segundo semestre.”

Aponta o documento que “A descida da inflação nominal em 2023 foi mais rápida do que o previsto, em grande medida impulsionada pela diminuição dos preços da energia. Dada uma certa estagnação da atividade, o abrandamento das pressões de preço no segundo semestre do ano passado alargou-se a outros bens e serviços. Os resultados da inflação inferiores ao previsto nos últimos meses, a diminuição dos preços das matérias-primas energéticas e um dinamismo económico mais fraco colocaram a inflação numa trajetória de descida mais acentuada do que o previsto nas previsões do outono.”

As previsões da Comissão apontam ainda que “A nível interno, os riscos para as projeções de base ligadas ao crescimento e à inflação estão relacionados com o facto de o consumo, o crescimento dos salários e as margens de lucro poderem ter um desempenho inferior ou superior às expectativas, bem como ao tempo durante o qual as taxas de juro irão permanecer elevadas. Os riscos climáticos e a frequência crescente de fenómenos meteorológicos extremos continuam também a colocar problemas.”

2.3. ECONOMIA PORTUGUESA

Segundo o quarto Boletim Trimestral da Economia Portuguesa de 2023, elaborado, em conjunto, pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, “Nos primeiros três trimestres de 2023, a economia portuguesa apresentou um desempenho favorável, mas em desaceleração. O PIB registou uma variação homóloga, em termos reais, de 2,3%, o que compara com 2,6% no primeiro semestre e 2,5% no primeiro trimestre. Esta variação resulta de uma queda em cadeia de 0,2% no terceiro trimestre, após o crescimento de 1,5% e 0,1% no primeiro e segundo trimestres, respetivamente. O crescimento homólogo do PIB refletiu o decréscimo do contributo positivo da procura externa líquida para 1,4 p.p. (2,6 p.p. no primeiro trimestre e 2,2 p.p. no primeiro semestre). Esta redução foi parcialmente compensada pelo comportamento inverso da procura interna que atingiu um contributo de 0,9 p.p. nos três primeiros trimestres do ano, após contributos de -0,1 p.p. e 0,4 p.p., no primeiro trimestre e no primeiro semestre, respetivamente. Quando comparada com a dos restantes países da área do euro, a taxa de crescimento homóloga do PIB nos primeiros três trimestres do ano é a quarta mais elevada, atrás apenas das de Malta, de Espanha e do Chipre.”

No que à procura interna respeita, segundo o documento, “A evolução da procura interna refletiu a aceleração do consumo público e uma melhoria do investimento. Face ao primeiro semestre, nos três primeiros trimestres de 2023 o consumo privado desacelerou ligeiramente de um crescimento homólogo de 1,3% para 1,1%, enquanto o consumo público continuou a acelerar, em termos homólogos, para 0,9% (mais 0,4 p.p. que no primeiro semestre). O investimento, ainda que praticamente estagnado, registou pela primeira vez no ano um crescimento, cifrando-se em 0,1% nos três primeiros trimestres (tinha caído 4,5% no primeiro trimestre e 2,5% no conjunto do primeiro semestre).”

Assim, refere o estudo desenvolvido que “As exportações e as importações prosseguiram uma trajetória de desaceleração. A evolução da procura externa líquida refletiu uma desaceleração das exportações, que cresceram 5,1% nos primeiros três trimestres do ano (o que compara com um crescimento de 11% no primeiro trimestre e de 7,8% no primeiro semestre), bem como das importações que desaceleraram para 1,9% (4,7% no primeiro trimestre e 2,8% no primeiro semestre). As exportações de bens cresceram apenas 0,9%, após crescerem 2,9% no primeiro semestre, uma dinâmica que se verificou, ainda que noutra escala, nas exportações de serviços que desaceleraram de 18,4% no primeiro semestre para 14,1% nos três primeiros trimestres de 2023. No que concerne às importações, registou-se uma desaceleração tanto na componente de bens (de 2,2% no primeiro semestre para 1,3% nos três primeiros trimestres) como na de serviços (de 6,1% para 4,9%).”

Com esta conjuntura, apurou-se que “Os setores de transportes, atividades de informação e comunicação (9%) e de comércio, alojamento e restauração (5,4%) foram os que mais cresceram nos primeiros três trimestres. Em sentido oposto, a agricultura e a indústria foram os setores onde se registou uma maior redução do VAB, de 3,6% e 3%, respetivamente, o que compara com as reduções, no primeiro semestre, superiores na agricultura (-4,4%) mas inferiores na indústria (-2%). É ainda de salientar a trajetória de recuperação do VAB da construção, que passou de uma redução de 2,8% e 0,2% no primeiro trimestre e no primeiro semestre, respetivamente, para um crescimento acumulado de 1% nos três primeiros trimestres.”

No que respeita ao Índice de produção industrial (IPI), verificou-se que “voltou a cair 1,1% em novembro, após recuperar em outubro. O índice tem vindo a registar variações homólogas negativas desde março, com exceção do mês de outubro, onde após a queda de 7,4% de setembro, o IPI cresceu 0,6%. Em novembro, à exceção do agrupamento da energia, que registou um crescimento homólogo de 7,4%, os restantes agrupamentos industriais registaram variações homólogas negativas, tendo o setor dos bens de consumo não duradouros registado a maior quebra de produção (-3,9%).”

Por outro lado, “Em dezembro, a confiança dos consumidores e o indicador de clima económico recuperaram. O indicador de confiança dos consumidores aumentou em dezembro, após ter diminuído nos quatro meses anteriores, em linha com o comportamento da média da área do euro. Esta evolução resultou do contributo positivo de todas as suas componentes. Do lado da oferta, a recuperação do indicador de clima económico em novembro e dezembro o aumento da confiança no comércio e nos serviços, tendo diminuído na indústria e na construção. No entanto, a confiança na construção mantém um prémio em Portugal face à área do euro, enquanto nos restantes setores se encontram muito semelhantes.”

No que ao turismo respeita, apurou-se que “A atividade turística se manteve robusta em 2023, mas com alguns sinais de desaceleração. Os dados disponíveis para os primeiros onze meses do ano revelam que o número de hóspedes e o número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a manter-se bem acima dos níveis pré-pandémicos. Em termos homólogos, registaram-se crescimentos de 13,4% e 10,8%, respetivamente. Comparativamente aos primeiros onze meses de 2019, os aumentos foram de 10,5% e 9,7%, pela mesma ordem. Por países de origem, o principal mercado mantém-se o britânico (quota de 18,6%), seguido do alemão (11,3%). São, no entanto, os mercados americano e canadiano que experienciaram maiores ganhos de quota de mercado face a 2019 (mais 3 p.p. e mais 0,7 p.p., respetivamente), com crescimentos acumulados de 69,6% e 49%, respetivamente. Portugal, que em agosto acolheu a Jornada Mundial da Juventude e atingiu os valores mensais mais elevados de sempre (3,5 milhões de hóspedes e 10,1 milhões de dormidas), tem no acumulado até novembro os maiores valores de hóspedes e dormidas de que há registo.”

Por sua vez, o “O consumo privado aumentou 1,1% em termos homólogos reais nos primeiros três trimestres de 2023, revelando uma trajetória de desaceleração face a 2022. O crescimento do consumo privado deveu-se principalmente ao contributo dos bens duradouros (contributo de 0,7 p.p., associado a uma taxa de crescimento de 7,9%), superior ao contributo dos bens não duradouros (cuja variação homóloga foi de 0,4%, com um contributo 0,4 p.p.).”

Assim, a “taxa de poupança aumentou no terceiro trimestre de 2023, fixando-se nos 6,6%. Este aumento de 1,2 p.p. face primeiro trimestre do ano, onde se registou o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2008, manteve a recuperação da taxa de poupança começada no segundo trimestre do ano, onde se interrompeu a trajetória de desaceleração iniciada no segundo trimestre de 2021. Face ao trimestre anterior, a poupança das famílias aumentou em 14,9%, fruto do crescimento das despesas de consumo final (1,1% em termos nominais) ter sido inferior ao crescimento do rendimento disponível bruto de 1,9%.”

No que ao investimento diz respeito, importa entender que este “praticamente estagnou nos primeiros três primeiros trimestres de 2023 em termos homólogos (0,1%), seguindo a tendência de desaceleração registada desde 2021 em idênticos períodos. Contudo, no terceiro trimestre de 2023 registou-se uma

variação homóloga de 5,7% (variação em cadeia de 3,9%), face às variações negativas, tanto homólogas como em cadeia, verificadas nos trimestres anteriores deste ano. Nestes primeiros três trimestres, a formação bruta de capital fixo (FBCF) registou um crescimento de 2,4%, com todas as suas componentes contribuído positivamente para esta evolução, tendo a variação de existências contribuído para a estagnação do investimento.”

Aponta ainda o documento que “O setor da construção tem assistido a um abrandamento dos custos totais no que concerne a construção de habitação nova, tendo este sido fortemente impulsionado pela diminuição dos custos relativos aos materiais, a qual atingiu, em novembro de 2023, uma variação negativa de 2,3% em termos homólogos. Por seu lado, registou-se um aumento dos custos associados à mão de obra, que têm demonstrado uma aceleração em termos homólogos acumulados nos primeiros 11 meses de 2023 (8,2%; 6,2% em período idêntico de 2022). Analisando os resultados relativos ao inquérito mensal de conjuntura à construção e obras públicas, em 2023, a dificuldade em contratar pessoal continua a ser o fator limitativo mais relevante e a preocupar cada vez mais empresas (em média, 70,3% das empresas em 2023, face a 64,6% das empresas em 2022) e a falta de materiais e/ou equipamento continua a ser o segundo fator mais limitativo (32,4% das empresas). Contudo, dada a respetiva trajetória desde 2021, as limitações associadas às taxas de juro estão na iminência de se tornar a segunda maior fonte de preocupação das empresas (32,3% das empresas, em média em 2023, face a 3,3% em 2021). As licenças de construção mantiveram a tendência decrescente nos primeiros 11 meses do ano (9,4% em termos homólogos acumulados), enquanto as vendas de cimento, com um crescimento médio em termos homólogos de 1,3% no segundo semestre, inverteram a tendência registada no primeiro semestre (-5,7%). Nos primeiros dez meses de 2023, os valores dos concursos de empreitadas de obras públicas promovidas e dos contratos de empreitadas cresceram, em termos homólogos acumulados, 73,4% e 33%, respetivamente.”

No que ao emprego respeita, apurou-se que “A taxa de desemprego, no terceiro trimestre de 2023, manteve-se face ao trimestre anterior (6,1%), estando 1,1 p.p. abaixo do verificado no primeiro trimestre. Não obstante esta evolução, nos primeiros nove meses de 2023, face ao período homólogo, a taxa de desemprego apresentou-se 0,5 p.p. mais elevada (6,5%, face a 6%), o que equivaleu a um aumento de cerca de 33,3 mil desempregados, sobretudo na situação de à procura de novo emprego. Em termos de fluxos, nestes nove meses, passaram da situação de emprego para desemprego mais 58,4 mil pessoas que no período homólogo; por contraposição, transitaram do desemprego para o emprego mais 47,6 mil pessoas. Registou-se, concomitantemente, um aumento da população ativa, tendo passado da inatividade para a atividade mais 57,8 mil pessoas, e da atividade para a inatividade apenas mais 4,3 mil pessoas. A taxa de subutilização, nos primeiros três trimestres de 2023 (11,7%), registou um aumento face ao período homólogo de 0,2 p.p., sobretudo em função do aumento do desemprego.”

No que concerne aos preços, a “Inflação voltou a estar abaixo dos 2%, pela primeira vez desde outubro de 2021. A partir do mês de novembro, a inflação medida pela variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC), de 1,5%, voltou a estar abaixo do objetivo de inflação de 2% no médio prazo definido pelo Banco Central Europeu. No último mês do ano, assistiu-se novamente a uma desaceleração da inflação para 1,4%, constituindo por isso o quarto mês consecutivo de desaceleração. Assim, no último trimestre de

2023, a inflação foi de 1,7% (menos 1,8 p.p. que no trimestre anterior), enquanto no conjunto do ano de 2023, esta foi de 4,3%.”

No que ao dinamismo empresarial diz respeito, verificou-se que “O número de novas empresas em Portugal, até ao final do terceiro trimestre de 2023, cresceu face ao período homólogo e ao período pré-pandemia. Nos três primeiros trimestres de 2023, o número de novas empresas registadas (37 821) apresentou um crescimento de 7,6% (vha) e de 3,4% face ao verificado no período homólogo de 2019 (36 577). Comparativamente ao mesmo período pré-pandemia, o setor dos transportes e armazenagem foi o que mais cresceu (mais 47,6%, com 4 763 constituições), seguido do setor das atividades imobiliárias (mais 18,2% e 3 978 empresas criadas). A indústria, comércio e alojamento e restauração apresentaram reduções de 23,3%, 12,5% e 2,7%, respetivamente, face aos três primeiros trimestres de 2019. No terceiro trimestre de 2023, Portugal cresceu 4,6% face ao período homólogo, ficando abaixo do crescimento da área do euro em termos de novas empresas criadas.”

Para finalizar, ao nível das Finanças Públicas, o “Excedente orçamental de 3,3% do PIB. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2023, o saldo das administrações públicas situou-se em 6594 milhões de euros, o que compara com 4619 milhões de euros, no mesmo período de 2022 (2,6% do PIB). Esta melhoria resultou de um aumento da receita (em 9,3%) superior ao da despesa (7,2%).”

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores estatísticos, que servem como referência, para o período 2018 a 2023, e que assumem dados retirados da conjuntura nacional, sob a responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), datada de 13/01/2024.

Mapa 1 - Indicadores Estatísticos - Conjuntura Nacional (2018-2023)

INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produto Interno Bruto	2,80%	2,70%	-8,30%	5,50%	6,70%	2,20%
Consumo Privado	2,60%	3,30%	-7,00%	4,70%	5,70%	1,10%
Consumo Público	0,60%	2,10%	0,30%	4,60%	2,40%	2,00%
Procura Interna	3,20%	3,10%	-5,40%	5,60%	4,50%	1,00%
Formação Bruta Capital Fixo (Investimento)	6,20%	5,40%	-2,20%	8,70%	2,70%	1,30%
Exportações	4,10%	4,10%	-18,60%	13,40%	16,70%	4,30%
Importações	5,00%	4,90%	-11,80%	13,20%	11,00%	1,80%
Índice Harmonizado de preços no consumidor	1,20%	0,30%	-0,10%	0,90%	8,10%	5,30%
Taxa de desemprego	7,20%	6,60%	7,00%	6,60%	6,00%	6,70%

III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL

3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL

As “Opções do Plano 2023-2027 e Orçamento Municipal 2023” basearam-se na estratégia de desenvolvimento local prosseguida pelo Município, apostando na implementação de medidas com vista a elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento do Concelho, aprofundar a democracia, incrementar a justiça social e promover o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque no planeamento, ecologia e ambiente. Para o efeito, foi definida a seguinte visão estratégica central: **“Borba faz bem!”**.

3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED’S)

A prossecução da visão estratégica central, essencial para assegurar o sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial do Concelho, foi assegurada pela concretização das seguintes quatro linhas estratégicas de desenvolvimento:

3.2.1. Emprego e desenvolvimento, que assumiu como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

3.2.2. Aprofundar a democracia, que assumiu como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as freguesias e a articulação com as associações e coletividades do Concelho.

3.2.3. Justiça social, que assumiu como finalidades principais a promoção da justiça social, com o apoio aos mais carenciados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas.

3.2.4. Planeamento, ecologia e ambiente, que assumiu como finalidades principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar dar resolução aos maiores problemas ambientais que assolam o Concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Em termos de execução física, em todas as linhas estratégicas de desenvolvimento, tornou-se imperativo iniciar alguns projetos no ano de 2023, enquanto outros foram equacionados para virem a ser desenvolvidos ao longo de um horizonte temporal mais lato, permitindo aproveitar as oportunidades de cofinanciamento do Portugal 2030¹⁶, do PRR¹⁷ e outros, garantindo o respeito pela LCPA¹⁸ e demais legislação aplicável.

16 Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil M€. A programação é feita em torno de 5 objetivos estratégicos da UE: uma Europa + inteligente, + verde, + conectada, + social e + próxima dos cidadãos e implementadas através de 12 programas: 4 temáticos (Pessoas 2030, COMPETE 2030, Sustentável 2030 e Mar 2030); 5 Regionais (Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030); 2 das Regiões Autónomas (Açores 2030 e Madeira 2030) e o Programa de Assistência Técnica (PAT 2030).

17 Plano de Recuperação e Resiliência, que se afirma como um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

18 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO”

O Município assumiu o propósito estratégico de implementar de medidas geradoras de emprego e dinamizar projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho. Este desígnio estratégico convergiu para três dimensões fundamentais:

- 3.2.1.1 Implementação de medidas geradoras de emprego;
- 3.2.1.2 Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente, e através de parcerias;
- 3.2.1.3 Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO

3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS

Para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja exequível é essencial que o Município reconheça que, por si só, não é possível implementar a mesma, sendo necessário encetar medidas, em parceria, com outras entidades, competentes, com experiência e condições para execução da mesma.

Ainda assim, em 2023, procuraram-se soluções para o emprego no Concelho, e apesar da margem existente para a contratação de pessoal não ter sido a mais favorável, uma vez que as “Despesas com pessoal” representaram mais de 45% das “Despesas totais” executadas no ano.

Efetivamente, esta opção representou um custo expressivo, que se entende assumir como investimento no desenvolvimento do Concelho, uma vez que as despesas com pessoal, no orçamento de 2023 se inscreveram em cerca de 4,8 milhões de euros, tendo ao longo do ano sido corrigidas para cerca de 5 milhões de euros, com uma taxa de execução de cerca de 99%.

Importa referir que as despesas com pessoal têm ao longo dos últimos 6 anos assumido montantes consideráveis, nomeadamente, 3,28 milhões de euros em 2018; 3,67 milhões de euros em 2019; 3,66 milhões de euros em 2020; 3,90 milhões de euros em 2021; 4,38 milhões de euros em 2022 e 4,92 milhões de euros em 2023, demonstrando-se assim o investimento que o Município assumiu, por si só, com vista à promoção e implementação de medidas geradoras de emprego no Concelho.

Importa ainda acrescentar que algumas destas despesas apresentam contrapartidas financeiras, nomeadamente, as relacionadas com pessoal descentralizado em matéria de Educação, Saúde e Ação Social, bem, como com emprego apoiado, com contratos emprego-inserção e com pessoal afeto a projetos cofinanciados. Assim, em 2023, o Município executou cerca de 4,93 milhões de EUR em “Despesas com pessoal”, dos 4,77 milhões de EUR previstos em orçamento inicial, conforme mapa seguinte.

Mapa 2 - Investimento nos Recursos Humanos - 2023

Projeto			Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano / T / N.º	Econ.	Inicial	Corrigido	Executado	
Despesas com Pessoal	-	01	4 772 360 €	4 974 990 €	4 924 172 €	99%

3.2.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO

3.2.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS

Submeteu o Município, em março de 2019, uma candidatura¹⁹, ao POR Alentejo²⁰ 2020, no Eixo Prioritário de Emprego e Valorização Económica do Recurso Endógeno, inserida no Plano Estratégico dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com investimento inicial estimado de 100.158 EUR, com cofinanciamento FEDER de 85%, com vista à criação, em Borba, de um Viveiro de Empresas.

Pretende-se com este investimento criar uma estrutura de apoio e incentivo aos novos empreendedores no arranque das suas empresas, disponibilizando locais para escritório/sede e equipamentos relacionados com a logística da empresa (telefone, internet, fotocopiadora e apoio administrativo).

O projeto tem como objetivos o desenvolvimento económico concelhio, o apoio aos jovens e às empresas, procurando dar resposta à necessidade de promoção do empreendedorismo e de iniciativas empresariais.

O Viveiro com espaço de *Cowork*²¹, constitui-se como um equipamento de apoio a novas empresas, proporcionando condições técnicas facilitadoras de instalação, com o objetivo de modernizar, diversificar e ampliar o tecido empresarial, proporcionando a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados.

A implementação física do Viveiro de Empresas foi destinada para o Mercado Municipal, de modo a dotar também este equipamento de novas valências. O espaço conta com aproximadamente 250 m², existindo no mesmo 5 gabinetes individuais, uma sala de formação/reuniões e um espaço comum de acesso.

Os gabinetes assumem entre 15 e 22 m², encontram-se completamente equipados e dotados de infraestruturas tecnológicas como telefone VoIP²², acesso internet por fibra e servidor de rede comum. A sala de reuniões/formação tem espaço para reuniões até 12 pessoas e formação até 15.

Em 2023 foi reajustada a operação, com vista a atualizar as suas características, de acordo com as novas condições de mercado (atualização dos valores das matérias primas) e novas necessidades (climatização, fibra ótica e estores para melhor isolamento solar), tendo-se optado por ajustar o investimento para pouco mais de 200.000 EUR, garantido o cofinanciamento de 85% por parte do Programa Operacional.

A operação foi executada até final do ano de 2023, de forma a garantir o cofinanciamento por parte do quadro comunitário, com investimento próximo dos 200.000 EUR, de acordo com o orçamento corrigido e uma taxa de execução de 99%, conforme mapa seguinte.

Mapa 3 - Viveiro de Empresas - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viveiro de Empresas	2019	I	11	157 900 €	200 650 €	199 530 €	99%

¹⁹ Candidatura n.º ALT20-05-3827-FEDER-000295: Viveiro de Empresas - Município de Borba.

²⁰ Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020.

²¹ Voice over Internet Protocol.

²² Modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma entidade ou na mesma área de atuação.

3.2.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA

A rede viária no Concelho apresenta, em alguns pontos, um mau estado de conservação, necessitando de elevado investimento para o seu melhoramento.

Atendendo às disponibilidades existentes, o investimento na melhoria dos mesmos tem sido faseado, de modo a ser possível proceder à sua reparação e requalificação.

O investimento previsto, nesta área, para o ano de 2023, assumiu, em sede previsional, no orçamento inicial, um montante bastante pequeno, na ordem dos 75.000 EUR, apenas destinado a fazer face a pequenos investimentos mais urgentes.

De modo a evitar que este tipo de investimento, de que o Município tanto carece, se prolongasse no tempo, sem solução imediata, visto colocar em causa a segurança dos utilizadores, foi inscrita verba em orçamento, com financiamento não definido, no montante de 1 milhão de euros, com vista a realizar os mesmos, no caso de se encontrar garantida a receita para os efetuar, nomeadamente para as estradas seguintes:

- Estrada Rio de Moinhos - Alfaval;
- Rua de Montes Claros;
- Caminho Municipal 1042;
- Estrada Aldeia de Sande - Parreira;
- Arruamentos na Zona Industrial da Cruz de Cristo.

Apesar de não se ter verificado grande margem de manobra para efetuar investimento substanciais nesta área, ainda foi possível ao longo do ano incrementar o investimento face ao inicialmente previsto, essencialmente, na valorização de estradas e arruamentos, que assumiu inicialmente o montante de 35.000 EUR e executou despesa em montante superior a 71.000 EUR.

Assim, em 2023, na “Valorização da rede viária”, foi realizado investimento em montante próximo dos 74.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 4 - Valorização da rede viária - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Estradas e Arruamentos	2018	I	39	35 000 €	186 945 €	71 014 €	38%
Valorização Estrada Rio de Moinhos - Alfaval	2018	I	46	10 000 €	500 €		
Sinalização	2018	I	37	5 000 €	5 000 €	2 964 €	59%
Caminhos Rurais - Reconstrução	2018	I	38	10 000 €	4 000 €		
Requalificação da Rua Montes Claros	2023	I	22				
Desvio da EM 508	2023	I	23				
Beneficiação do troço do CM 1042	2023	I	24				
Repavimentação arruamentos em Borba	2023	I	25				
Parque Estacionamento Pesados R. Moinhos / Nora	2023	I	30	10 000 €			
Parque Estacionamento Pesados ZI Cruz de Cristo	2023	I	31	5 000 €			
Valorização estrada Aldeia de Sande - Parreira	2023	I	33				
Total				75 000 €	196 445 €	73 978 €	38%

3.2.1.2.3. ESTALEIROS MUNICIPAIS

Os Estaleiros Municipais desempenham um papel fundamental na ação do Município, pelo que as condições proporcionadas pelos mesmos são essenciais para o adequado e eficiente funcionamento dos serviços municipais.

A beneficiação dos Estaleiros Municipais é uma antiga necessidade da Autarquia, para modernização dos serviços municipais.

Em 2020, procederam-se a algumas melhorias nos estaleiros municipais, relacionadas essencialmente com a colocação de uma nova cobertura em zona que anteriormente foi alvo de estragos por condições atmosféricas adversas.

Os Estaleiros Municipais têm que fazer face a um conjunto alargado de necessidades, relacionados com a capacidade e condições para acomodação de equipamentos, viaturas e serviços de armazém, controlo de produção, carpintaria, eletricidade, cantaria, oficina mecânica, refeitório, gabinete médico.

Por outro lado, não devem ser descuradas as condições de segurança, conforto e operacionalidade que os mesmos devem oferecer, de modo a constituírem-se como um recurso operacional eficiente para o pleno exercício de competências que o Município detém.

Acresce referir que foi, pela Câmara Municipal, em 03/11/2021, deliberado proceder à venda do imóvel onde atualmente funcionam os Estaleiros Municipais, constando do contrato a obrigação de o espaço ser libertado no prazo de 18 meses, o que implica a utilização de outras instalações para o efeito.

Sobre a referida deliberação, a Assembleia Municipal, recomendou em 03/11/2021, à Câmara Municipal, que procedesse à avaliação do imóvel para o fim pretendido (com o objetivo de esclarecer o conflito de competência), para que em função do valor obtido os órgãos pudessem rever as suas deliberações, que se procedesse a uma profunda, ampla e diversificada avaliação do custo-benefício da transação onde se demonstrasse fundamentadamente que as questões suscitadas se encontravam devidamente avaliadas e que viesse a ser tomada futura deliberação sobre a matéria em função dos resultados obtidos da avaliação e do parecer.

Sobre o assunto, a Câmara Municipal, deliberou, em 02/06/2022, celebrar escritura pública de compra e venda, com aprovação de minuta, pelo valor de 300.000 EUR.

Assim, no Orçamento de 2023 foi previsto um projeto com o mesmo valor ao nível da despesa para o referido ano e com um acréscimo de 500.000 EUR para o ano de 2024. No entanto, em 2023, o Município não chegou a realizar qualquer investimento nos referidos Estaleiros, pelo que não se verificou qualquer execução no projeto previsto, conforme mapa seguinte.

Mapa 5 - Beneficiação dos Estaleiros Municipais - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Construção de Estaleiro Municipal	2023	I	1	300 000 €	1 000 €		

3.2.1.2.4. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS

De forma a dotar o Concelho de um suporte físico efetivo à expressão e desenvolvimento das atividades económicas de base local e regional, deverá o Município procurar encontrar soluções com vista à valorização e requalificação do Parque de Feiras, uma vez que a forma como o mesmo se encontra dificulta bastante a realização de iniciativas, não dignificando em nada a imagem das mesmas.

O Parque de Feiras localiza-se na Área de Intervenção Norte, situada a norte do centro urbano atual, compreendido entre a EN 4, o troço urbano da EN 255 (continuação da Avenida D. Dinis de Melo e Castro) e o limite do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor Municipal.

Os programas definidos para esta zona, dando sequência às orientações constantes no Plano de Urbanização de Borba, têm por objetivo o estabelecimento de um novo local estratégico no contexto urbano centrado no Parque de Feiras.

Esta praça, com 410 metros de comprimento e 62 metros de largura, organiza, por seu lado, a estrutura urbana envolvente rematando as morfologias de ocupação edificada já existentes, estabelecendo as expansões e conexões da rede viária e os meios físicos favoráveis à implantação de novos equipamentos.

Este espaço beneficia de excelentes acessibilidades, quer ao centro da cidade, através da Avenida D. Dinis de Melo e Castro e, por toda a zona da Cerca, com a intervenção projetada para a denominada Área de Intervenção Norte, quer para o exterior, com ligação direta ao eixo viário regional EN 4, e consequente articulação, geograficamente próxima, com a A6, através do nó de ligação de Borba, e a Variante à EN 255.

Apesar de se terem procurado encontrar financiamentos que permitissem intervir no espaço, apenas foi possível, em 2023, proceder à valorização de equipamentos de montante menos oneroso, tendo sido realizado investimento em montante na ordem dos 2.168 EUR, dos 500 EUR inicialmente previstos, conforme mapa seguinte.

Mapa 6 - Valorização e requalificação do Parque de Feiras - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Requalificação do Parque de Feiras	2018	I	48	10 000 €	10 000 €		
Pavilhão Multiusos	2020	I	11	500 €	500 €		
Valorização de equipamentos de mercados e feiras	2018	I	47	500 €	2 300 €	2 168 €	94%
Total				11 000 €	12 800 €	2 168 €	17%

3.2.1.2.5. ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

A cidade de Borba dispõe de uma área de acolhimento empresarial, designada por Zona Industrial da Cruz de Cristo, consubstanciada num espaço para a instalação de pequenas unidades industriais, particularmente ligadas à atividade relacionadas com as rochas ornamentais, oficinas mecânicas, empresas setor agrícola, do setor alimentar e da prestação de serviços e venda de bens.

No entanto, nesta Zona Industrial, as obras de infraestruturas ainda não se encontram totalmente concluídas, pretendendo-se, ao longo dos próximos anos, dotar esta área de acolhimento empresarial das infraestruturas necessárias ao bom desenvolvimento das atividades económicas aí instaladas, pese embora se compreenda a existência de dificuldade na existência de receita para fazer face aos elevados investimentos necessários, conforme foi assumido no orçamento aprovado.

Por outro lado, pretende-se que Borba também impulse o desenvolvimento da Zona Industrial do Alto dos Bacêlos, de modo a atrair investimentos, promover a oferta de emprego e atrair população ativa, contribuindo para o desenvolvimento económico da região.

Para esse efeito, será necessário que o Município proceda à aquisição de parcelas de terrenos, para em momento posterior ser possível dar início à construção das infraestruturas necessárias a esta área de acolhimento empresarial.

Acresce ainda referir que a Freguesia de Rio de Moinhos é a única no Concelho que não se encontra ainda dotada com área de acolhimento empresarial, possuindo, no entanto, características específicas que assim o justificam. Para que tal seja possível, também é necessário que o Município proceda à aquisição de terrenos em zona próxima da sede de Freguesia para que se afigure possível desenvolver os projetos para infraestruturização da área a interencionar.

As oportunidades de cofinanciamento do Portugal 2030 ou do PRR podem vir a afigurar-se preponderantes, para garantir a receita tão necessária para estes elevados investimentos, situação que ainda não se verificou ao longo do ano de 2023, pelo que não se verificou qualquer investimento nestas áreas de acolhimento empresarial, conforme mapa seguinte.

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Zona Industrial Alto dos Bacêlos	2018	I	34	500 €	500 €		
Zona Industrial Cruz de Cristo	2022	I	20				
Pólo Industrial Rio de Moinhos	2022	I	22				
Total				500 €	500 €		

3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS

A existência de uma política global no património implica que o Município, enquanto organismo público, mantenha uma gestão adequada do seu parque habitacional.

Tal gestão implica a manutenção constante, através de intervenções de melhoria e beneficiação, de forma a evitar a degradação de imóveis, que sem manutenção impedem o uso adequado para as funções que devem desempenhar.

Efetivamente as verbas adstritas, nos constantes orçamentos aprovados, revelam-se parcas, para as necessidades existentes, mas apesar de o mesmo ser assumido, deve o Município manter o seu empenho em alocar todas as verbas possíveis para a gestão do mesmo.

O Município tem também em execução contratos que assumem encargos com doações de património, nomeadamente o Palacete Alvarez, e aos quais se tem que fazer face, para cumprimento das cláusulas contratuais.

Nos documentos previsionais, foram inscritos montantes para fazer face às despesas previstas naquela data, em valor na ordem dos 47.900 EUR (10.000 EUR para “Aquisição e beneficiação de imóveis”; 800 EUR para “Posse administrativa para obras de beneficiação”; 500 EUR para “Impermeabilização de cobertura do Antigo Matadouro”; 10.000 EUR para “Beneficiação e alargamento do cemitério de Borba” e 26.600 EUR para os encargos decorrentes da “Doação com encargos do Palacete Alvarez”).

Ao longo do ano, e de acordo com as opções tomadas foram executadas despesas em montante próximo de 91.500 EUR, cabendo cerca de 21.500 EUR à “Aquisição e beneficiação de imóveis”, cerca de 25.500 EUR à “Impermeabilização de cobertura do Antigo Matadouro” que carecia de intervenção urgente; cerca de 15.000 EUR para “Beneficiação e alargamento do cemitério de Borba” que necessitava da construção de novos ossários e cerca de 30.000 EUR para fazer face aos encargos decorrentes da “Doação com encargos do Palacete Alvarez”, nos termos contratualmente previstos, conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 7 - Aquisição e beneficiação de imóveis - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Aquisição e beneficiação de imóveis	2018	I	1	10 000 €	26 370 €	21 473 €	81%
Posse administrativa para obras de beneficiação	2022	I	23	800 €	800 €		
Requalificação do Edifício do Gabinete Técnico	2023	I	2				
Impermeabilização de cobertura Antigo Matadouro	2023	I	3	500 €	25 500 €	25 357 €	94%
Beneficiação e alargamento do cemitério de Borba	2023	I	21	10 000 €	15 700 €	14 755 €	94%
Palacete Alvarez (doação com encargos)	2018	I	62	26 600 €	29 940 €	29 883 €	100%
Total				47 900 €	98 310 €	91 468 €	93%

3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

As melhorias no edifício dos Paços do Concelho continuaram a ser implementadas durante o ano de 2023.

Pretende-se com este projeto continuar a recuperar e modernizar o edifício dos Paços do Concelho, dando continuidade à modernização da administração municipal.

Este projeto contribuiu para a revitalização da zona histórica da cidade, apostando na remodelação de um imóvel classificado que apresenta, de resto, um carácter eminentemente institucional.

A deslocalização de alguns serviços (biblioteca, conservatória do registo civil e predial e cartório notarial de Borba) permitiram repensar o projeto para revitalização e modernização do edifício, mantendo a sua traça original e atribuindo-lhe novas funcionalidades, mais adequadas às necessidades atuais.

São exemplo destas novas intervenções o Balcão Único (2010), o Bar de apoio (2011), o Posto de Turismo (2015), o Lagar Museu (2015), o Espaço do Serviço de Educação, Desporto e Juventude (2016) e o Espaço do Serviço de Investimento e Desenvolvimento (2016).

No ano de 2023 foi dada continuidade à requalificação das salas adjacentes ao Serviço de Investimento e Desenvolvimento, com vista à futura instalação de serviços, com execução de despesa, em montante na ordem dos 3.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 8 - Edifício dos Paços do Concelho - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Edifício dos Paços do Concelho	2018	I	2	11 500 €	8 250 €	3 056 €	37%

3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O turismo tem apresentado nos últimos anos em Portugal, e em particular no Alentejo, um crescimento bastante acentuado, que se entendeu ser necessário acompanhar, de forma a aproveitar as oportunidades que permitem colocar a Região como destino de excelência. Para o efeito, o Município deu continuidade à estratégia de aposta nos produtos endógenos, nas tradições e na cultura do Concelho.

O projeto “Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba”, integrado em rede, apresentou durante o ano, execução superior a 145.000 EUR, de acordo com o procedimento de empreitada adjudicado.

Os desvios, com incremento, mais significativos quando comparada a execução face às dotações iniciais respeitam às “Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos” (execução superior a 100.000 EUR e dotação inicial de 50.000 EUR); à “Ervas & Companhia” (execução superior a 17.000 EUR e dotação inicial de 10.000 EUR); a “Outros Eventos” (execução próxima dos 15.500 EUR e dotação inicial de 10.000 EUR); ao “É Natal em Borba” (dotação corrigida superior a 26.500 EUR e dotação inicial de 10.000 EUR); ao “Posto de Turismo de Borba” (execução próxima dos 3.250 EUR e dotação inicial de 250 EUR) e à “Recuperação da Ermida de S. Miguel” (execução de 2.650 EUR e dotação inicial de 250 EUR).

Apesar dos desvios antes referidos, no cômputo geral, o investimento na “Dinamização da Oferta Turística”, no ano de 2023, traduziu-se numa execução próxima dos 482.000 EUR, quando em orçamento inicial se tinha estimada em 409.000 EUR (+18%, i.e., + 72.550 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 9 - Dinamização da oferta turística - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Festa da Vinha e do Vinho	2018	A	31	140 000 €	169 770 €	156 372 €	92%
Festa da Vinha e do Vinho	2018	I	49	250 €	250 €		
Ervas & Companhia	2018	A	32	10 000 €	17 304 €	17 176 €	99%
Feira do Queijo	2018	A	33	30 000 €	26 508 €	26 410 €	100%
É Natal em Borba	2018	A	35	11 500 €	23 279 €	8 952 €	38%
Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos	2018	A	34	50 000 €	100 380 €	100 310 €	100%
Outros Eventos	2018	A	39	10 000 €	15 580 €	15 409 €	99%
Festival de Carnaval	2023	A	10	500 €	50 €	19 €	37%
Feira Medieval	2023	A	11	500 €	500 €		
Dinamização do Turismo	2023	A	12	5 000 €	150 €	120 €	80%
Posto de Turismo	2018	I	51	250 €	3 250 €	3 180 €	98%
Promoção tradicional de vinho de talha	2018	I	54	250 €	250 €		
Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba	2018	I	53	140 800 €	145 350 €	145 133 €	100%
Estudo p/Impl. Terminal Mercadorias "Évora-Elvas"	2019	I	7	3 383 €	3 800 €		
Recuperação da Ermida de S. Miguel	2020	I	4	250 €	2 750 €	2 650 €	96%
AlStones	2019	I	8	250 €	250 €		
Casa Museu Interativa de Borba 3M's	2021	A	7	5 900 €	5 960 €	5 904 €	99%
AlStones	2019	I	8	250 €	250 €		
Total				409 083 €	515 631 €	481 634 €	93%

3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

A celebração do contrato de execução para delegação de competências da Educação, em 16/09/2008, bem como as novas competências descentralizadas por força da legislação em vigor levou o Município a assumir uma nova dimensão no paradigma educativo.

Assim as “Competências descentralizadas do MEC” apresentaram, neste plano, execução de despesa acima do previsto em sede de orçamento inicial (647.650 EUR e 756.174 EUR, respetivamente). Importa, no entanto, salientar que a totalidade das despesas apuradas com as Competências descentralizadas da Educação totalizaram 1.079.486,99 EUR, uma vez que existem despesas que não constam neste plano específico, já que para as estas competências contribuem despesas diretas e despesas indiretas. Assim, foram apuradas despesas indiretas, no montante de 323.313,44 EUR (sabendo-se logo à partida que existirão ainda outras despesas indiretas que não foram possíveis de apurar), pelo que o saldo com as Competências descentralizadas da Educação, em 2023, se apurou negativo em 4.943,99 EUR.

As variações ocorridas nos projetos “Cantinas Escolares”, “Oficina da Criança” e “Educação - Custos Comuns” tiveram origem nas necessidades, atendendo às competências descentralizadas e à variação ocorrida nos preços de mercado dos bens alimentares, de energia e outros.

Ao longo do ano foi ainda possível intervir na “Reabilitação e valorização de Equipamentos Escolares” em montante superior a 18.000 EUR, bem como na “Requalificação do Centro Escolar de Borba”, em montante superior a 46.000 EUR.

Ficaram por realizar os investimentos previstos na “Requalificação dos Edifícios Escolares de Rio de Moinhos” e na “Requalificação e Melhoramento do Jardim de Infância de Orada”, uma vez que ambos obedecem a projetos a executar em mais que um ano e estão dependentes de financiamento comunitário.

Assim, o investimento em 2023, na “Melhoria da qualificação e da educação” assumiu em orçamento inicial um montante próximo dos 970.000 EUR, sendo que durante o ano, as opções tomadas, permitiram a execução de montante superior a 995.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 10 - Melhoria da qualificação e da educação - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação e valorização Equipam. Escolares	2018	I	10	25 000 €	24 400 €	18 309 €	75%
Dinamização da Educação no Concelho	2023	A	1	5 000 €	2 640 €	2 000 €	76%
Requalificação do Centro Escolar de Borba	2023	I	4	45 000 €	46 690 €	46 328 €	99%
Requalificação Edifícios Escolares - R. Moinhos	2023	I	5	30 000 €	29 000 €		
Requalificação e Melhoramento do J.I da Orada	2023	I	6	10 500 €	10 500 €		
Competências Descentralizadas do MEC	2018	A	9	647 650 €	758 660 €	756 174 €	100%
Jornadas Mundiais da Juventude	2023	A	8	1 000 €	1 000 €	605 €	61%
Cantinas Escolares	2018	A	12	98 000 €	101 299 €	94 130 €	93%
Oficina da Criança	2018	A	13	28 000 €	27 419 €	23 345 €	85%
Atividades de Enriquecimento Curricular	2018	A	8	42 500 €	42 600 €	42 569 €	100%
Educação - Custos Comuns	2018	A	42	31 000 €	13 525 €	11 433 €	85%
Academia Líderes UBUNTU - Escolas Alentejo	2021	A	5	6 000 €	360 €	360 €	100%
Total				969 650 €	1 058 093 €	995 252 €	94%

3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES

Os municípios dispõem de um leque alargado de competências para a concretização do direito fundamental à educação que inclui assegurar o transporte às crianças e jovens entre a sua residência e os respetivos estabelecimentos de ensino para que possam, em condições de efetiva igualdade, frequentar a escolaridade obrigatória nos termos e nas condições que a lei o estabelece.

Nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas *gg)* e *hh)* do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL²³, são definidas as competências dos municípios ao nível da educação, designadamente no assegurar de medidas de ação social e de promoção de transporte escolar, competindo-lhes assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Neste sentido, e considerando que a educação é um direito fundamental, absoluto e essencial ao desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais e dos povos no quadro das sociedades globais, o acesso à educação em condições de igualdade visa a plena expansão da personalidade humana e o pleno exercício dos outros direitos e liberdades fundamentais.

Os transportes escolares são assim um instrumento indispensável à prossecução da equidade educativa que viabiliza o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar. De acordo com os normativos do Ministério da Educação, o transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico, sendo participado para os alunos de ensino secundário ou equivalente.

Pelo exposto, o Município garante o serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino frequentado aos alunos do ensino básico, de forma gratuita, com recurso à frota própria de transportes escolares, através de circuitos especiais criados para responder às necessidades dos alunos, em articulação com os estabelecimentos escolares e demais parceiros educativos.

No que respeita aos transportes escolares do ensino secundário ou equivalente, o serviço é garantido, sempre que possível por transporte público, e quando inexistente pelo próprio Município, assegurando-se a sua participação, de forma a criar condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e jovens do Concelho.

Em orçamento de 2023 foi inscrito o montante de 37.500 EUR para aquisição de uma nova viatura de 9 lugares para Transportes Escolares e o montante de 30.000 EUR para fazer face ao cumprimento dos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário.

Ao longo do ano, as disponibilidades e as opções tomadas, permitiram garantir o cumprimento dos objetivos pretendidos, tendo-se executado despesa em montante superior a 63.250 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 11 - Transportes Escolares - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viaturas de transporte escolar	2018	I	58	37 500 €	37 500 €	36 144 €	96%
Transportes escolares	2018	A	11	30 000 €	31 200 €	27 133 €	87%
Total				67 500 €	68 700 €	63 277 €	92%

²³ Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS

A valorização de equipamentos culturais continua a apresentar-se como uma necessidade imperativa a que o Município tem que fazer face, mediante as suas possibilidades, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe que necessitam de intervenção, com vista à sua revitalização.

Só através de uma constante intervenção na valorização dos equipamentos culturais é possível garantir que os mesmos continuam a apresentar as condições adequadas ao desempenho das funções para os quais foram projetados e construídos.

No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem prioritários, pelo que em 2023 se assumiu a necessidade de intervenção imediata em pequenas intervenções de valorização, em montante inferior a 3.000 EUR.

Por outro lado, deu-se continuidade à realização de “Iniciativas culturais”, de modo a manter uma agenda regular e diversificada de iniciativas no Concelho. Este “projeto” foi aliás o maior executor desta temática, uma vez que executou +183% que o orçamento inicial aprovado (executando 113.289 EUR face aos 40.000 EUR inicialmente aprovados).

O projeto de “Reabilitação do Cineteatro”, apoiado pelo PRR, foi adiado para ser executado no ano de 2024, com a garantia de financiamento, motivo pelo qual se executou apenas investimento, neste equipamento, em montante inferior a 2.000 EUR.

No âmbito do Projeto “Ler e Crescer em Família”, desenvolvido pela Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central e submetido pela CIMAC ao financiamento da DGLAB, através do PADES (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços de Bibliotecas), foi acordado que após atualização das coleções das bibliotecas municipais com os materiais (livros, DVD e jogos) seriam alocados, anualmente, em orçamento valores destinados à aquisição de livros e outras publicações para atualização permanente do espólio. Pelo exposto, em 2023, no âmbito do acordo PÓS-PADES foram também investidos cerca de 3.000 EUR para atualização da coleção da Biblioteca Municipal.

Assim, o investimento na “Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais”, prevista no orçamento inicial em cerca de 250.000 EUR, executou, em 2023, o montante de cerca de 120.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 12 - Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de equipamentos culturais	2018	I	28	3 500 €	4 120 €	2 834 €	69%
Mês do Desporto e da Juventude	2023	A	6	5 000 €	100 €		
Biblioteca Municipal (Pós-PADES)	2023	A	2	8 500 €	2 850 €	1 306 €	46%
Iniciativas culturais	2018	A	23	40 000 €	117 161 €	113 289 €	97%
Fora de Cena - Programação Cultural em Rede	2021	A	3	500 €	50 €		
Reabilitação do Cineteatro	2021	I	8	192 400 €	172 255 €	1 750 €	1%
Reabilitação do Palacete dos Melos	2021	I	9				
Total				249 900 €	296 536 €	119 179 €	40%

3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A valorização de equipamentos desportivos continua a apresentar-se como uma necessidade a que o Município tem que dar resposta, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe e que necessitam de intervenção, com vista a permitir sua utilização pela comunidade, nas devidas condições de operacionalidade e segurança. No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem como mais prioritários.

Em 2021 foi assumida a necessidade de intervenção imediata no Polidesportivo de Rio de Moinhos e no Parque Desportivo de Borba.

O investimento no Parque Desportivo de Borba contemplou:

- A substituição do relvado sintético do campo de futebol principal, visto o Sport Clube Borbense ter-lhe sido aprovada uma candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para fazer face à referida intervenção. O custo total da intervenção assumiu um montante de 232.861,45 EUR, sendo que 43.000 EUR foram apoiados pelo IPDJ e os remanescentes 189.861,45 EUR pelo Município de Borba, através da celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- A implantação de relvado sintético do campo de treinos custeada a 100% pelo Município. A referida intervenção assumiu boas práticas de sustentabilidade ambiental, através da reutilização de partes (as que se encontravam nas condições adequadas) do relvado substituído no campo principal. Assim, com a reutilização do relvado do campo principal foi possível, no campo de treinos, proceder-se ao tratamento da sub-base do pavimento e à instalação do relvado artificial e do sistema de rega.

A valorização do Polidesportivo de Rio de Moinhos contemplou a implantação de uma cobertura que permitiu melhorar substancialmente a utilização daquele equipamento pela população, conferindo-lhe novas valências de utilização. O investimento na cobertura assumiu um montante na ordem 175.000 EUR e foi apoiado pelo Programa Nacional de Coesão Territorial, em montante na ordem dos 50.000 EUR;

Em 2023 estava previsto proceder-se à “Reabilitação dos balneários do Pavilhão Gimnodesportivo”, no entanto o mesmo, não se afigurou possível, tendo-se, ao invés procedido à “Valorização de Equipamentos Desportivos”, em montante próximo dos 6.750 EUR, quando em orçamento inicial o mesmo foi previsto no montante de 3.500 EUR.

Assim, do investimento na “Valorização de equipamentos desportivos”, previsto no montante de 9.000 EUR, executou-se, em 2023, um montante inferior aos 7.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 13 - Valorização de equipamentos desportivos - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização do Polidesportivo de Rio de Moinhos	2018	I	32				92%
Valorização de Equipamentos Desportivos	2018	I	29	3 500 €	7 200 €	6 623 €	
Criação de Campo de Padel	2023	I	17				
Reabilitação balneários Pavilhão Desportivo Borba	2023	I	18	500 €	500 €		
Reabilitação balneários Pavilhão Gimnodesportivo	2023	I	19	5 000 €	5 000 €		
Total				9 000 €	12 700 €	6 623 €	52%

3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA”

O Município assumiu o propósito estratégico de aprofundar a democracia no concelho como condição fundamental para ultrapassar as dificuldades, através do recurso à participação da comunidade.

Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

- 3.2.2.1. Valorização da cidadania;
- 3.2.2.2. Promoção da cooperação com as freguesias;
- 3.2.2.3. Articulação de projetos com associações e coletividades.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

3.2.2.1.1. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo é um processo democrático e participativo no qual os cidadãos podem dar o seu contributo para definir algumas das ações do orçamento municipal, assumindo como principais objetivos:

- Promover a participação informada, ativa e construtiva dos cidadãos eleitores em processos de decisão de interesse municipal, público ou coletivo;
- Aproximar os cidadãos da gestão pública;
- Reforçar a transparência da atividade do Município;
- Fomentar uma sociedade civil mais dinâmica e coesa;
- Responder às necessidades da população, ajustando-se as mesmas às políticas municipais.

Estes objetivos pretendem contribuir para um modelo de governação mais dinâmico e assegurar a abertura, igualdade e participação dos cidadãos nas atividades, através da realização do Orçamento Participativo.

A adoção do Orçamento Participativo fundamenta-se nos valores da democracia participativa constantes no artigo 2.º da CRP²⁴, como direitos fundamentais inalienáveis, e pretende ser um meio para os cidadãos terem a oportunidade de propor, debater e atribuir uma hierarquização a alguns projetos de interesse geral, público ou coletivo.

Assim, para desenvolvimento do Orçamento Participativo foi previsto, em 2023 um projeto, em PPI, com dotação inicial de 20.000 EUR, no entanto, o Município não executou qualquer montante no referido plano, conforme mapa seguinte.

Mapa 14 - Orçamento Participativo - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Orçamento Participativo	2018	I	5	20 000 €	50 €		

²⁴ Constituição da República Portuguesa.

3.2.2.1.2. DEFESA DO CONSUMIDOR

O Município, no ano de 2023, continuou a implementar o projeto de defesa do consumidor e dos seus direitos, tendo a referida resposta ocorrido por via do CIAC²⁵.

O CIAC foi implementado no Município, em 2023, através de Protocolo de Colaboração celebrado com a Direção-Geral do Consumidor, tendo como objetivo estabelecer a cooperação entre o Município de Borba e esta Direção-Geral, criando assim uma solução de proximidade e de apoio gratuito ao consumidor, com vista à defesa dos direitos deste último, prestando-lhe informação e apoio na resolução dos conflitos de consumo que eventualmente possam ocorrer na área do Município.

São atribuições do CIAC:

- A promoção da defesa dos direitos do consumidor, nomeadamente, mediante a organização de ações de sensibilização e informação sobre temática do consumo;
- A prestação de informação ao consumidor sobre os seus direitos e modos de exercício;
- O apoio na resolução dos conflitos de consumo que ocorram na área do Município ou em que seja parte um consumidor residente no Concelho de Borba, designadamente, através do respetivo envio para a entidade de resolução extrajudicial de litígios competente.

Ao longo do ano, este serviço foi custeado pelo Município com recursos próprios, pelo que apesar de, em sede de orçamento inicial se ter inscrito despesa corrente, em montante residual, para fazer face a situações pontuais que pudessem vir a ocorrer, tal não se revelou necessário, conforme mapa seguinte.

Mapa 15 - Defesa do Consumidor - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Defesa do Consumidor	2023	A	9	5 000 €	50 €		

²⁵ Centro Informação Autárquico ao Consumidor.

3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

A Câmara Municipal, no ano de 2023, deu continuidade à política de cooperação encetada com as freguesias, através de acordos de execução para descentralização de competências nas juntas de freguesia e de acordos de cooperação.

Através desta via, continuou a ser promovida a consolidação da autonomia financeira das freguesias, procurando dar resposta às aspirações das populações e à resolução de problemas emergentes, dada a maior proximidade destas autarquias junto das mesmas.

O apoio às freguesias traduz o respeito que o Município detém pelas mesmas, procurando garantir a existência de condições adequadas para que estas possam desenvolver com melhores condições as suas competências, enquanto órgãos do poder local de primeira linha de intervenção e proximidade junto da comunidade.

Para o efeito foram transferidas as verbas previstas nos acordos de execução e nos acordos de colaboração aprovados.

Desta forma, o investimento nos acordos de execução e/ou de colaboração com as Freguesias, no ano de 2023, assumiu, em sede de previsão nos documentos previsionais aprovados o montante inicial na ordem dos 110.000 EUR.

Durante o ano de 2023, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 119.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 16 - Descentralização de competências e cooperação com as Freguesias - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Acordos de Execução/Cooperação com Freguesias	2018	A	37	103 300 €	108 675 €	108 631 €	100%
Acordos de Execução/Cooperação com Freguesias	2023	I	34	7 000 €	10 000 €	10 000 €	100%
Total				110 300 €	118 675 €	118 631 €	100%

3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES

3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL

A CIMAC é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa).

As parcerias estabelecidas entre a CIMAC e os municípios do Alentejo Central permitem desenvolver trabalho em rede, partilhar serviços, realizar procedimentos por procura agregada (promovendo sinergias e economias de escala), articular investimentos municipais de interesse intermunicipal, participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (no âmbito dos fundos comunitários) e articular atuações com os serviços da Administração Central, aos mais diversos níveis.

Os municípios do Alentejo Central, com a coordenação da CIMAC, desenvolvem, desde 2004, de forma consistente, iniciativas de modernização administrativa com o objetivo de melhorar e aproximar os mesmos dos cidadãos e das empresas, promovendo assim um aumento da eficiência e da qualidade dos serviços.

Só através de um trabalho em rede, que se consubstancie na partilha de serviços, informações e promoção de sinergias é possível responder às exigências que atualmente são constantes nos municípios

O projeto Wifi@alentejocentral, no qual o Município de Borba participa é disso mesmo um bom exemplo, uma vez que abrange os 14 municípios do Alentejo Central e é promovido pela Entidade de Turismo do Alentejo, em parceria com a CIMAC, a ADRAL e visa melhorar e desenvolver as acessibilidades neste domínio, para turistas e residentes, através da implementação de acessos WiFi nos centros históricos e em zonas de grande afluxo, de modo a facilitar o acesso a conteúdos digitais que acrescentem valor à visitaçãõ e que permitam uma maior interação com as comunidades locais.

Desta forma, o investimento em “Parcerias com a CIMAC e os Municípios do Alentejo Central”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 227.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante ligeiramente superior a 151.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 17 - Parcerias com a CIMAC e os municípios do Alentejo Central - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
CIMAC - Quotizações e Atividades	2018	A	40	207 450 €	146 309 €	144 484 €	99%
CIMAC - Projetos	2018	I	56	13 350 €	13 350 €		
Quotizações diversas	2018	A	38	6 110 €	6 630 €	6 629 €	100%
Total				226 910 €	166 289 €	151 113 €	91%

3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO

A valorização da atividade das associações, coletividades, clubes e outras instituições representam uma preocupação para a Autarquia, uma vez que as atividades desenvolvidas por estas entidades são da maior importância para o Concelho.

Assim, a Autarquia deve apoiar as representações associativas em diferentes frentes, contribuindo para um maior dinamismo, alargamento e inovação das suas ações.

As diferentes associações, coletividades e clubes inscritos no Município, unindo os seus recursos técnicos, humanos e financeiros, procuram defender objetivos comuns, destinados à participação da comunidade na vida local, pelo que devem continuar a ser apoiadas, logística e financeiramente, pelo Município, no âmbito das suas competências.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Borba, no âmbito das suas competências continuou a adotar políticas de apoio a associações e coletividades, nomeadamente através de:

- Programa de Apoio a Associações e Coletividades (PAAC²⁶);
- Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo (PAAD²⁷);
- Apoios pontuais, destinados a projetos ou ações específicas, sempre que se verifique, existirem vantagens para o Concelho, na realização de acordos de parceria, colaboração ou cooperação.

Ao longo do ano verificou-se que o PAAC não apresentou a execução de despesa inicialmente prevista (executando apenas 79% do previsto em sede de orçamento inicial e 96% do orçamento corrigido). Por outro lado, o PAAD executou a totalidade dos montantes inicialmente previstos.

No que respeita aos apoios pontuais, verificou-se a necessidade de reforçar o orçamento inicial aprovado em mais de 80% para prestar apoios pontuais (reforço de cerca 17.000 EUR), tendo sido executada despesa em montante superior a 36.700 EUR.

Neste sentido, o Município, no ano de 2023, no “Apoio ao Associativismo”, aprovou em sede de orçamento inicial despesa para executar no montante na ordem dos 80.500 EUR.

Durante o ano de 2023, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa em montante na ordem dos 90.500 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 18 - Apoio ao Associativismo - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PAAC	2019	A	1	30 000 €	24 800 €	23 735 €	96%
PAAD	2019	A	2	30 000 €	30 001 €	30 000 €	100%
Apoio à Atividade Desportiva, de Recreio e Lazer	2018	A	26	20 430 €	37 275 €	36 701 €	98%
Total				80 430 €	92 076 €	90 435 €	98%

26 Programa de Apoio a Associações e Coletividades - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2020/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Cultural-Recreativo-e-Juvenil-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

27 Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2020/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Desportivo-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL

A Proteção Civil Municipal define-se hoje como um elo essencial entre a segurança das populações e a forma de atuação dos diversos organismos e estruturas de apoio em situações de perigo, alerta, emergência e reposição da normalidade. Ao longo dos últimos anos, cada vez mais o Município tem atendido à necessidade de inscrever em orçamento os montantes necessários e possíveis para garantir o bom funcionamento da mesma. Assim, em sede previsional, foi inscrita dotação para apoio emergente a entidades que integram a mesma, bem como para funcionamento e investimento nesta estrutura, tendo sido executada despesa em montante na ordem dos 10.500 EUR dos 3.000 EUR inicialmente previstos.

Para além da estrutura em si, em sede de orçamento, foi também prevista dotação, na sequência do Protocolo celebrado com a ANPC²⁸ e a AHBVB²⁹, com o qual o Município assumiu suportar 50% dos custos de funcionamento das EIPs³⁰, desde a criação da primeira em maio de 2019, uma vez que as mesmas são constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil. Para a manutenção das 2 Equipas de Intervenção Permanente, o Município suportou, ao longo de 2023, o montante de 73.000 EUR.

Em sede de orçamento foi inscrita também dotação para desenvolver o Plano Municipal de Emergência que carece de revisão e atendendo à evolução no desenvolvimento do mesmo, foi executada apenas 25% da despesa prevista com o mesmo, neste caso, em montante inferior a 1.200 EUR.

No orçamento inicial foi também previsto dar início ao investimento no novo Posto Territorial de Borba da GNR, de acordo com o contrato Interadministrativo, celebrado com a Secretaria-Geral da Administração Interna e a GNR, no entanto o mesmo não ocorreu, pelo que foi transferida a dotação para anos seguintes.

Assim, o investimento no “Apoio à Proteção Civil”, no ano de 2023, assumiu em orçamento inicial montante superior a 1.050.000 EUR, sendo que durante o ano apenas foi possível executar um montante próximo dos 85.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 19 - Proteção Civil - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Equipas de Intervenção Permanente	2018	A	7	72 000 €	73 000 €	73 000 €	100%
Proteção Civil Municipal - Despesas de capital	2020	I	13	250 €	250 €		
Proteção Civil Municipal - Despesas correntes	2020	A	3	3 000 €	11 270 €	10 496 €	93%
Plano Municipal de Emergência	2021	I	1	4 674 €	4 674 €	1 169 €	25%
Plano Municipal de Defesa da Floresta	2021	I	2				
Posto Territorial da GNR de Borba	2021	I	3	973 292 €	2 €		
Total				1 053 216 €	89 196 €	84 664 €	95%

²⁸ Autoridade Nacional de Proteção Civil.

²⁹ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba.

³⁰ Equipas de Intervenção Permanente, constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL”

Um Município efetivamente harmonioso e equilibrado passa pelo desenvolvimento da dimensão social. Desta forma, as políticas de desenvolvimento social devem promover a coesão e a justiça social, com vista a atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões distintas, a considerar:

2.2.3.1 Promoção da justiça social;

2.2.3.2 Promoção do bem-estar;

2.2.3.3 Valorização das políticas de inclusão social;

Para demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE

Em 2023 manteve-se a preocupação de o Município ainda ter que fazer face a despesas no combate à ao COVID-19, pelo que foi dotado o orçamento inicial de verbas para o efeito, mas sem qualquer execução.

Foi ainda prevista despesa, no montante de 13.500 EUR, para o programa, ao qual o Município aderiu, de apoio à aquisição de medicamentos. A verba destina-se a apoiar até 100 beneficiários, que demonstrem ser incapazes de adquirir medicamentos sujeitos a receita médica comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, no montante máximo de 135 EUR, mediante protocolo aprovado pela Câmara Municipal, tendo-se executado despesa, em montante próximo dos 5.000 EUR.

As “Competências descentralizadas da Saúde” apresentaram, neste plano, execução de despesa abaixo do previsto em sede de orçamento inicial (139.219 EUR e 124.594 EUR, respetivamente). Importa, no entanto, salientar que a totalidade da despesa apurada com as “Competências descentralizadas da Saúde” totalizaram 141.899,93 EUR, uma vez que existem despesas que não constam neste plano específico, já que para as estas competências contribuem despesas diretas e despesas indiretas. Assim, foram apuradas despesas indiretas, no montante de 17.306,43 EUR (sabendo-se logo à partida que existirão ainda outras despesas indiretas que não foram possíveis de apurar), pelo que o saldo com as Competências descentralizadas da Saúde, em 2023, se apurou negativo em 2.680,93 EUR.

Desta forma, o investimento em “Projetos na área da Saúde”, no ano de 2023, assumiu em orçamento inicial montante próximo dos 160.000 EUR, sendo que durante o ano foram executadas despesas em montante próximo dos 130.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 20 - Projetos na área da Saúde - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
COVID-19 - Despesas correntes	2019	A	6	1 500 €	400 €		
COVID-19 - Investimento	2019	I	9	250 €	250 €		
Iniciativas para dinamização da saúde no Concelho	2023	A	3	5 000 €	610 €		
Competências descentralizadas da Saúde	2022	A	4	139 219 €	135 502 €	124 594 €	92%
Programa de Apoio à Aquisição de Medicamentos	2021	A	1	13 500 €	5 300 €	4 725 €	89%
Projeto Piloto: Saúde Oral	2019	I	2				
Total				159 469 €	142 062 €	129 319 €	91%

3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES

O Município, em 2023, prosseguiu uma política social que permitiu proceder à atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, aprovando a atribuição de 15 bolsas de estudo, no montante de 100 EUR/mês, pelo período de 10 meses e duas bolsas de excelência por mérito escolar, no montante de 750 EUR, nos termos do regulamento em vigor.

Por outro lado, não foram esquecidos os alunos mais carenciados, pelo que se deu continuidade à atribuição de apoio, no âmbito da ação social escolar, no 1.º ciclo e ensino pré-escolar, através da comparticipação das despesas escolares dos alunos pertencentes a agregados familiares com mais baixos rendimentos.

Os objetivos da ação social escolar passam por combater a exclusão social e o abandono escolar, pretendendo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

Para o efeito, a ação social escolar inclui medidas que passam pela comparticipação económica aos alunos destinada, quer ao fornecimento de refeições escolares, quer à aquisição de livros e material escolar, mediante o escalão atribuído a cada aluno, definido de acordo com o escalão de abono de família, tendo como referência o valor do indexante de apoios sociais.

Entende-se que esta atitude se revela de enorme responsabilidade, uma vez que surge com a prossecução de pretender garantir condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo.

No que respeita à execução da despesa do “Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas de Estudo)” durante o ano verificou-se um ligeiro incremento nos valores face ao orçamento inicial (+750 EUR), estando o mesmo relacionado apenas com o pagamento de bolsas do ano letivo anterior, uma vez que as mesmas são pagas por ano escolar e a prestação de contas respeita ao ano civil (fiscal), tendo-se assim executado 17.250 EUR, para um montante aprovado em orçamento inicial de 16.500 EUR.

Na “Ação Social Escolar” verificou-se uma diminuição face ao inicialmente previsto, uma vez que nesta rubrica não estão contempladas as refeições fornecidas aos alunos com escalões A e B, mas apenas os apoios à aquisição de livros de apoio e material escolar, de acordo com as despesas apresentadas pelos encarregados de educação, pelo que se executou despesa em montante inferior a 3.000 EUR, quando o montante aprovado em orçamento inicial assumiu o montante de 6.000 EUR.

Atendendo ao exposto, o investimento no “Apoio a Estudantes”, no ano de 2023, assumiu, em orçamento inicial, o montante de 22.500 EUR e durante o ano, pelos motivos antes referidos, foram executados cerca de 20.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 21 - Apoio a Estudantes - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas Estudo)	2018	A	18	16 500 €	17 250 €	17 250 €	100%
Ação Social Escolar	2019	A	5	6 000 €	2 845 €	2 630 €	92%
Total				22 500 €	20 095 €	19 880 €	99%

3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES

O sector do mármore é de extrema importância para a economia do Concelho e estende-se muito para além da extração e produção de “peças” e dos postos de trabalhos diretamente ligados a esta atividade económica, desde logo, todo o património edificado com esta rocha ornamental.

O Parque Temático do Mármore reproduz todo o processo de produção do mármore, desde a extração à transformação, através de micromodelações do terreno com definições do perfil de solo, os diversos estratos geológicos a as várias alterações à paisagem que a exploração do mármore provocou. Pelas suas características e centralidade este é um espaço de excelência, bastante utilizado pela população e por quem visita o Concelho, necessitando de investimentos regulares, para que se mantenha de acordo com os objetivos para os quais foi projetado e construído. Em 2023, foi investido neste espaço um montante próximo dos 3.500 EUR em pequenas melhorias, quando em sede de orçamento estavam previstos 1.000 EUR.

Por outro lado, os espaços verdes públicos são cada vez mais defendidos por sustentarem e organizarem a malha urbana, sendo promotores de uma rede distribuidora de continuidade ecológica e cultural, essencial para a sustentabilidade ambiental de qualquer Concelho, pelo que ao longo do ano se continuaram a efetuar alguns investimentos em arranjos paisagísticos (cerca de 9.750 EUR dos 2.500 EUR previstos).

As árvores em vias públicas e noutras áreas livres de edificação são constituintes da floresta urbana e atuam sobre o conforto humano no ambiente, por meio das características naturais da vegetação arbórea, sendo que a mesma pode ainda ser entendida como um mobiliário urbano, um equipamento essencial para o bom funcionamento dos espaços livres de edificação.

Os espaços verdes urbanos são ainda uma possibilidade de contacto com a natureza e permitem um ambiente mais saudável, funcionando como “respiração” do tecido urbano, podendo ser compensadoras de outras condições menos favoráveis, favorecendo a convivência entre diversos grupos sociais, com um potencial de identificação com o património que estimula um sentimento cívico de pertença.

Em 2023 estava ainda previsto investir nas “Reabilitação paisagística das entradas de Borba” e na “Requalificação da entrada do Barro Branco”, no entanto o mesmo ainda não foi possível, pelo que o investimento nos “Espaços Verdes”, no ano de 2023, assumiu no orçamento inicial, o montante de 15.250 EUR, sendo que durante o ano foi possível executar +/- 13.100 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 22 - Investir nos Espaços Verdes - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação do Jardim Municipal	2018	I	15	1 000 €	3 750 €	3 389 €	90%
Arranjos Paisagísticos	2018	I	14	2 500 €	10 400 €	9 718 €	93%
Ecoparque	2022	I	18				
Reabilitação paisagística das entradas de Borba	2023	I	11	5 750 €	4 250 €		
Espaço verde/infantil (Lot. Eborino / B.º Casa Povo)	2023	I	12				
Requalificação da entrada de Barro Branco	2023	I	29	6 000 €	6 000 €		
Total				15 250 €	24 400 €	13 107 €	54%

3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO

O Programa Juventude em Movimento tem como objetivo contribuir para a ocupação dos tempos extra letivos de jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovam, em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional.

O desenvolvimento do Concelho está intimamente ligado aos mais jovens e com esta iniciativa o Município contribui para a ocupação dos tempos extra letivos dos jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovem em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional e assim, fomentam o contacto com a realidade onde serão integrados/as, em áreas de interesse comunitário.

O programa prevê, preferencialmente, como áreas de interesse comunitário:

- A proteção e salvaguarda do património histórico;
- A defesa do ambiente;
- A promoção e divulgação cultural;
- As atividades desportivas;
- As ações de âmbito social.

O programa pretende também desenvolver nos jovens valores de responsabilidade, solidariedade, cidadania e de interajuda. Para o efeito, anualmente, o programa permite o desenvolvimento de atividades, em diferentes áreas, como sejam:

- Educação e juventude;
- Desporto e tempos livres;
- Feiras e eventos;
- Cultura e património;
- Ambiente e espaços verdes.

Em regra, o programa é dirigido a todos os jovens residentes no Concelho de Borba, cujas idades estejam compreendidas entre os 15 e os 25 anos, preferencialmente integrados no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional. Durante o período de atividade os jovens têm direito a seguro de acidentes pessoais, da responsabilidade da Autarquia e uma bolsa horária por cada hora realizada em regime ocupacional que deverá ser paga na totalidade e após completo o período de integração na vaga.

Assim, a ocupação dos tempos de lazer dos jovens do Concelho de Borba no programa Juventude em Movimento, não só promove a ocupação das férias dos jovens, como se afigura como uma ajuda ao desenvolvimento de um espírito de cidadania, potenciando a sua capacidade de participação social e cívica na comunidade.

No ano de 2023, o Município assumiu em orçamento inscrever para o programa o montante de 3.500 EUR, sendo que no decorrer do programa se executou um montante ligeiramente inferior (3.331 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 23 - Programa Juventude em Movimento - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Juventude em Movimento	2018	A	17	3 500 €	3 500 €	3 331 €	95%

3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER

O Município suporta com o funcionamento de alguns equipamentos de recreio e de lazer, como é o caso das piscinas cobertas municipais um custo demasiado elevado, pese embora se continue a investir no funcionamento dos equipamentos, de modo a proporcionar condições de lazer e bem-estar à população, procurando encontrar alternativas viáveis para os consumos mais elevados, através de medidas que possam gerar melhor eficiência energética. Em 2023 foi previsto em orçamento para funcionamento deste equipamento, o montante de 147.500 EUR, no entanto, o equipamento encontrou-se encerrado por um período de tempo maior que o previsto inicialmente, o que diminuiu a despesa executada (56.121 EUR).

Para funcionamento das “Piscinas Descobertas” no período balnear foi previsto um montante de 30.000 EUR, mas foi possível cumprir os objetivos com uma despesa substancialmente inferior (20.703 EUR).

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, o Município procedeu a um investimento significativo, ao nível de equipamentos de recreio e lazer, essencialmente pela necessidade de remodelação completa dos parques infantis do Concelho, pelo que importa dar continuidade aos investimentos realizados, pese embora de forma faseada, continuando a proceder à valorização deste tipo de equipamentos, tendo-se investido cerca de 3.500 EUR, quando em orçamento inicial se previu um montante de 2.500 EUR.

As “Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer” apresentaram execução (cerca de 10.694 EUR) de acordo com o previsto no orçamento inicial (10.000 EUR), atendendo à realização de atividades desta natureza.

No que respeita aos “Apoios a atividades desportivas, culturais, de recreio e lazer”, verifica-se uma execução superior à prevista, uma vez que foi inscrito em orçamento inicial o montante de 5.000 EUR, mas em 07/05/2023, foi aprovado pela Câmara Municipal, a celebração de um Protocolo com o Centro Cultural de Borba, no montante de 24.300 EUR, para a aquisição de instrumentos, outros equipamentos e bens duradouros necessários ao desenvolvimento de projetos da Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba.

Desta forma, o investimento na “Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, um montante de 209.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa em montante na ordem dos 127.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 24 - Valorização de Equipamentos de Recreio e de Lazer - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer	2018	I	30	2 500 €	3 500 €	3 413 €	98%
Manutenção de Espaços de Jogo e Recreio	2023	A	7	5 000 €	165 €		
Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer	2018	A	25	10 000 €	11 190 €	10 694 €	96%
Otimização Energéticas nas Piscinas Municipais	2020	I	8				
Piscinas Cobertas	2018	A	27	147 500 €	57 685 €	56 121 €	97%
Piscinas Descobertas	2018	A	28	30 000 €	20 755 €	20 703 €	100%
Mini Praia Fluvial	2023	I	20				
Contrato subconcessão - Estação Ferroviária Borba	2022	I	19	9 000 €	12 000 €	11 919 €	99%
Apoio atividades desport., culturais, recreio e lazer	2021	I	16	5 000 €	25 000 €	24 300 €	97%
Total				209 000 €	130 295 €	127 150 €	98%

3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

3.2.3.3.1. PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Emprego Apoiado consiste na atividade profissional, desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização, sob condições especiais, designadamente sob a forma de enclaves.

O Contrato de Emprego apoiado em mercado aberto constitui uma modalidade de apoio da medida Emprego Apoiado do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade. Em 2023, a despesa executada no “Programa Emprego Apoiado” esteve em linha de conta com o previsto em orçamento inicial (402.901 EUR e 401.100 EUR, respetivamente).

O Contrato Emprego-Inserção consiste na realização de trabalho socialmente necessário, por parte de desempregados beneficiários de desemprego ou de subsídio social de desemprego. Em 2023, a despesa executada com “Contratos Emprego-Inserção” ficou 19% abaixo do previsto em orçamento inicial (70.395 EUR e 86.400 EUR, respetivamente).

As “Competências descentralizadas da Ação Social” apresentaram, neste plano, execução de despesa abaixo do previsto em sede de orçamento inicial (203.651 EUR e 161.543 EUR, respetivamente). Importa, no entanto, salientar que a totalidade das despesas apuradas com as “Competências descentralizadas da Ação Social” totalizaram 205.458,78 EUR, uma vez que existem despesas que não constam neste plano específico, já que para as estas competências contribuem despesas diretas e despesas indiretas. Assim, foram apuradas despesas indiretas, no montante de 43.915,83 EUR (sabendo-se logo à partida que existirão ainda outras despesas indiretas que não foram possíveis de apurar), pelo que o saldo com as Competências descentralizadas da Ação Social, em 2023, se apurou negativo em 1.806,78 EUR.

Durante o ano procedeu-se ainda à finalização do projeto de “Mediadores Municipais e Interculturais”, em montante inferior ao previsto em orçamento inicial (-72%) e à execução de um projeto de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada, com apoio do PRR, em montante inferior a 5.000 EUR.

Desta forma, o investimento em “Projetos de Inclusão Social”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior a 800.000 EUR, sendo que as disponibilidades existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 670.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 25 - Projetos de Inclusão Social - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
	Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	
Programa Emprego Apoiado	2018	A	16	401 100 €	403 130 €	402 901 €	100%
Contratos Emprego-Inserção	2018	A	15	86 400 €	71 600 €	70 395 €	98%
Iniciativas de Integração e Ação Social	2018	A	14	5 000 €	3 650 €	3 519 €	96%
Casa Social Borba - Casa Acolhimento Temporário	2018	I	11		2 000 €		
Projeto Acessibilidades 360	2023	I	7	5 415 €	5 415 €		
Acessibilidades pessoas c/mobilidade condicionada	2022	I	24	5 000 €	5 000 €	4 272 €	85%
Competências descentralizadas da Ação Social	2022	A	1	203 651 €	162 723 €	161 543 €	99%
Mediadores Municipais e Interculturais	2021	A	6	94 601 €	95 101 €	26 191 €	28%
Total				801 167 €	748 619 €	668 821 €	89%

3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE”

Um Concelho desenvolvido tem como base das decisões, a sustentabilidade económica, social e ambiental. As competências das autarquias estão diretamente ligadas a questões de planeamento e de ordenamento do território (plano diretor municipal, planos de pormenor, planos de urbanização, etc.), bem como questões ambientais de enorme importância, de onde se pode destacar, o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos urbanos, o tratamento dos espaços verdes e o ordenamento do território.

Todas estas competências têm uma forte interação com a vida dos seus munícipes, quer através dos custos inerentes aos serviços prestados pelo Município, quer através da adoção de políticas sustentáveis que terão impacto nas gerações vindouras.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões, nomeadamente:

2.2.4.1 Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território

2.2.4.2 Articulação de ações e medidas com as concessionárias;

2.2.4.3 Implementação de boas práticas.

Para demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PDM³¹ é um instrumento legal fundamental na gestão do território municipal, que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos planos municipais, afigurando-se como um instrumento de planeamento e ordenamento territorial regulamentar, que vincula a administração e os particulares e cuja elaboração é obrigatória e da responsabilidade municipal, encontrando-se em revisão, e com execução, em 2023, próxima dos 27.500 EUR.

Embora em 2023, fosse prevista a execução de despesa em outros planos (como a revisão do Plano da UNOR 2), a mesma não chegou a realizar-se, uma vez que a calendarização de execução dos restantes planos se encontra associado ao desenvolvimento do PDM, de modo a que se concluam articuladamente.

Assim, os “Planos Municipais de Ordenamento do Território” apresentaram, em 2023, execução financeira em montante próximo dos 25.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 26 - Planos Municipais de Ordenamento do Território - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Diretor Municipal	2018	I	12	52 500 €	65 650 €	27 368 €	42%
Operação de Reabilitação Urbana (ORU)	2019	I	12	1 000 €	350 €		
Planos de Pormenor	2018	I	13	2 500 €	500 €		
Estudo Geológico PP UNOR 2	2022	I	3	1 000 €	1 000 €		
Plano UNOR 2 - Revisão	2023	I	10	51 660 €	13 710 €		
Gabinete SIG	2022	I	1				
Total				108 660 €	81 210 €	27 368 €	34%

³¹ Plano Diretor Municipal.

3.2.4.1.2. HABITAÇÃO LOCAL E HABITAÇÃO SOCIAL

O plano estratégico de habitação local é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação local. O plano estratégico de habitação local de Borba tem por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

Estes planos devem articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras, de modo a fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades no território.

No âmbito da nova geração de políticas de habitação, as estratégias locais de habitação são valorizadas como forma de promover, não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como a garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas. Esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

Por esta razão, a apresentação prévia, por parte do Município, da estratégia local de habitação é obrigatória, no caso dos apoios a conceder ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. O Município de Borba, em 2022, concluiu o seu Plano Estratégico de Habitação Local e celebrou no acordo de colaboração para a sua implementação com o apoio do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do 1.º Direito.

Por outro lado, a Carta Municipal de Habitação (CMH) é o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do PDM, com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal. Neste sentido, em 2023, o Município procedeu à adjudicação da Carta Municipal de Habitação de Borba, de forma a melhor robustecer, quer o Plano Estratégico de Habitação Local, quer o Plano Diretor Municipal.

Em 2023, verificaram-se ainda pequenas intervenções de melhorias em Habitações Sociais do Município, pelo que a execução financeira em “Habitação Local e Habitação Social” ao longo do ano se traduziu no montante próximo dos 13.500 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 27 - Plano Estratégico de Habitação Local - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Estratégia Local de Habitação	2023	I	8	1 615 517 €	5 517 €		
Carta de Habitação de Borba	2023	I	9	2 000 €	12 000 €	5 369 €	45%
Intervenção em Habitação Social	2022	I	2	5 000 €	8 250 €	8 098 €	98%
Total				1 622 517 €	25 767 €	13 467 €	52%

3.2.4.1.3. REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA

Para que a reabilitação urbana se constitua como um meio eficaz nos objetivos globais defendidos, considera-se que os objetivos devem ser determinantes, mas transversais na problematização urbanística, social, económica, histórica, etc. O desenvolvimento do PARU Borba, iniciado em 2015, teve como objetivos impulsionar a reabilitação urbana, marcar novas centralidades no centro urbano, valorizar a coesão territorial, procurar a sustentabilidade e a inclusão social e valorizar a participação pública.

A prossecução de tais objetivos pretende-se efetuar, através da seleção de intervenções em edificado público ou privado, e no espaço urbano, escolhidas para que a atratividade funcione como um gatilho que despoleta, tanto a dinamização de atividades já existentes, como o surgimento de novas atividades e permitindo a apresentação de candidatura, por parte do Município e dos parceiros que se queiram associar aos mecanismos de financiamento deste tipo de intervenções.

Até final de 2023 foi garantido cofinanciamento FEDER de 85% do investimento elegível, pelo Programa Operacional Regional Alentejo 2020 (POR Alentejo 2020), a 4 candidaturas incluídas no PARU Borba, nomeadamente, com vista à:

- Reabilitação do Celeiro da Cultura, com investimento próximo dos 380.000 EUR, cofinanciado a 85% e, à data da prestação de contas, em sede de encerramento de operação, pelo POR Alentejo 2020;
- Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e Criação do Centro de Artes e Ofícios, com investimento superior a 150.000 EUR, cofinanciado a 85% e, à data da prestação de contas, em sede de encerramento de operação, pelo POR Alentejo 2020;
- Criação do Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, com investimento próximo dos 240.000 EUR, cofinanciado a 85% e, à data da prestação de contas, em sede de encerramento de operação, pelo POR Alentejo 2020;
- Criação do Museu de Borba e Enoteca, com investimento estimado superior a 450.000 EUR, cofinanciado a 85%, no edifício onde funcionava o Centro Cultural de Borba, com empreitada adjudicada no final de 2022 por iniciar. O facto de a empreitada ter apresentado contratempos inesperados levou o Município a ter que optar por uma solução alternativa que garantisse não perder o cofinanciamento da candidatura, tendo o mesmo sido obtido, por via da inclusão da operação no Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Alentejo 2030.

Desta forma, o investimento na “Reabilitação Urbana de Borba”, em 2023, assumiu no orçamento inicial, cerca de 730.000 EUR, tendo ao longo do ano sido executado mais de 341.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 28 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PARU Borba - Reabilitação do Celeiro da Cultura	2018	I	24	5 000 €	104 750 €	104 220 €	99%
PARU Borba - Museu de Borba e Enoteca	2021	I	11	479 414 €	41 414 €	17 226 €	42%
PARU Borba - Centro Interp. Guerra Restauração	2021	I	13	234 600 €	220 650 €	219 633 €	100%
PARU Borba - Outros projetos	2018	I	27	382 €	2 882 €		
Readaptação e reabilitação da Escola da Nora	2023	I	27	5 000 €	2 000 €		
Readaptação e reabilitação da Escola de Orada	2023	I	28	5 000 €	2 000 €		
Total				729 396 €	373 696 €	341 080 €	91%

3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS

3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS

O Município ao longo dos últimos anos tem vindo a desenvolver ações e medidas, em parceria com as concessionárias do serviço de abastecimento de água e saneamento (AVT³²) e do serviço de gestão e tratamento de Resíduos Urbanos (Gesamb, EIM).

A articulação de ações e medidas em parceria pretende permitir reduzir os custos associados aos serviços, de forma a melhorar a eficiência dos serviços, através da diminuição das perdas no abastecimento de água e da melhoria da pegada ambiental do Município.

Nesse sentido, com a AVT foi implementado o *Wone*, um sistema tecnológico desenvolvido pela EPAL para gerir com mais eficiência os fluxos de água e minimização de perdas, ao passo que com a Gesamb, o Município desenvolveu, em parceria, um projeto, com vista ao aumento da eficiência da recolha seletiva e triagem dos resíduos.

Independentemente de se dever continuar a articular ações e medidas, em parceria, com as concessionárias, o custo destes serviços (principalmente do abastecimento de água e saneamento) mantém-se bastante elevado.

Desta forma, o investimento na “Articulação de ações e medidas em parceria com as concessionárias”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior a 1 milhão de euros.

Durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de um montante na mesma ordem de grandeza, conforme mapa seguinte.

Mapa 29 - Articulação de Ações e Medidas em parceria com as Concessionárias - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sistema Intermunicipal Abastecimento de Água	2018	A	20	507 000 €	611 980 €	562 061 €	92%
Sistema Intermunicipal de Saneamento	2018	A	19	212 000 €	295 540 €	245 593 €	83%
Gestão de Resíduos Urbanos	2018	A	22	325 750 €	237 160 €	237 121 €	100%
Total				1 044 750 €	1 144 680 €	1 044 775 €	91%

³² Sociedade de Águas do Vale do Tejo, SA.

3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU)

As redes de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (AR), em baixa, encontram-se bastante deterioradas, em grande parte do Concelho.

Esta situação apresenta-se particularmente preocupante, uma vez que o Município é fornecido, em alta, pela sociedade Águas do Vale do Tejo e as perdas verificam-se, essencialmente, nas redes que são competência do Município.

Assim, torna-se necessário proceder a um conjunto de investimentos nestas redes, de forma a diminuir as perdas existentes, reduzindo os custos associados ao serviço de abastecimento e saneamento em alta.

Para o efeito foram efetuadas algumas intervenções nas redes que apresentavam maior urgência de intervenção, de forma a permitir planear, faseadamente investimentos futuros nas restantes.

Em simultâneo, tornou-se também necessário proceder à aquisição e requalificação de contentores de RU, de contadores de água e na inovação e implementação de novos sistemas na recolha seletiva, de forma a manter um padrão de qualidade adequado nos serviços prestados aos munícipes.

Ao longo do ano deu-se continuidade à estratégia de funcionamento da equipa municipal de limpeza, dotando-a dos equipamentos adequados para o efeito, de modo a melhor responder às necessidades de limpeza e manutenção dos espaços públicos no Concelho, tendo o Município procedido à aquisição de uma nova viatura para recolha e gestão de resíduos, em montante próximo dos 218.000 EUR.

O Município de Borba implementou a candidatura aprovada pelo Fundo Ambiental, denominada “RecolhaBio”, em montante próximo dos 30.000 EUR, com o objetivo de promover uma reciclagem mais efetiva, reforçando a redução de deposição dos resíduos em aterro e sensibilizando a população para a importância desta temática.

No ano de 2023, os investimentos mais robustos nas redes de águas residuais foram efetuados na Freguesia de Rio de Moinhos, nomeadamente com a “Execução da rede de esgotos no Aglomerado da Talisca”, investimento já concluído, em montante próximo dos 60.000 EUR e na Freguesia da Matriz, nomeadamente com a execução da “Rede águas residuais na Rua Nunes Silva e Visconde Gião”, com execução, no ano, em montante superior a 30.000 EUR, investimento este que se estende também à rede de abastecimento de águas e que se encontra ainda a decorrer.

Nas redes de abastecimento de águas, as melhorias efetuadas na cidade foram pouco superiores a 20.000 EUR, visto existirem procedimentos a decorrer com vista a suprimir intervenções específicas, por fases. Efetivamente ainda existem bastantes investimentos a que o Município tem que fazer face nestas áreas, no entanto os mesmos apresentam-se bastante elevados e não foi possível, até ao momento encontrar fontes de financiamento para os mesmos no atual quadro comunitário de apoio.

No entanto, é expectável que o Portugal 2030 venha a acolher a possibilidade de apoiar este tipo de investimentos, nomeadamente no âmbito do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Alentejo 2030, em que a CIMAC se assume como entidades intermédia, e no qual o Município priorizou a maioria dos seus investimentos para o próximo quadro comunitário de apoio.

Assim, o investimento na “Remodelação de redes (AA/AR) e requalificação de equipamentos (RU)”, no ano de 2023, assumiu no orçamento inicial um montante próximo dos 350.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de mais de 410.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 30 - Remodelação das Redes (AA/AR) e Requalificação de Equipamentos (RU) - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Limpeza Pública	2018	A	21	25 150 €	15 000 €	10 606 €	71%
RecolhaBio	2023	A	5	2 850 €	2 850 €	635 €	22%
RecolhaBio	2023	I	16	27 150 €	29 150 €	27 919 €	96%
BioResíduos	2023	I	15	250 €	250 €		
Remodelação da rede de águas residuais	2018	I	16	20 000 €	26 500 €	25 285 €	95%
Substituição das caixas de ramal de saneamento	2019	I	3	1 000 €	800 €	664 €	83%
Controlo de Perdas de Águas	2019	I	5	15 000 €	11 020 €	7 970 €	72%
Remodelação rede águas pluviais - Quinta da Prata	2018	I	17				
Valorização do Reservatório de Orada	2021	I	7				
Valorização do Reservatório da Nora	2023	I	13				
Remodelação águas residuais - R. S. Bartolomeu	2018	I	41				
Equipamento p/limpeza e desobstrução de esgotos	2021	I	6	10 000 €	2 450 €		
Remodelação da rede de abastecimento de água	2018	I	18	30 000 €	21 700 €	20 304 €	94%
Remodelação condutas de água de Rio de Moinhos	2018	I	22				
Remodelação das condutas de água da Orada	2018	I	23				
Execução de rede esgotos - Aglomerado da Talisca	2020	I	6	57 300 €	58 300 €	58 275 €	100%
Aquisição requalif. contentores e equip. de RSU	2018	I	20	10 000 €	7 900 €	6 151 €	78%
Contadores de água	2018	I	19	5 000 €	7 000 €	3 924 €	56%
Protocolo POSEUR - Equipamento RSU	2019	I	6	1 077 €	1 077 €		
Rede drenagem águas residuais – R. 13 de janeiro	2022	I	5	1 000 €	1 000 €		
Rede distribuição água - Rua 13 de janeiro - Borba	2022	I	13	1 000 €	1 000 €		
Rede de drenagem de águas residuais - Rua Silveira Menezes - Borba	2022	I	6	1 000 €	1 000 €		
Rede distribuição água - Rua Silveira Menezes	2022	I	14	1 000 €	1 000 €		
Rede águas resid. - R. Nunes Silva e Visc. Gião	2022	I	7	66 250 €	55 450 €	30 455 €	55%
Rede dist. água – R. Nunes Silva e Visc. Gião	2022	I	15	66 250 €	58 700 €	341 €	1%
Plano Escoamento/Aprov. Águas Pluviais de Borba	2022	I	4				
Aquisição viaturas p/recolha e gestão de RSU	2022	I	17	5 542 €	222 542 €	217 710 €	98%
Aquisição viaturas p/recolha e gestão de RSU	2023	A	4	500 €	500 €		
Alteração das condutas de água na Alcaraviça	2023	I	14				
Remodelação rede distrib. água - Quinta da Prata	2023	I	35				
Remodelação rede distrib. água - R. S. Bartolomeu	2023	I	36				
Reabilitação da ETAR da Ribeira	2021	I	5		200 €	178 €	89%
Total				347 319 €	525 389 €	410 418 €	78%

3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS

O Município dispõe de uma equipa³³ de sapadores florestais. Os sapadores florestais são trabalhadores especializados, com perfil e formação específica adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogo e outras infraestruturas.

Estes profissionais exercem ainda funções de vigilância das áreas a que se encontram adstritos; apoio ao combate aos incêndios florestais e às subsequentes operações de rescaldo; sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

O funcionamento da equipa de Sapadores Florestais foi apoiado em 2023, por meio de candidatura submetida e aprovada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, até ao montante máximo de 55.000 EUR.

Desta forma, o investimento no “Programa Sapadores Florestais”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 95.000 EUR.

Durante o ano de 2023, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 85.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 31 - Programa Sapadores Florestais - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sapadores Florestais	2018	A	29	89 600 €	88 820 €	84 265 €	95%
Sapadores Florestais	2018	I	33	5 000 €	500 €		
Total				94 600 €	89 320 €	84 265 €	94%

³³ Equipa SP-03-183, aprovada pelo ICNF.

3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

O Parque de Máquinas e Viaturas do Município apresentava enormes fragilidades, uma vez que as máquinas e viaturas, na sua maioria, apresentavam um elevado número de anos de serviço, com desgaste relevante, necessitando, com muita frequência, de reparações bastante dispendiosas.

Assim, nos últimos anos, a Câmara Municipal tem procedido, faseadamente, à aquisição de máquinas e viaturas, para efeitos de substituição, com a finalidade de modernizar a sua frota municipal, para poder dar resposta às funções que os serviços têm que desempenhar.

Por esse motivo, o Município apresentou ao Fundo Ambiental, duas candidaturas, no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, para dotar os serviços de equipamentos adequados ao cumprimento das suas obrigações, com maior respeito pelo meio ambiente, para aquisição, em regime de locação financeira, de um quadriciclo elétrico e respetivo carregador semirrápido e uma viatura elétrica ligeira de passageiros e respetivo carregador semirrápido.

As referidas candidaturas foram aprovadas pelo Fundo Ambiental, mas o processo de aquisição apenas finalizou no final de 2021, pelo que só se iniciou a execução financeira em meados de 2022, após a concessão de visto aos contratos de locação financeira, por parte do Tribunal de Contas.

Desta forma, o investimento no “Parque de Máquinas e Viaturas e funcionamento dos serviços”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, o montante próximo dos 650.000 EUR.

Durante o ano de 2023, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante próximo dos 680.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 32 - Parque de Máquinas e Viaturas e Funcionamento dos Serviços - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Máquinas, viaturas e equipamentos	2018	I	4	26 784 €	74 634 €	70 815 €	95%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2020	I	1	9 300 €	9 300 €	8 951 €	96%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2022	A	2	200 €	1 050 €	997 €	95%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2020	I	2	8 100 €	8 100 €	7 759 €	96%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2022	A	3	200 €	915 €	864 €	94%
Funcionamento máquinas, viaturas e equipamentos	2018	A	5	250 300 €	211 145 €	199 550 €	95%
Funcionamento Serv. Gerais e manut. instalações	2018	A	6	354 659 €	420 705 €	390 899 €	93%
Total				649 543 €	725 849 €	679 835 €	94%

3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Município continuou a apostar na elaboração de candidaturas, com vista à implementação de medidas de eficiência energética, de forma a reduzir a sua pegada ambiental e os custos associados aos serviços de energia, dando continuidade, também, ao investimento em infraestruturas para a distribuição de iluminação pública, de modo a lograr, faseadamente, modernizar a iluminação pública no Concelho, procurando diminuir o elevado custo que suporta com a mesma.

Tal facto, levou o Município, no ano de 2018, a assumir o compromisso, com a CIMAC e os restantes municípios do Alentejo Central, de aderir a um contrato de eficiência energético, que lhe permitiria, reduzir os custos associados à rede de iluminação pública.

No âmbito do próximo quadro comunitário o Município ponderou a inclusão de um conjunto de candidaturas destinado à implementação de medidas de eficiência energética, com vista, não só a alcançar uma melhoria substancial na redução dos custos, mas também a assumir-se enquanto agente interventivo de mudança na redução da pegada ambiental e na contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável assumidos pelos Estados Membros da Comunidade Europeia.

Desta forma, o investimento em “Infraestruturas, iluminação pública e eficiência energética”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior aos 207.000 EUR.

Por outro lado, durante o ano de 2023, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução próxima dos 172.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 33 - Infraestruturas, Iluminação e Eficiência Energética - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Medidas de Eficiência Energética	2018	I	31	500 €	500 €		
Infraestruturas p/distribuição de iluminação pública	2018	I	36	500 €	500 €		
Loteamento Urbano em Rio de Moinhos	2019	I	10	500 €	500 €		
Rede de Iluminação Pública	2018	A	30	58 000 €	60 910 €	60 903 €	100%
Fibra Ótica	2023	I	26	40 000 €	260 €		
Eficiência Energética - CIMAC	2020	A	2	57 550 €	61 000 €	60 929 €	100%
Contrato de Gestão de Eficiência Energética	2018	I	63	50 042 €	50 042 €	50 042 €	100%
Total				207 092 €	173 712 €	171 874 €	99%

3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA

O Município submeteu, em 2021, uma candidatura ao ICNF³⁴ para construção de um CRO³⁵, de modo a dar cumprimento às políticas de respeito pelo bem-estar animal.

A candidatura em apreço assumiu o montante próximo dos 220.000 EUR e foi aprovada pelo ICNF no final de 2021.

No orçamento inicial de 2022, foram inscritas verbas para fazer face ao investimento previsto, no entanto não foi possível proceder à adjudicação da empreitada pelos valores previstos. Assim, nesse mesmo ano, foi necessário solicitar ao ICNF autorização para reprogramar a execução da candidatura, de acordo com novos valores de referência de mercado e novo calendário previsional de trabalhos, o que elevou o valor do CRO para montantes bastante superiores.

Com todos estes constrangimentos, apenas foi possível, por meio de concurso público, adjudicar a empreitada no início de 2023.

A construção do CRO irá implicar a assunção, pelo Município, de uma política responsável, de modo a promover a captura e tratamento de animais errantes, executando ações com vista a reduzir o abandono, fomentando a adoção responsável.

Será também de grande importância a disponibilização de informação atempada e útil sobre os animais em condições de serem adotados, permitindo a visita dos mesmos, com vista a que sejam atingidas altas taxas de adoção.

Para o efeito, será necessário dar continuidade ao serviço de medicina veterinária, cada vez mais atento às necessidades do Concelho, com a aplicação de vacinação e a resolução de situações emergentes e gestão técnica do CRO.

Desta forma, o investimento no “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, o montante de 371.500 EUR, tendo o mesmo sido corrigido para permitir uma execução próxima dos 398.000 EUR.

Durante o ano de 2023, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução no “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia” em montante superior a 405.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 34 - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Centro de Recolha Oficial de Animais	2020	I	7	371 500 €	398 400 €	397 901 €	100%
Serviços de veterinária	2021	A	2	6 000 €	8 315 €	7 148 €	86%
Total				377 500 €	406 715 €	405 049 €	100%

³⁴ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

³⁵ Centro de Recolha Oficial de animais de companhia.

3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para plena execução do orçamento, o Município teve que fazer face a despesa com ativos e passivos financeiros, entendendo-se que o mesmo se trata de uma boa prática, quando para resposta às elevadas competências do Município se procura garantir a sua sustentabilidade atual e futura.

No que respeita aos passivos financeiros, foi inscrito, em sede de orçamento inicial, um montante para fazer face ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados, quer ao nível da sua amortização anual, quer ao nível dos encargos com juros, tendo a execução dos mesmos ocorrido de acordo com o serviço da dívida previsto nos respetivos empréstimos de médio e longo prazos.

Desta forma, o investimento em “Ativos e passivos financeiros”, no ano de 2023, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 486.500 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas, permitiram uma execução próxima dos 493.000 EUR, através do cumprimento pleno dos contratos em vigor e do cumprimento do serviço da dívida com as alterações decorrentes nas taxas de juro dos empréstimos contratados pelo Município, conforme mapa seguinte.

Mapa 35 - Ativos e Passivos Financeiros - 2023

Projeto				Orçamento 2023			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Amortização de Empréstimos	2018	I	7	389 519 €	389 519 €	389 497 €	100%
Encargos com juros	2018	A	36	96 863 €	103 628 €	103 362 €	100%
Total				486 382 €	493 147 €	492 859 €	100%

IV. ANÁLISE FINANCEIRA

4.1. BALANÇO

4.1.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO

O “Ativo” do Município de Borba assumiu, no final de 2023, um montante próximo dos 38,9 milhões de euros, representando um acréscimo de cerca de 0,5% face a 2022 (correspondendo a um aumento superior a 184.000 EUR), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 36 - Evolução do Ativo - 2022/2023

RUBRICAS	31/12/2022	31/12/2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Ativo não corrente	36 531 529,81	36 853 441,91	0,88%	321 912,10
Ativos fixos tangíveis	35 462 262,63	35 802 469,40	0,96%	340 206,77
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis	196 269,45	235 431,92	19,95%	39 162,47
Investimentos Participações financeiras	198 490,50	198 490,50	0,00%	0,00
Diferimentos	674 507,23	617 050,09	-8,52%	-57 457,14
Outras contas a receber				
Ativo corrente	2 184 113,01	2 046 217,46	-6,31%	-137 895,55
Inventários	338 118,79	286 856,54	-15,16%	-51 262,25
Devedores p/transf. e subsídios não reembolsáveis	94 836,67	161 502,11	70,30%	66 665,44
Clientes, contribuintes e utentes	277 367,99	321 225,39	15,81%	43 857,40
Estado e outros entes públicos		241,80		241,80
Outras contas a receber	808 910,03	781 690,92	-3,36%	-27 219,11
Diferimentos	81 008,95	95 785,29	18,24%	14 776,34
Caixa e depósitos	583 870,58	398 915,41	-31,68%	-184 955,17
TOTAL DO ATIVO	38 715 642,82	38 899 659,37	0,48%	184 016,55

Em 31/12/2023, o “Ativo não corrente” do Município assumiu um montante de 36,8 milhões de euros, representando um aumento próximo dos 322.000 EUR (+0,9%) face ao apurado no período homólogo.

Estas variações dizem respeito, essencialmente, ao aumento superior a 340.000 EUR nos “Ativos fixos tangíveis” (+1%) e de cerca de 40.000 EUR nos “Ativos intangíveis” (+20%), contrabalançado com a diminuição de cerca de 57.500 EUR em “Diferimentos” (-8,5%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 3, 5, 18.2 e 30.6 das “Demonstrações Financeiras”.

No que respeita ao “Ativo corrente”, verifica-se uma diminuição próxima dos 138.000 EUR face a 31/12/2022 (-6,3%). Para esta variação verificam-se contributos de praticamente todas as rubricas que o compõem, sendo de salientar, as diminuições de cerca de 185.000 EUR em “Caixa e depósitos” (-32%) e de mais de 51.250 EUR em “Inventários” (-15%), bem como os aumentos em “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” (cerca de +67.000 EUR, i.e., +70%) e em “Clientes, contribuintes e utentes” (cerca de +44.000 EUR, i.e., +16%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 1.3, 9, 10 e 18.1 das “Demonstrações Financeiras”.

4.1.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No que respeita ao “Património líquido”, o mesmo apresenta uma evolução negativa superior a 1,17 milhões de euros (-3,7%) em comparação com o período homólogo, conforme mapa seguinte.

Mapa 37 - Evolução do Património Líquido - 2022/2023

RUBRICAS	31/12/2022	31/12/2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Património/Capital	20 797 571,29	20 797 571,29	0,00%	0,00
Resultados transitados	1 086 591,58	-554 067,84	-150,99%	-1 640 659,42
Outras variações no património líquido	11 694 878,97	12 036 934,69	2,92%	342 055,72
Resultado líquido do período	-1 640 659,42	-1 516 120,47	-7,59%	124 538,95
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31 938 382,42	30 764 317,67	-3,68%	-1 174 064,75

O decréscimo verificado no “Património líquido” foi fortemente motivado pela diminuição nos “Resultados transitados” (menos 1,64 milhões de euros, respeitante aos resultados líquidos negativos de 2022) e pela diminuição nos “Resultados líquidos do período” (-1,51 milhões de euros, correspondendo a -7,6%). A diminuição total no “Património líquido” só não foi maior pelo facto de se verificar um incremento considerável em “Outras variações no património líquido”, em montante superior a 340.000 EUR (+3%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.1 das “Demonstrações Financeiras”.

4.1.3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO

No que respeita ao “Passivo”, o Município fechou o exercício de 2023 com um valor superior a 8,1 milhões de euros, sendo constituído em 65% por “Passivo não corrente” e em 35% por “Passivo corrente”.

Mapa 38 - Evolução do Passivo - 2022/2023

RUBRICAS	31/12/2022	31/12/2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Passivo não corrente	4 684 482,58	5 298 723,00	13,11%	614 240,42
Provisões	480 950,43	481 912,88	0,20%	962,45
Financiamentos obtidos	3 801 443,69	3 395 303,53	-10,68%	-406 140,16
Diferimentos		1 064 808,19		1 064 808,19
Outras contas a pagar	402 088,46	356 698,40	-11,29%	-45 390,06
Passivo corrente	2 092 777,82	2 836 618,70	35,54%	743 840,88
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	577 601,72	527 560,05	-8,66%	-50 041,67
Fornecedores	78 161,04	103 568,95	32,51%	25 407,91
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	27 761,00	42 355,00	52,57%	14 594,00
Estado e outros entes públicos	327,17	1 668,33	409,93%	1 341,16
Financiamentos obtidos	406 834,97	406 767,94	-0,02%	-67,03
Fornecedores de investimentos		3 371,58		3 371,58
Outras contas a pagar	688 098,13	830 903,14	20,75%	142 805,01
Diferimentos	313 993,79	920 423,71	193,13%	606 429,92
Total do Passivo	6 777 260,40	8 135 341,70	20,04%	1 358 081,30

Comparativamente ao período homólogo, o total do “Passivo” apresentou um aumento superior a 1,35 milhões de euros (+20%), refletindo-se o mesmo nos aumentos próximos dos 615.000 EUR no “Passivo não corrente” (+13%) e dos 744.000 EUR no “Passivo corrente” (correspondendo a +35,5%).

No “Passivo não corrente” o aumento resulta, essencialmente, do aumento superior a 1 milhão de euros em “Diferimentos” e na diminuição de mais de 400.000 EUR nos “Financiamentos obtidos”, pelo cumprimento do serviço da dívida na componente a pagar em M/L prazo (-10%).

No “Passivo corrente”, aumento apurado, resulta essencialmente, dos aumentos superior a 600.000 EUR em “Diferimentos” (+193%) e próximo dos 143.000 EUR em “Outras contas a pagar” (+21%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 7, 15, 18.3 e 30.7 das “Demonstrações Financeiras”.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.2.1. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Os “Rendimentos” do ano de 2023 aumentaram, em montante, mais de 890.000 EUR (+9,4%), para um montante superior a 10,3 milhões de euros, conforme mapa seguinte.

Mapa 39 - Evolução dos Rendimentos - 2022/2023

RUBRICAS	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Impostos, contribuições e taxas	1 498 732,91	1 295 061,77	-13,59%	-203 671,14
Vendas	513 618,41	631 400,81	22,93%	117 782,40
Prestações de serviços e concessões	1 037 010,02	1 236 689,88	19,26%	199 679,86
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 389 011,32	6 063 683,13	12,52%	674 671,81
Trabalhos para a própria entidade	228 094,38	269 782,92	18,28%	41 688,54
Outros rendimentos e ganhos	814 769,69	877 744,82	7,73%	62 975,13
Juros e rendimentos similares obtidos	4 927,01	1 905,87	-61,32%	-3 021,14
TOTAL DOS RENDIMENTOS	9 486 163,74	10 376 269,20	9,38%	890 105,46

Para o referido aumento nos “Rendimentos”, bastante contribuíram os aumentos que se verificaram em “Transferências e subsídios correntes obtidos”, em cerca de 675.000 EUR (+20%), respeitante às transferências de Orçamento de Estado respeitantes ao Fundo de Financiamento da Descentralização (receitas respeitantes à descentralização de competências na área da Saúde, Ação Social e Educação, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), em “Prestações de serviços e concessões” (+20%), em montante próximo dos 200.000 EUR (essencialmente nos serviços referentes a saneamento, gestão de resíduos e cemitério) e em “Vendas” (+23%), em montante próximo a 118.000 EUR (+8%), resultantes do aumento dos ganhos com a venda de água, de forma a possibilitar ao Município cumprir com as orientações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Em sinal contrário, apuraram-se diminuições significativas em “Impostos, contribuições e taxas”, em montante superior a 203.000 EUR (-14%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 13, 14 e 30.2 das “Demonstrações Financeiras”.

4.2.2. EVOLUÇÃO DOS GASTOS

No que respeita à evolução dos “Gastos”, verifica-se que os mesmos totalizaram cerca de 11,9 milhões de euros, traduzindo-se num aumento superior a 765.500 EUR, face ao ano anterior, conforme mapa seguinte.

Mapa 40 - Evolução dos Gastos - 2022/2023

RUBRICAS	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 059 497,35	1 147 932,17	8,35%	88 434,82
Fornecimentos e serviços externos	1 895 834,26	2 106 952,84	11,14%	211 118,58
Gastos com pessoal	4 307 869,07	4 855 226,59	12,71%	547 357,52
Transferências e subsídios concedidos	624 157,77	608 998,59	-2,43%	-15 159,18
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	4 924,65	3 359,59	-31,78%	-1 565,06
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	50 938,42	6 961,92	-86,33%	-43 976,50
Provisões (aumentos)	417 556,27	962,45	-99,77%	-416 593,82
Outros gastos e perdas	220 393,21	439 466,52	99,40%	219 073,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2 450 383,04	2 580 408,17	5,31%	130 025,13
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		17 634,60		17 634,60
Juros e gastos similares suportados	95 269,12	124 486,23	30,67%	29 217,11
TOTAL DOS GASTOS	11 126 823,16	11 892 389,67	6,88%	765 566,51

Este aumento face ao ano anterior, próximo dos 7%, justifica-se por um conjunto de fatores, nomeadamente:

- O aumento de “Gastos com pessoal”, em mais de 547.000 EUR (+13%), justificado pelo aumento de custos respeitantes à contratação de “Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo”, com conseqüente acréscimo de custos com “subsídio de refeição”, “subsídio de férias”, “subsídio de Natal”, e “Encargos sobre remunerações”. De referir ainda um considerável aumento com “trabalho extraordinário”. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 19.1 das “Demonstrações Financeiras”;
- O aumento de “Outros gastos e perdas”, em cerca de 220.000 EUR (+100%), justificado, essencialmente por correções relativas a períodos anteriores, nomeadamente: anulação de receita considerada prescrita e incobrável, aprovada em reunião de Câmara de 29/11/2023 e que não estava contabilizada como imparidades e que ascende a cerca de 195.000 EUR, assim como correção que foi necessária efetuar referente à estimativa de ganhos com o Imposto Municipal de Imóveis;
- O aumento do custo com “Fornecimentos e serviços externos”, em mais de 211.000 EUR (+11%), resultante, essencialmente do aumento de gastos com eletricidade, com serviços de saneamento e com serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.5 das “Demonstrações Financeiras”;
- O aumento dos “Gastos/reversões de depreciação”, em mais de 130.000 EUR (+5,3%), que se deve ao aumento dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente da valorização de infraestruturas de distribuição de águas, de arruamentos, e à aquisição de equipamento básico e de equipamento de transporte. Estas situações encontram-se melhor especificadas na nota 5 das “Demonstrações Financeiras”.

4.2.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurou-se em **-1 516 120,47 EUR**, o que representa a continuidade de apuramento de resultados negativos nas contas do Município, situação que se mantém desde o exercício fiscal de 2020, conforme mapa seguinte.

Mapa 41 - Evolução dos Resultados - 2022/2023

RUBRICAS	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	900 065,73	1 204 502,66	33,82%	304 436,93
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-1 550 317,31	-1 393 540,11	-10,11%	156 777,20
Resultado líquido do período	-1 640 659,42	-1 516 120,47	-7,59%	124 538,95

O apuramento de resultados líquidos negativos no período é fortemente influenciado pelo:

- Aumento de “Gastos com pessoal”, em mais de 547.000 EUR (+13%), em resultado do aumento de custos respeitantes à contratação de “Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo”, com consequente acréscimo de custos com “subsídio de refeição”, “subsídio de férias”, “subsídio de Natal” e “Encargos sobre remunerações”;
- Aumento de “Outros gastos e perdas”, em cerca de 220.000 EUR (+100%), em resultado de correções relativas a períodos anteriores, nomeadamente: anulação de receita considerada prescrita e incobrável, e que não estava contabilizada como imparidades (cerca de 195.000 EUR), bem como a correção que necessária efetuar referente à estimativa de ganhos com o IMI;
- Aumento do custo com “Fornecimentos e serviços externos”, em mais de 211.000 EUR (+11%), resultante, essencialmente do aumento de gastos com eletricidade, com serviços de saneamento e com serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos;
- Aumento dos “Gastos/reversões de depreciação”, em mais de 130.000 EUR (+5,3%), em resultado do aumento dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente da valorização de infraestruturas de distribuição de águas, de arruamentos e à aquisição de equipamento básico e de equipamento de transporte;
- Aumento do custo com a água para venda, em montante próximo dos 50.000 EUR (cerca de 10%) face ao período homólogo.

Acresce ainda referir que a análise da situação do Município, em relação a “Rendimentos e Ganhos”, “Gastos e perdas” e “Resultados” se encontra desenvolvida e melhor pormenorizada nas notas 13,14 e 30 do “Demonstrações Financeiras”.

4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa do ano de 2022, quando comparado com o período homólogo, pode muito sucintamente, resumir-se, conforme mapa seguinte.

Mapa 42 - Resumo de Demonstração de Fluxos de Caixa - 2022/2023

FLUXOS DE CAIXA	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	624 805,42	400 020,27	-24,86%	-224 785,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-244 630,76	-90 255,63	-49,87%	154 375,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-471 897,43	-494 719,81	4,34%	-22 822,38
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-91 722,77	-184 955,17	-135,12%	-93 232,40
Caixa e seus equivalentes no início do período	675 593,35	583 870,58	-15,12%	-91 722,77
De execução orçamental	587 276,06	487 366,40	-18,65%	-99 909,66
De operações de tesouraria	88 317,29	96 504,18	11,54%	8 186,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	583 870,58	398 915,41	-27,38%	-184 955,17
De execução orçamental	487 366,40	323 753,59	-27,86%	-163 612,81
De operações de tesouraria	96 504,18	75 161,82	-24,17%	-21 342,36

Acresce ainda referir que a “Demonstração dos Fluxos de Caixa” se encontra desenvolvida e melhor pormenorizada nas “Demonstrações Financeiras”, constando ainda especificações sobre estas nas notas 1.3 e 14 das referidas “Demonstrações Financeiras”.

4.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Apresentam-se, de seguida, alguns dos principais indicadores económico-financeiros, de liquidez, atividade, rentabilidade e estrutura financeira, apurados para o período de 2019 a 2023.

Mapa 43 - Indicadores económico-financeiros - 2019/2023

Tipo	Indicador	Forma de cálculo	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez (*)	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo corrente (ou CP)}}{\text{Passivo corrente (ou CP)}}$	1,32	1,07	1,25	1,40	0,87
	Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Ativo Corrente-Inventários})/\text{Passivo Corrente}}$	1,23	1,01	1,08	1,18	0,74
	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades/Passivo Corrente}}$	0,48	0,32	0,39	0,37	0,17
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	$\frac{\text{Resultados operacionais (EBIT)}}{\text{Volume de negócios}} * 100$	16,64	-17,24	-44,97	-99,98	-74,60
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Património Líquido}} * 100$	0,30	-1,04	-2,33	-5,14	-4,93
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	$\frac{\text{Resultados operacionais (EBIT)}}{\text{Ativo}} * 100$	0,54	-0,61	-1,66	-4,00	-3,58
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	0,83	0,82	0,83	0,82	0,79
	Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	4,75	4,60	4,72	4,71	3,78
	Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	0,17	0,18	0,17	0,18	0,21

Para apuramento dos indicadores acima presentes, importa referir, atendendo ao princípio da transparência, que no cálculo dos indicadores de liquidez, foi expurgado o montante de 624.083,91 EUR (no ano de 2020), o montante de 577.601,62 EUR (no ano de 2021), o montante de 527.560,05 EUR (no ano de 2022) e o montante de 473.686,32 EUR do “Passivo de curto prazo”, uma vez que estes valores respeitam ao montante a pagar, no médio e longo prazos, do contrato de gestão de eficiência energética, realizado pela CIMAC, em conjunto com os municípios do Alentejo Central, não sendo o mesmo passível de subdividir, no novo regime contabilístico entre curto e médio e longo prazos.

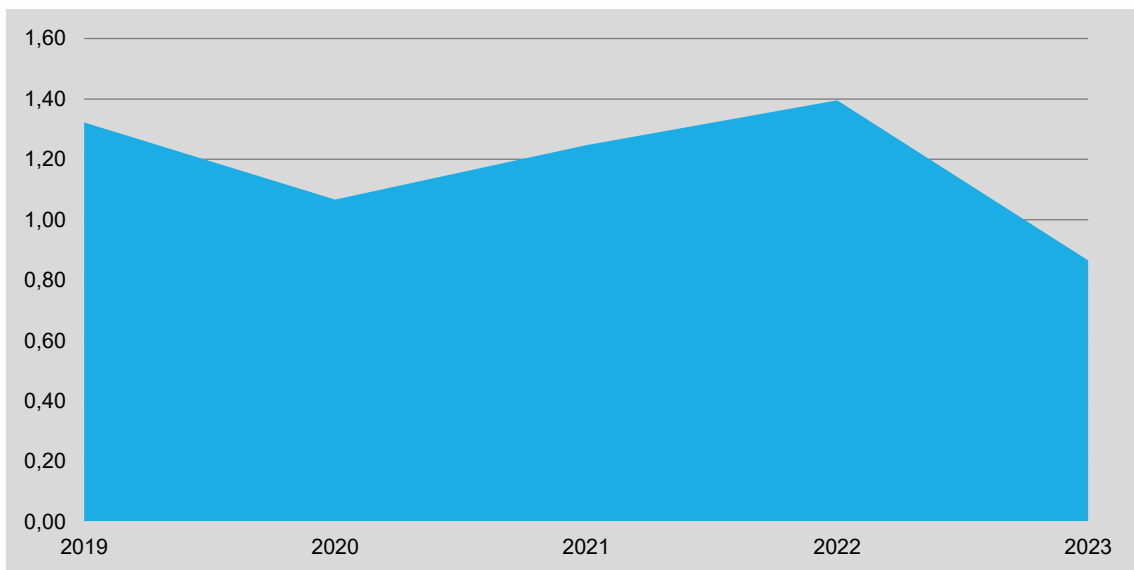
4.4.1. LIQUIDEZ GERAL

A liquidez geral trata-se de um indicador que relaciona, por meio de um rácio, o ativo de curto prazo com o passivo de curto prazo, com o objetivo de medir a capacidade que o Município tem para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pretende-se com o indicador relacionar agregados do ativo que sejam facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo, de modo a avaliar as dificuldades de tesouraria. Assim, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município para fazer face às responsabilidades no curto prazo.

Entre 2021 e 2022 verificou-se uma melhoria considerável no indicador quando comparado com o ano de 2020. No final de 2023, alterou-se a tendência e verifica-se uma diminuição significativa do indicador (-38%), fruto do agravamento do passivo de curto prazo, não acompanhado por incrementos de igual montante no ativo corrente, sendo este o pior registo nos últimos 5 anos de exercícios económicos, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Liquidez Geral - 2019/2023

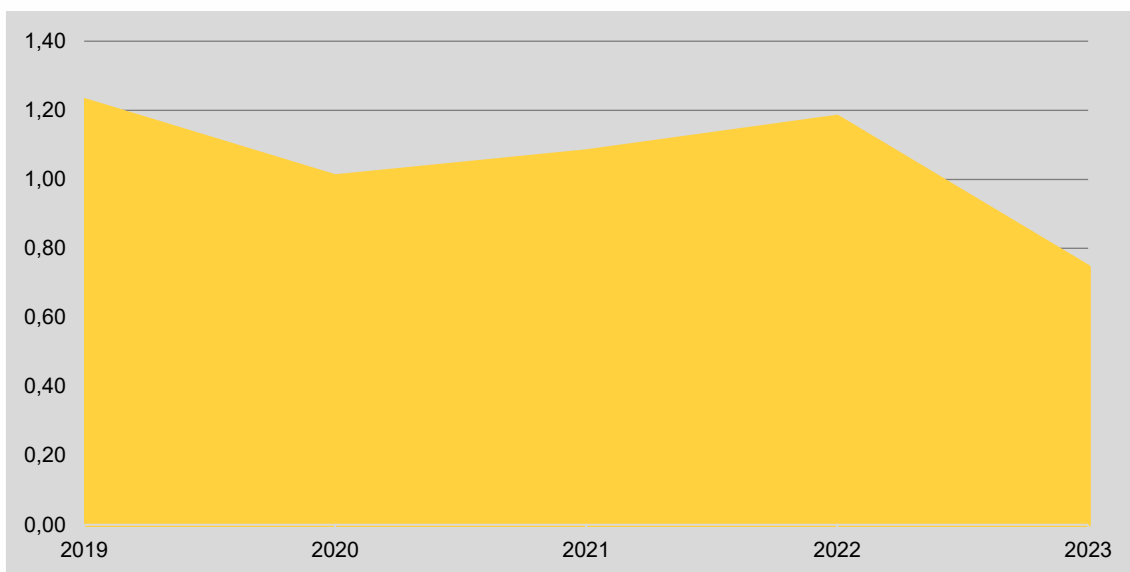


4.4.2. LIQUIDEZ REDUZIDA

O indicador de liquidez reduzida assume uma interpretação idêntica ao referido para a liquidez geral, pese embora a rapidez da satisfação da dívida seja agora analisada de uma forma mais restrita, isto é, não tendo em consideração o valor das existências. Desta forma, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município, para com rapidez fazer face às responsabilidades.

No período de 2021-2022 verificou-se uma melhoria no indicador, tendo inclusive culminado no melhor registo dos últimos anos. No entanto, no final de 2023, verifica-se uma alteração substancial, com tendência decrescente (-37%), fruto do aumento do passivo de curto prazo, não acompanhada por ativos da mesma natureza, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Liquidez Reduzida - 2019/2023



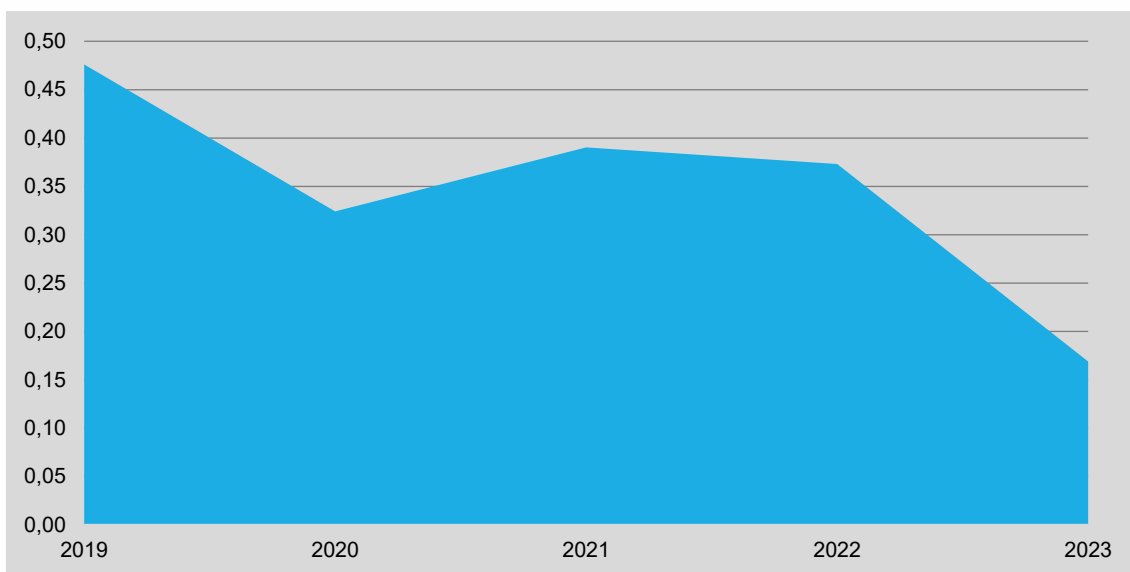
4.4.3. LIQUIDEZ IMEDIATA

Este indicador mede o grau em que os créditos de curto prazo estão passíveis de ser cobertos pelas disponibilidades do Município.

Em 2019, pelo apuramento do indicador determinou-se que 48% do passivo de curto prazo do Município se encontrava coberto pelas suas disponibilidades, no entanto o cálculo constante do indicador revela que esse valor reduziu substancialmente até final de 2023 (- 31 pontos base e -55% face ao ano anterior).

Assim, no final de 2023, verifica-se que apenas 17% do passivo de curto prazo do Município se encontra coberto pelas suas disponibilidades, devendo dar-se particular importância à evolução do mesmo, com vista à sua melhoria.

Gráfico 3 - Liquidez Imediata - 2019/2023



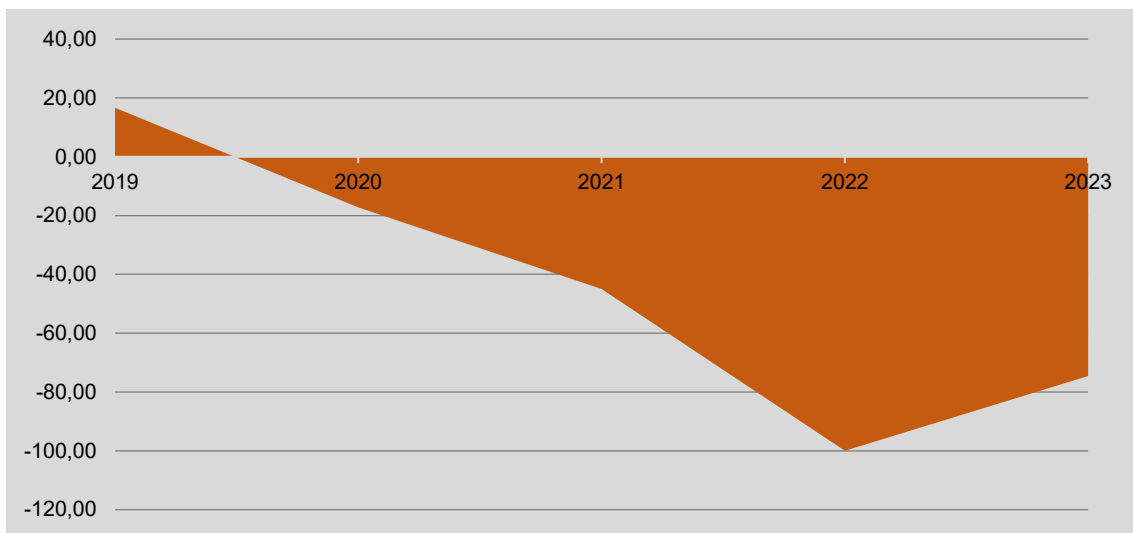
4.4.4. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS (ROVN)

Este rácio indica a margem final obtida através das vendas e prestações de serviços do Município. Os valores para este rácio serão tanto melhores quanto maior for o valor apurado.

Assim, em 2019, este indicador apresentava valor positivo, demonstrando que os resultados operacionais estavam a ser cobertos pelas vendas e pelas prestações de serviços do Município. Em 2020, o indicador sofreu um revés, entrando em terreno negativo, pelo facto de os resultados operacionais apresentarem valor negativo (em grande parte pelas depreciações apuradas em resultado das novas regras originadas pela transição de sistema contabilístico). No período 2021-2022 manteve-se a tendência com agravamento.

No ano de 2023, verifica-se uma tendência para o desagravamento face ao período homólogo, apesar de ainda negativo, uma vez que o crescimento verificado nas vendas e prestações de serviços é manifestamente insuficiente para cobrir os resultados operacionais apurados, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 4 - Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios - 2019/2023

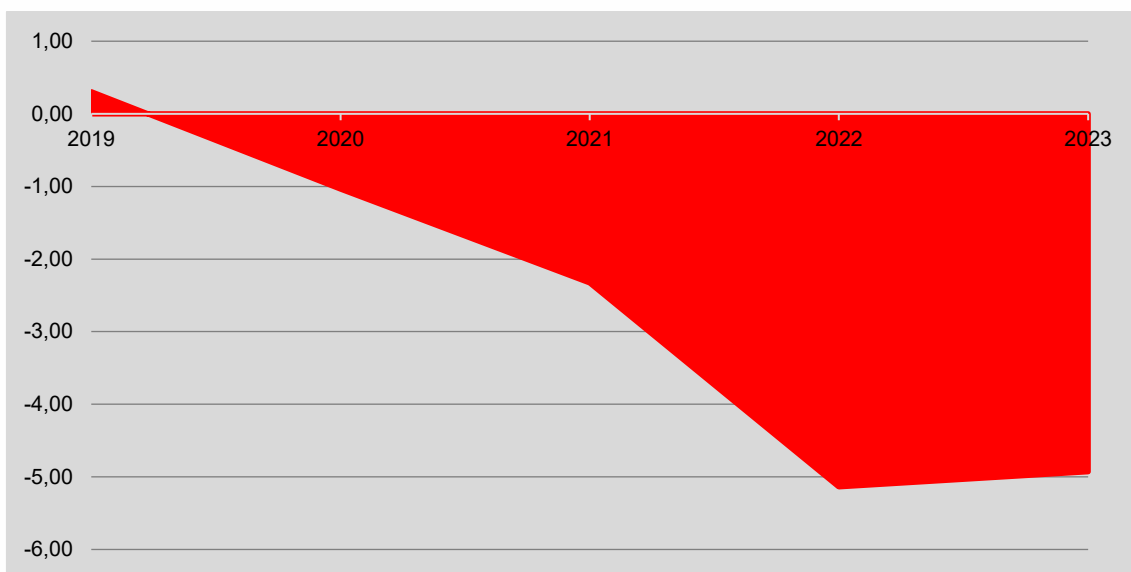


4.4.5. RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (RPL)

A “Rentabilidade do património líquido” é um indicador de desempenho dos capitais investidos, independentemente da forma de financiamento. Este indicador apresenta o peso dos resultados líquidos no património líquido, determinando a sobrevivência financeira no longo prazo e a atração de capitais alheios.

Nos últimos 5 exercícios económicos verifica-se que o indicador, em 2019 apresentou um valor positivo, por terem sido alcançados RLE positivos, em 2020, a situação inverteu-se, passando para terreno negativo, uma vez que, apesar de o património líquido, ter aumentado cerca de 9% (+2,7 milhões de euros), foram apurados RLE negativos. No período 2021-2022, o indicador sofreu um agravamento considerável, em linha de conta com o agravamento dos RLE negativos. No final de 2023, o indicador apresenta um ligeiro desagravamento, uma vez que o resultado líquido apurado se mantém em terreno negativo, mas ligeiramente melhores que os apurados no período transato, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 5 - Rentabilidade do Património Líquido - 2019/2023

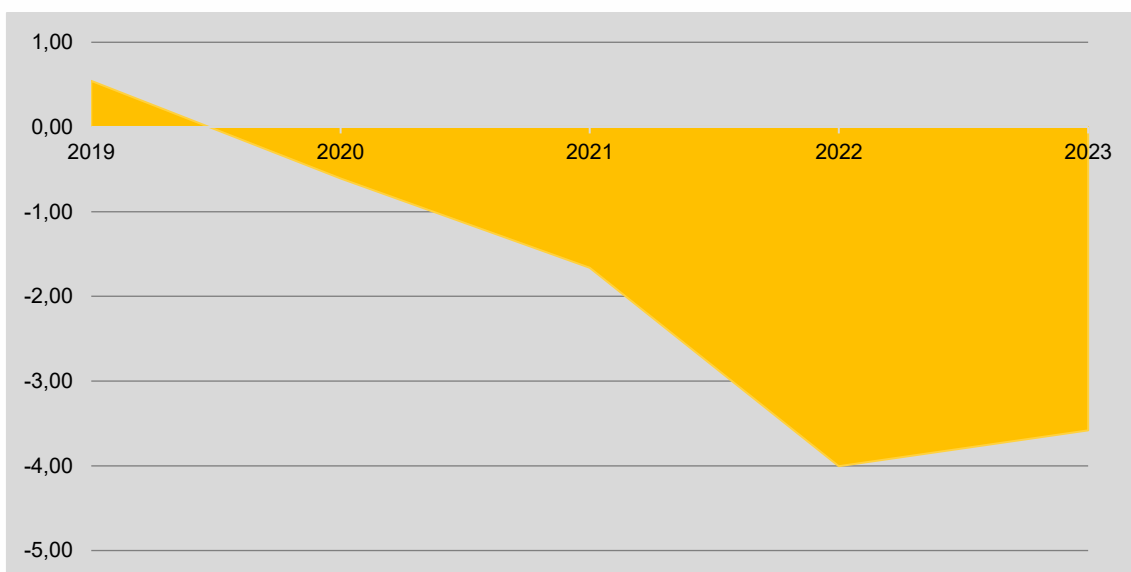


4.4.6. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (ROA)

Este indicador transmite informação sobre a capacidade de os ativos do Município gerarem resultados para sua sustentabilidade financeira.

Pela medição deste indicador nos 5 últimos exercícios económicos demonstra-se que em 2020 o indicador diminuiu 18%, passando para terreno negativo, uma vez que foram apurados resultados operacionais negativos. No período 2021-2022, o indicador agravou bastante, acompanhando o agravamento dos resultados operacionais negativos apurados em ambos os anos. Em 2023, o indicador apresenta uma tendência de melhoria, apesar de negativo, fruto de uma “quase estabilização” do ativo e de uma ligeira melhoria nos resultados operacionais negativos (apesar de negativos), conforme gráfico seguinte.

Gráfico 6 - Rentabilidade Operacional do Ativo - 2019/2023



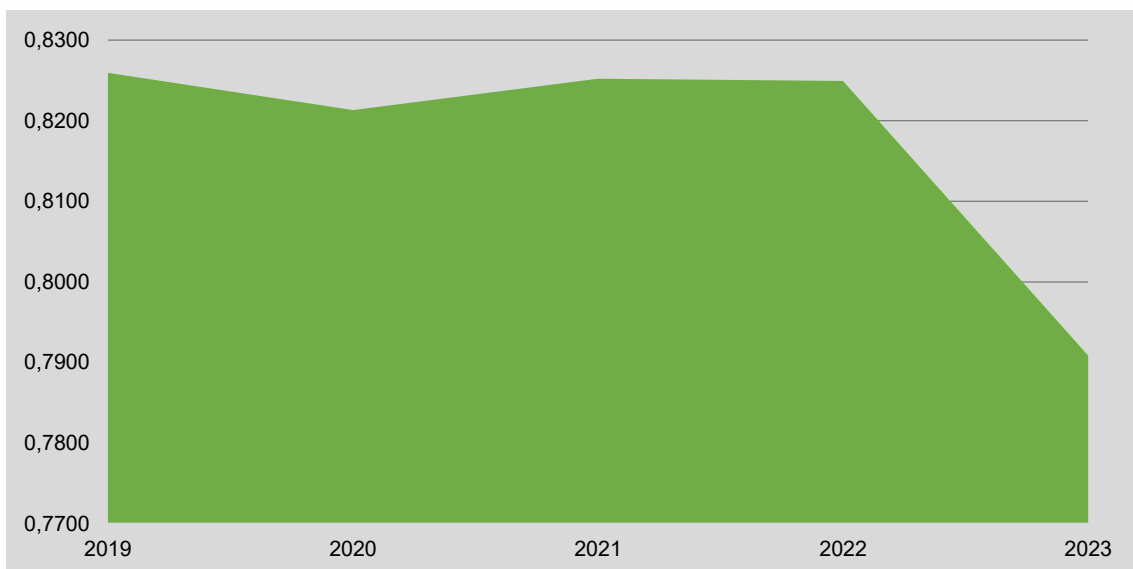
4.4.7. AUTONOMIA FINANCEIRA

A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade do Município, através da comparação entre “Património Líquido” e “Ativo”. Assim, quanto maior o grau de “Autonomia financeira”, maior será a capacidade de o Município fazer face aos seus compromissos financeiros de longo prazo.

Em 2019, este indicador apresentava um valor de 0,826 tendo baixado ligeiramente, em 2020, para 0,821, sendo que esta ligeira flutuação, apenas demonstrou que, apesar do património líquido ter apresentado um aumento próximo dos 9% (+2,7 milhões de euros), o mesmo não se refletiu no ativo, de modo a que este acompanhasse o referido aumento. No período 2021-2022, o indicador voltou a melhorar para valores bastante próximos dos apurados em 2019.

No final de 2023 verifica-se uma alteração na tendência de melhoria no indicador (-4%), apresentando os piores registos dos últimos 5 anos, fruto de diminuições no Património superiores às logradas no Ativo, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 7 - Autonomia Financeira - 2019/2023

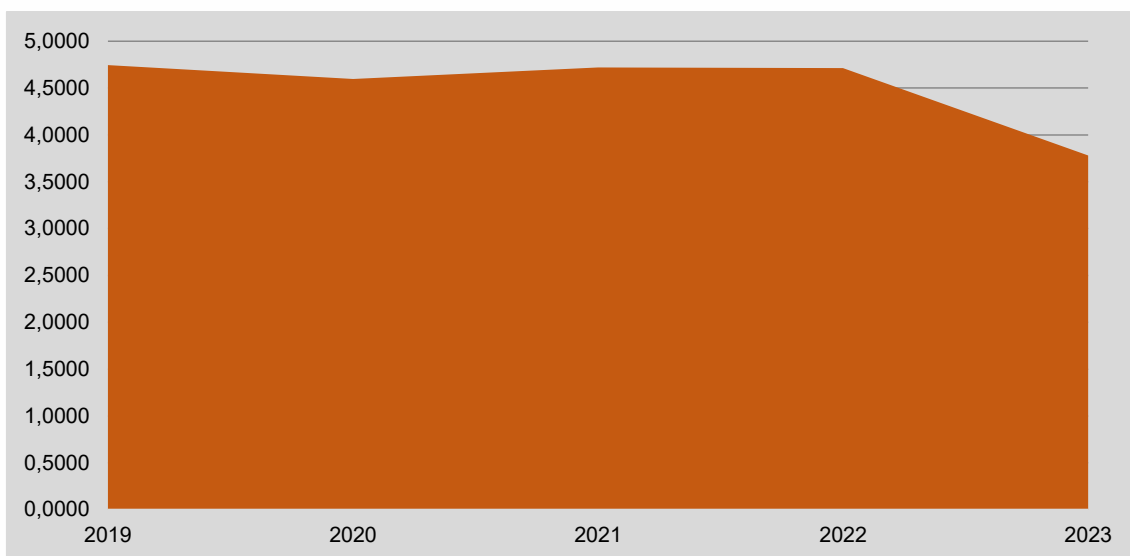


4.4.8. SOLVABILIDADE

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Património Líquido do Município no total do Passivo. Assim, quanto mais elevado o indicador, melhor solução existe para com o Património Líquido, se fazer face a dívidas de curto, médio e longo prazos.

Entre 2019 e 2020, o indicador apresentou uma diminuição de 3%, demonstrando que apesar do património líquido ter apresentado um aumento próximo dos 9% (+2,7 milhões de euros), o mesmo não se refletiu no passivo, de modo a que este acompanhasse o referido aumento. No período 2020 a 2022, a tendência alterou-se, uma vez que apesar de o património líquido diminuir cerca de 2,31%, o passivo diminuiu 2,13%, absorvendo assim a diminuição do património. No final de 2023 verifica-se uma diminuição significativa no indicador (-20%), denotando que o Património não acompanhou, em valor, o aumento do Passivo, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 8 - Solvabilidade - 2019/2023

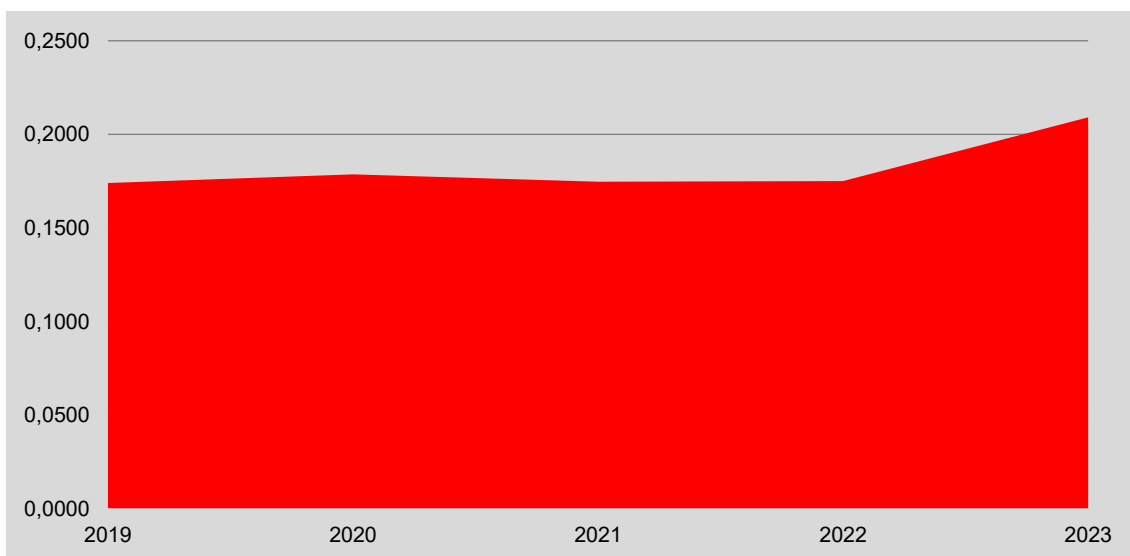


4.4.9. ENDIVIDAMENTO

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Passivo no Ativo do Município. Assim, quanto mais elevado se apresentar, maior será o endividamento do Município, visto aumentar a diferença entre Ativo e Passivo.

Em 2019, o Passivo representava 17,4% do Ativo do Município, tendo o mesmo em 2020, passado a representar 17,9%, o que configurava um aumento do indicador próximo dos 3%. Em 2021, verificou-se que o Passivo representava 17,5% do Ativo, pelo facto de, quer o Ativo, quer o Passivo terem apresentado diminuições face ao período homólogo (de 3% e 5%, respetivamente), mas este último, em montante mais robusto. Em 2022, o indicador apresentou uma ligeira melhoria, face ao período homólogo, fruto do facto da diminuição apurada no passivo (-2,13%) e no ativo (2,28%). No final de 2023, verifica-se uma alteração no indicador (-19%), pesando agora o Passivo 21% no total do Ativo conforme gráfico seguinte.

Gráfico 9 - Endividamento - 2019/2023



4.5. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

4.5.1. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

O Município terminou 2023 com um endividamento de 4,78 milhões de euros, uma diminuição superior a 438.000 EUR (-8,4%) face a 31/12/2022, pelo cumprimento do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos e do contrato de gestão de eficiência energética³⁶, bem como pelo aumento de diferimentos, conforme mapa seguinte e mapa respeitante ao endividamento municipal por maturidade.

Mapa 44 - Evolução do Endividamento - 2022/2023

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
Total do Passivo	6 777 260,40	8 135 341,70	20,04%	1 358 081,30
Operações de Tesouraria	96 504,18	75 161,82	-22,12%	-21 342,36
Provisões	480 950,43	481 912,88	0,20%	962,45
Diferimentos	313 993,79	1 985 231,90	532,25%	1 671 238,11
Credores por acréscimos de gastos	666 387,65	811 671,70	21,80%	145 284,05
TOTAL DA DÍVIDA	5 219 424,35	4 781 363,40	-8,39%	-438 060,95

4.5.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE

As dívidas de curto prazo aumentaram cerca de 50.000 EUR (+8,5%) para cerca de 630.600 EUR e as dívidas de médio e longo prazo diminuíram mais de 487.000 EUR (-10,5%) para 4,15 milhões de euros.

Mapa 45 - Endividamento Municipal por maturidade - 2022/2023

MATURIDADE	DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
CURTO PRAZO	Fornecedores	78 161,04	103 568,95	32,51%	25 407,91
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no curto prazo	50 041,67	53 873,73	7,66%	3 832,06
	Credores diversos	46 011,76	64 707,38	40,63%	18 695,62
	Estado e outros entes públicos	327,17	1 668,33	409,93%	1 341,16
	Financiamentos Obtidos - Exigível a curto prazo	406 834,97	406 767,94	-0,02%	-67,03
	TOTAL DE CURTO PRAZO	581 376,61	630 586,33	8,46%	49 209,72
MÉDIO E LONGO PRAZOS	Financiamentos Obtidos - Exigível a M/L prazo	3 801 443,69	3 395 303,53	-10,68%	-406 140,16
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no M/L prazo	527 560,05	473 686,32	-10,21%	-53 873,73
	Outras contas a pagar - (Doação com encargos e concessões)	79 733,00	60 752,22	-23,81%	-18 980,78
	Outras contas a pagar - Concessões	229 311,00	221 035,00	-3,61%	-8 276,00
	TOTAL DE M/L PRAZO	4 638 047,74	4 150 777,07	-10,51%	-487 270,67
	TOTAL GERAL	5 219 424,35	4 781 363,40	-8,39%	-438 060,95

³⁶ Na vigência do POCAL, o conjunto de municípios associados na CIMAC desenvolveram um procedimento de Eficiência Energética, consubstanciado num contrato de concessão. De acordo com o art.º 114.º da LOE/2020, que por sua vez remete para o art.º 108.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro, divulgou o Município de Borba, que passou a incluir no seu passivo, naquela data a dívida resultante do contrato de concessão de Eficiência Energética. O procedimento foi desenvolvido pela CIMAC em representação dos 14 municípios integrantes na CIM, entidade que evidenciou nas suas contas, o valor global do ativo em concessão e do respetivo passivo. Por sua vez, cada um dos municípios reconheceu nas suas contas, à data de 01/01/2020, em "Diferimentos". No caso de Borba, à data de 31/12/2023, constam 473.686,32 EUR em Ativos não correntes e 53.873,73 EUR em Ativos correntes e, simultaneamente no passivo "Credores por transferências e subsídios" 527.560,05 EUR.

Sobre o mapa anterior importa ainda referir que em “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis” constam os valores referentes ao projeto de Eficiência energética. Neste mapa é possível identificar os valores referentes a curto prazo e a médio de longo prazo, no entanto no balanço não é possível fazer essa distinção, atendendo ao facto da conta não estar desagregada com essa diferenciação, encontrando-se todo o valor registado no “passivo não corrente”.

4.5.3. DÍVIDA GLOBAL

Nos termos do RFALEI³⁷, a dívida global não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores.

Esta dívida engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, relevando ainda para efeitos deste cálculo os valores referentes às entidades participadas.

No entanto, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, que o Município não detém à data.

Nestes termos, para efeitos de cálculo da dívida global do Município de Borba, o valor total apurado é de 4,83 milhões de euros, o que compara com os 5,26 milhões de euros apurados, apurados no final de 2022. Assim, o Município dá cumprimento ao previsto o limite da dívida total imposta pelo RFALEI, com uma margem bastante considerável (superior a 6,8 milhões de euros), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 46 - Dívida Global - 2022/2023

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
1 - Limite da Dívida Total	11 025 920,12	11 646 398,36	5,63%	620 478,24
2 - Dívida Total de Operações Orçamentais	5 219 424,35	4 781 363,40	-8,39%	-438 060,95
Dívida Total	5 219 424,35	4 781 363,40	-8,39%	-438 060,95
Empréstimos bancários excluídos do cálculo				
3 - Contribuição das Participadas	47 151,98	56 820,15	20,50%	9 668,17
CIMAC	47 133,49	56 662,07	20,22%	9 528,58
AMPV (*)	18,49	158,08	754,95%	139,59
4 - Dívida Global (2) +(3)	5 266 576,33	4 838 183,55	-8,13%	-428 392,78
5 - MARGEM DE ENDIVIDAMENTO (1)-(4)	5 759 343,79	6 808 214,81	18,21%	1 048 871,02

(*) - Informação disponível mais recente à data da elaboração dos presentes documentos (dados provisórios do 4.º trimestre de 2023).

37 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro.

V. ANÁLISE ORÇAMENTAL

5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA

No exercício orçamental em análise, a receita cobrada atingiu um montante superior a 11,25 milhões de euros e uma taxa de execução de cerca de 95%. As receitas correntes corresponderam a 79,3% do total da receita total arrecada, a receita de capital a 16,4% e as outras receitas a 4,3%.

A receita corrente aumentou mais de 570.000 EUR (+6,8%), devido, essencialmente, ao aumento verificado nas transferências correntes em cerca de 473.000 EUR (+8,7%) e nas vendas de bens e serviços correntes em cerca de 147.000 EUR (+12,7%) e na diminuição verificada nos impostos diretos em cerca de 139.000 EUR (-11,2%), por via da diminuição com a arrecadação do IMT face ao período homólogo, em montante na ordem dos 138.000 EUR.

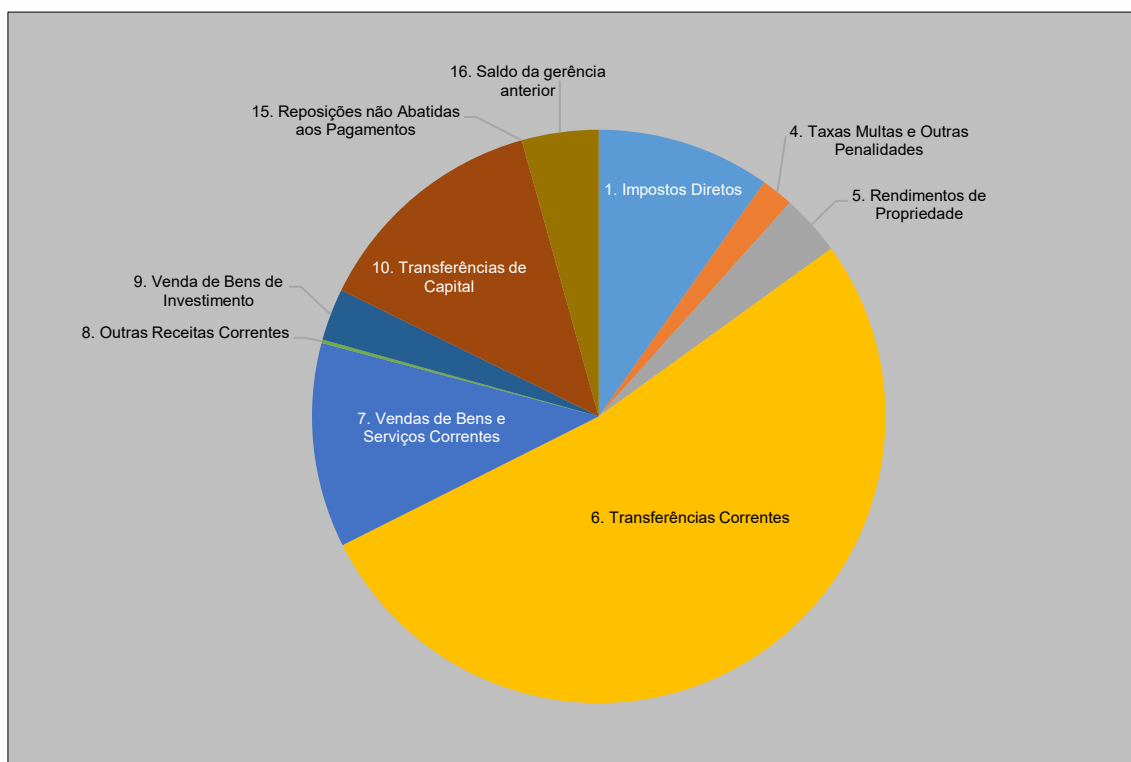
A receita de capital sofreu um acréscimo de 150% face ao ano anterior, essencialmente, devido ao aumento verificado nas transferências de capital em mais de 808.000 EUR (+115%), atendendo ao encerramento do quadro comunitário Portugal 2020 e ao aumento verificado na venda de bens de investimento em cerca de 308.500 EUR (+1795%), devido à venda dos estaleiros municipais pelo montante de 300.000 EUR.

Mapa 47 - Execução da Receita - 2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023				Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
	RECEITA COBRADA	RECEITA PREVISTA	RECEITA COBRADA	TX. EXECUÇÃO	% NO TOTAL		
1. Impostos Diretos	1 242 177,94	1 117 550,00	1 103 232,20	98,7%	9,8%	-11,2%	-138 945,74
Imposto municipal sobre imóveis	605 957,57	640 000,00	595 157,15	93,0%	5,3%	-1,8%	-10 800,42
Imposto único de circulação	162 601,66	152 650,00	169 483,50	111,0%	1,5%	4,2%	6 881,84
Imposto municipal sobre transmissões	450 248,05	304 900,00	312 154,87	102,4%	2,8%	-30,7%	-138 093,18
Derrama	23 370,66	20 000,00	26 436,68	132,2%	0,2%	13,1%	3 066,02
2. Impostos Indiretos							
4. Taxas Multas e Outras Penalidades	151 441,04	168 300,00	203 861,59	121,1%	1,8%	34,6%	52 420,55
5. Rendimentos de Propriedade	359 597,89	363 800,00	386 976,33	106,4%	3,4%	7,6%	27 378,44
6. Transferências Correntes	5 442 783,76	5 998 926,85	5 915 305,53	98,6%	52,5%	8,7%	472 521,77
7. Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 152 130,80	1 409 870,00	1 298 754,22	92,1%	11,5%	12,7%	146 623,42
8. Outras Receitas Correntes	12 137,14	8 553,15	22 145,27	258,9%	0,2%	82,5%	10 008,13
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	8 360 268,57	9 067 000,00	8 930 275,14	98,5%	79,3%	6,8%	570 006,57
9. Venda de Bens de Investimento	17 181,00	331 900,00	325 584,00	98,1%	2,9%	1795,0%	308 403,00
10. Transferências de Capital	702 182,84	2 004 973,25	1 510 477,34	75,3%	13,4%	115,1%	808 294,50
11. Ativos							
12. Passivos Financeiros							
13. Outras Receitas Capital	14 551,81	1 336,75	4 905,87	367,0%	0,0%	-66,3%	-9 645,94
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	733 915,65	2 338 210,00	1 840 967,21	78,7%	16,4%	150,8%	1 107 051,56
15. Repos. não Abat. aos Pagamentos	1 817,24	1 500,00	299,76	20,0%	0,0%	-83,5%	-1 517,48
16. Saldo da gerência anterior	587 276,06	487 366,40	487 366,40	100,0%	4,3%	-17,0%	-99 909,66
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	589 093,30	488 866,40	487 666,16	99,8%	4,3%	-17,2%	-101 427,14
TOTAL DAS RECEITAS	9 683 277,52	11 894 076,40	11 258 908,51	94,7%	100,0%	16,3%	1 575 630,99

Quanto à sua repartição, as “transferências correntes” são a maior fonte de financiamento da atividade municipal, com mais de 52% do total da receita, seguida das “transferências de capital” (cerca de 13,5%), das “vendas de bens e serviços correntes” (cerca de 13%) e dos “impostos diretos” (cerca de 10%).

Gráfico 10 - Repartição da Receita - 2023



5.1.1. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos diminuíram cerca de 139.000 EUR (-11%) comparativamente com o ano anterior. O maior responsável por esta diminuição na receita foi o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que apresenta uma diminuição superior a 138.000 EUR (-30%), uma vez que no Imposto Municipal sobre Imóveis se verificou um decréscimo próximo dos 11.000 EUR (-1,8%) e no Imposto Único de Circulação e na Derrama se verificaram aumentos na angariação de receita face ao período homólogo, no montante conjunto, de cerca de 10.000 EUR (+4% e +13%, respetivamente).

Mapa 48 - Impostos diretos - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
1. IMPOSTOS DIRETOS	1 242 177,94	1 103 232,20	-11,19%	-138 945,74
Imposto municipal sobre imóveis	605 957,57	595 157,15	-1,78%	-10 800,42
Imposto único de circulação	162 601,66	169 483,50	4,23%	6 881,84
Imposto municipal sobre transmissões	450 248,05	312 154,87	-30,67%	-138 093,18
Derrama	23 370,66	26 436,68	13,12%	3 066,02

5.1.2. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

As taxas, multas e outras penalidades aumentaram cerca de 52.500 EUR (cerca de +35%). O aumento verificado é justificado, essencialmente, pelo aumento de cerca de 36% da receita nas taxas (mais de 51.200 EUR), por via do aumento de receita com loteamentos e obras (cerca de +43%), do aumento de Mercados e Feiras (acréscimo de cerca de 4.000 EUR) e da variação nas taxas cobradas aos consumidores finais de abastecimento de água e serviços conexos e entregues às entidades reguladoras [nomeadamente TGR (cerca de + 24.400 EUR), TRH Água (acréscimo superior a 5.750 EUR) e TRH Saneamento (decréscimo superior a 1.000 EUR)] por força da atualização necessária, de forma a garantir que o Município recebe dos consumidores montantes idênticos aos que é obrigado a pagar, sem que os mesmos representem um acréscimo de receita para os cofres municipais, conforme se pode observar no mapa seguinte.

Mapa 49 - Taxas, multas e outras penalidades - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
4. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	151 441,04	203 861,59	34,61%	52 420,55
TAXAS	141 912,25	193 125,12	36,09%	51 212,87
Mercados e Feiras	5 720,43	9 693,32	69,45%	3 972,89
Loteamento e Obras	39 490,73	56 434,54	42,91%	16 943,81
Ocupação da Via Pública	11 878,92	10 816,40	-8,94%	-1 062,52
TMDP	2 424,88	2 660,68	9,72%	235,80
Outros	82 397,29	113 520,18	37,77%	31 122,89
Publicidade	1 194,26	670,02		-524,24
TGR	48 852,93	73 229,88	49,90%	24 376,95
TRH Água	16 947,95	22 721,83	34,07%	5 773,88
TRH Saneamento	4 488,83	3 461,46	-22,89%	-1 027,37
Outras	10 913,32	13 436,99	23,12%	2 523,67
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	9 528,79	10 736,47	12,67%	1 207,68
Juros de Mora	4 865,47	5 118,76	5,21%	253,29
Juros Compensatórios	179,32	89,61	-50,03%	-89,71
Coimas e Penalidades por Contraordenação				
Multas e Penalidades Diversas	4 484,00	5 528,10	23,29%	1 044,10

5.1.3. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Os rendimentos de propriedade advêm, essencialmente, da renda do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão com a E-Redes, SA e da renda do contrato de concessão de infraestruturas para abastecimento de água e saneamento com a Águas do Vale do Tejo, SA.

Estes rendimentos apresentaram um acréscimo superior a 27.300 EUR (+7,61%) face ao período homólogo, atentas as taxas de atualização a que estão sujeitos, por força do Índice de Preços no Consumidor e outras condicionantes (como no caso da energia, os consumos de baixa tensão do período e do período homólogo), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 50 - Rendimentos de propriedade - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
5. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	359 597,89	386 976,33	7,61%	27 378,44
MEO, SA	2 629,44	2 629,44		
E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA	344 067,48	370 439,64	7,66%	26 372,16
Águas do Vale do Tejo, SA	12 900,97	13 907,25	7,80%	1 006,28

5.1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Estas transferências contemplam as Transferências de Orçamento do Estado [Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), Participação Variável no IRS (IRS) e Participação na receita do IVA (IVA)], as Transferências respeitantes a Educação, Ação Social e Saúde [descentralização de competências e não só, visto terem entrado em vigor a meados do ano de 2022], as Transferências para apoio a projetos [comparticipações de projetos cofinanciados por fundos europeus, de projetos nacionais e outros (funcionamento da CPCJ³⁸, do GTF³⁹ e da Equipa de SF⁴⁰, o apoio a projetos para o Bem-Estar Animal)] e a comparticipação de programas de emprego apoiado, conforme mapa seguinte.

Mapa 51 - Transferências correntes - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
6. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 442 783,76	5 915 305,53	17,36%	472 521,77
Transferências - Orçamento de Estado	4 203 755,44	4 078 553,63	-2,98%	-125 201,81
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 778 988,00	3 697 798,00	-2,15%	-81 190,00
Fundo Social Municipal	132 765,00	147 751,00	11,29%	14 986,00
Fundo Social Municipal - Adicional (n.º 1 art.º 2.º - Lei 21/2022, de 18/11)	69 746,00	0,00	-100,00%	-69 746,00
Participação Variável no IRS	181 391,00	176 085,00	-2,93%	-5 306,00
Participação na Receita de IVA	40 865,44	56 919,63	39,29%	16 054,19
Transferências - Educação, Saúde e Ação Social	823 176,33	1 420 304,02	72,54%	597 127,69
Transferências no âmbito da Educação	697 753,46	1 077 433,02	54,41%	379 679,56
Transferências no âmbito da Saúde	52 283,82	139 219,00	166,28%	86 935,18
Transferências no âmbito da Ação Social	73 139,05	203 652,00	178,44%	130 512,95
Transferências - Proj. comunitários, nacionais e outros	169 344,96	153 783,30	-9,19%	-15 561,66
Comparticipação comunitária de projetos	67 948,66	68 104,33	0,23%	155,67
Apoio ao Funcionamento da CPCJ	15 370,08	11 849,52	-22,91%	-3 520,56
Fundo Florestal Permanente (PSF + GTF)	76 508,00	63 979,00	-16,38%	-12 529,00
Apoio a projetos para o Bem-Estar Animal (ICNF)	1 536,00	4 130,00	168,88%	2 594,00
Outras	7 982,22	5 720,45	-28,34%	-2 261,77
Transferências - Serviços e Fundos Autónomos	246 507,03	262 664,58	6,55%	16 157,55
Comparticipação de Programas de Emprego Apoiado	246 507,03	262 664,58	6,55%	16 157,55

38 Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

39 Gabinete Técnico Florestal.

40 Sapadores Florestais.

Em comparação com 2022 verifica-se um aumento nas Transferências Correntes superior a 472.500 EUR (+17,3%). Este acréscimo justifica-se por se verificarem as seguintes oscilações na receita, quando comparado com o período homólogo:

- Diminuição nas Transferências de Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS e IVA), em montante superior a 125.000 EUR (-3%), destacando-se a:
 - Diminuição de cerca de 81.200 no FEF;
 - Diminuição de cerca de 70.000 EUR no Adicional ao FSM (que ocorreu em 2022, por força da Lei n.º 21/2022, de 18 de novembro)].
- Aumento nas Transferências destinadas à Educação, Saúde e Ação Social, em montante superior a 597.000 EUR (+72,5%) [em virtude das verbas oriundas do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) e não só, visto as mesmas terem tido o seu início apenas em meados do ano de 2022, pelo que se agruparam as receitas de acordo com o seu destino e não de acordo com a sua origem], verificando-se assim um aumento de:
 - Cerca de 380.000 EUR nas verbas destinadas à Educação (+54,4%);
 - Cerca de 87.000 EUR nas verbas destinadas à Saúde (+166,3%);
 - Superior a 130.500 EUR nas verbas destinadas à Ação Social (+178,4%).
- Diminuição nas Transferências destinadas a apoiar a implementação e execução de projetos comunitários, nacionais e outros, atenta a:
 - Diminuição nas transferências destinadas a apoiar o GTF e a ESF (-12.529 EUR, correspondente a -16,4%);
 - Diminuição de verbas para apoio ao funcionamento da CPCJ de Borba (-3.520 EUR, correspondente a -23%);
 - Diminuição de outras transferências (-2.262 EUR, correspondente a -28,3%);
 - Aumento de verbas para projetos respeitantes ao Bem-Estar Animal, apoiados pelo ICNF⁴¹ (+2.594 EUR, correspondente a +169%);
 - Incremento inferior a 1% nas transferências correntes recebidas destinadas à execução de projetos cofinanciados por fundos europeus.
- Aumento nas Transferências de Serviços e Fundos Autónomos destinadas a participar projetos de emprego apoiado, por parte do IEFP⁴² [atento o aumento verificado de 16.158 EUR, correspondente a +6,5%].

⁴¹ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP.

⁴² Instituto de Emprego e Formação Profissional.

5.1.5. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A venda de bens e serviços correntes aumentou mais de 146.500 EUR (+12,7%). Este aumento ocorreu, essencialmente, pelos seguintes motivos:

- Aumento na venda de bens, em montante próximo dos 30.000 EUR (+5,15%) justificado por:
 - Aumento na receita com a venda de água, em montante próximo de 22.500 EUR (+ 4,5%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2023 aos consumidores finais;
 - Aumento de receita na venda de produtos alimentares e bebidas, em montante próximo dos 7.000 EUR (+10,4%), essencialmente pelo aumento verificado no número de refeições fornecidas aos alunos nas cantinas escolares, sob administração direta do Município;
- Aumento na receita com origem em serviços, em montante superior a 111.500 EUR (+22,4%) justificado por:
 - Aumento na receita respeitante à gestão de resíduos urbanos, em montante próximo dos 43.000 EUR (+18%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2023 aos consumidores finais;
 - Aumento da receita com serviços em cemitérios, em montante superior a 40.500 EUR (+225%), em resultado do aumento verificado na aquisição de sepulturas perpétuas;
 - Aumento na receita respeitante ao saneamento de águas residuais, em montante superior a 22.250 EUR (+11%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2023 aos consumidores finais;
 - Aumento da receita respeitante a aluguer de espaços e equipamentos, na ordem dos 6.800 EUR, (+36%), essencialmente devido ao aumento de aluguer de espaços para exposição e venda em eventos realizados pelo Município;
 - Aumento da receita ocorrida na rubrica residual “outros serviços”, em montante superior a 4.700 EUR (+127%), em resultado dos trabalhos de reabilitação, conservação, limpeza e desmatação do conjunto edificado da Estação Ferroviária de Borba, no ramal de Vila Viçosa, nos termos do contrato de concessão em vigor, celebrado entre o Município de Borba e a Infraestruturas de Portugal.
 - Diminuição da receita respeitante a transportes escolares, em montante superior a 2.500 EUR, (-85%), em virtude da implementação do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos).

Para melhor compreensão do exposto apresenta-se mapa comparativo das receitas arrecadadas no ano de 2022 e 2023.

Mapa 52 - Venda de bens e serviços correntes - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
7. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 152 130,80	1 298 754,22	12,73%	146 623,42
Venda de bens	567 697,01	596 960,85	5,15%	29 263,84
Publicações e impressos	153,53	135,55	-11,71%	-17,98
Produtos alimentares e bebidas	66 219,14	73 117,91	10,42%	6 898,77
Mercadorias	501 324,34	523 707,39	4,46%	22 383,05
Água	495 408,92	518 853,08	4,73%	23 444,16
Outros	5 915,42	4 854,31	-17,94%	-1 061,11
Serviços	499 243,23	611 114,75	22,41%	111 871,52
Aluguer de espaços e equipamentos	18 889,67	25 699,61	36,05%	6 809,94
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	6 726,90	4 827,30	-28,24%	-1 899,60
Serviços específicos das autarquias	469 929,39	572 187,97	21,76%	102 258,58
Saneamento	201 999,25	224 252,82	11,02%	22 253,57
Resíduos sólidos	240 840,83	283 832,96	17,85%	42 992,13
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	2 977,98	453,31	-84,78%	-2 524,67
Transportes escolares	2 977,98	453,31	-84,78%	-2 524,67
Trabalhos por conta de particulares	5 845,54	4 976,12	-14,87%	-869,42
Cemitérios	18 079,69	58 672,76	224,52%	40 593,07
Outros serviços específicos das autarquias	186,10		-100,00%	-186,10
Outros serviços	3 697,27	8 399,87	127,19%	4 702,60
Rendas	85 190,56	90 678,62	6,44%	5 488,06
Habitacões	23 247,84	15 898,32	-31,61%	-7 349,52
Edifícios	60 921,45	72 454,97	18,93%	11 533,52
Outras	1 021,27	2 325,33	127,69%	1 304,06

5.1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As outras receitas correntes são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende as indemnizações de seguros e outras situações pontuais. Em 2023 verifica-se um aumento de cerca de 83%, em montante na ordem dos 10.000 EUR, por se ter verificado um aumento nas indemnizações de seguros em montante próximo dos 3.000 EUR (+31%) e um aumento nas Diversas, em montante na ordem dos 7.000 EUR por se ter procedido a uma regularização de operações de tesouraria, com reversão de receita a favor do Município, em montante superior a 8.600 EUR. Trata-se esta de uma rubrica residual e de manifesta dificuldade de previsão e na qual os valores arrecadados se revelam de pouca relevância.

Mapa 53 - Outras receitas correntes - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
8. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12 137,14	22 145,27	82,46%	10 008,13
Indemnização de seguros	9 376,32	12 318,49	31,38%	2 942,17
Diversas	2 760,82	9 826,78	255,94%	7 065,96

5.1.7. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Na alienação de lotes verificou-se uma grande oscilação, uma vez que em 2022 o Município arrecadou receita ligeiramente acima dos 17.000 EUR e, em 2023, este valor se cifrou em mais de 325.500 EUR. Tal situação, justifica-se, pela venda dos prédios que constituem os Estaleiros Municipais (Oficinas Municipais), pelo montante de 300.000 EUR, conforme deliberação da Câmara Municipal, de 02/06/2022, uma vez que no respeitante à alienação de lotes de terreno foi arrecadada receita no montante de 25.584 EUR, correspondendo o mesmo a lotes de terreno da Zona Industrial do Alto dos Bacêlos (14% do Lote 16-D; 20% dos artigos 324F, 36F e 128F; 21% do Olival Atrás do Bosque e 20% do olival Atrás do Bosque e Cerca do Álamo), do Loteamento Habitacional do Forno, em Orada (70% do Lote 26 e restituição de 30% dos Lotes 38 e 39 a pedido dos interessados e aprovado pela Câmara Municipal) e de 100% de uma parcela de terreno para construção (Rua de S. Tiago em Rio de Moinhos), conforme consta no mapa seguinte.

Mapa 54 - Venda de bens de investimento - 2022/2023

DESCRIÇÃO DOS LOTES ALIENADOS	ANO DA VENDA	VALOR TOTAL DA VENDA	RECEBIMENTOS ANTERIORES		RECEBIDO EM 2022		RECEBIDO EM 2023		POR RECEBER NO FINAL DE 2023
			VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Z. Industrial Alto Bacêlos									
Lote 16-D	2020	25 000,00	8 480,00	33,92%	3 480,00	13,92%	3 480,00	13,92%	9 560,00
Artigos 324 F, 36 F e 128 F	2023	27 200,00					5 440,00	20,00%	21 760,00
Olival Atrás do Bosque	2023	37 800,00					7 800,00	20,63%	30 000,00
Olival Atrás do Bosque e Cerca do Álamo	2023	23 000,00					4 600,00	20,00%	18 400,00
P. Industrial de Apoio à Agricultura da Orada									
Lote 5	2020	15 450,00	15 450,00	100,00%					
Lote 8	2020	12 000,00	12 000,00	100,00%					
Z. Industrial Cruz de Cristo									
Lote 77	2020	19 250,00	19 250,00	100,00%					
Lot. Habit. Forno - Orada									
Lote 26	2022	5 690,00			1 707,00	30,00%	3 983,00	70,00%	
Lotes 34 e 35	2021	14 135,00	4 240,50	30,00%					9 894,50
Lote 36	2022	7 750,00			2 325,00	30,00%			5 425,00
Lotes 38 e 39	2022	16 730,00			5 019,00	30,00%	-5 019,00	-30,00%	0,00
Lote 40	2021	8 365,00	2 509,50	30,00%					5 855,50
Lote 41	2017	8 365,00	8 365,00	100,00%					
Lotes 42 e 43	2019	18 499,00	18 499,00	100,00%					
Rua S. Tiago - R. Moinhos									
Terreno para construção	2023	5 300,00					5 300,00	100,00%	
Lot. Habit. Rio de Moinhos									
Lote 1	2019	10 075,00	7 052,50	70,00%					3 022,50
Lotes 3 e 4	2022	4 650,00			4 650,00	100,00%			
S. Miguel Arcanjo									
Courela de S. Miguel	2021	10 125,00	10 125,00	100,00%					
Estaleiros Municipais									
Estaleiros Municipais	2023	300 000,00					300 000,00	100,00%	
TOTAL		569 384,00	105 971,50		17 181,00		325 584,00		103 917,50

5.1.8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Nas transferências de capital, para além das transferências do Orçamento do Estado, no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do excedente previsto no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI e das verbas PIDDAC são ainda contabilizadas as receitas provenientes das comparticipações de projetos comunitários, nacionais e outros (através de verbas do FEDER, do Fundo Ambiental ou de Outros Incentivos Financeiros).

No que respeita às Transferências do Orçamento de Estado, verificou-se um acréscimo próximo dos 375.000 EUR (+70%), bastante influenciado pelo aumento verificado no excedente distribuído para despesas de capital (por força do previsto no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI) que em 2022 se tinha apurado em cerca de 119.000 EUR e em 2023 se apurou em cerca de 502.250 EUR (um acréscimo superior a 383.000 EUR, correspondente a +323%), uma vez que o FEF de capital arrecadado apresentou uma diminuição ligeiramente superior aos 9.000 EUR (-2,15%).

Relativamente às Transferências para implementação e execução de projetos comunitários, nacionais ou outros participações comunitárias de projetos cofinanciados verificou-se um acréscimo próximo dos 434.000.000 EUR (+265%), arrecadando-se uma receita próxima dos 600.000 EUR, atendendo à execução de projetos cofinanciados pelo FEDER (uma vez que o Portugal 2020 se encontra em fase de encerramento de operações) e pelo PRR.

Mapa 55 - Transferências de capital - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
10. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	702 182,84	1 510 477,34	115,11%	808 294,50
Transferências - Orçamento de Estado	538 737,00	913 113,00	69,49%	374 376,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro	419 888,00	410 866,00	-2,15%	-9 022,00
Excedente (n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013)	118 849,00	502 247,00	322,59%	383 398,00
PIDDAC				
Transferências - Projetos comunitários, nacionais e outros	163 445,84	597 364,34	265,48%	433 918,50
FEDER	104 295,84	557 589,74	434,62%	453 293,90
PRR		39 774,60	100,00%	39 774,60
Outros Incentivos Financeiros	59 150,00		-100,00%	-59 150,00

5.1.9. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

As outras receitas de capital são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende situações de caráter extraordinário, sem enquadramento nas rubricas manifestamente mais utilizadas.

Em 2022, a rubrica apresentou uma execução considerável (14.551 EUR), uma vez que assumiu o recebimento dos resultados do FAM, respeitantes aos anos de 2020 (2.775,31 EUR) e 2021 (2.151,70 EUR), bem como a reversão de caução prestada em contrato de empreitada (Recuperação do Cineteatro de Borba) por incumprimento de obrigações contratuais por parte do empreiteiro decorrentes do período de garantia da obra (9.624,80 EUR).

Em 2023, a rubrica apresentou uma execução bastante mais singela (4.905 EUR), uma vez que assume apenas o recebimento dos resultados do FAM respeitantes ao ano de 2022 (1.905,87 EUR), bem como a venda de um veículo pesado de passageiros sem utilização para o Município, pelo montante de 3.000 EUR.

Mapa 56 - Outras receitas de capital - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
13. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	14 551,81	4 905,87	-66,29%	-9 645,94
Outras	14 551,81	4 905,87	-66,29%	-9 645,94

5.1.10. OUTRAS RECEITAS

As outras receitas compreendem apenas as rubricas respeitantes a Reposições não abatidas nos Pagamentos e ao Saldo da Gerência Anterior.

Quando comparado com o período homólogo verifica-se um decréscimo nas Outras Receitas superior a 100.000 EUR (-17,2%), sendo o mesmo bastante influenciado pelo Saldo da Gerência Anterior, que em 2022 se incorporou na Posse do Serviço em montante superior a 487.000 EUR e em 2023 se incorporou em menos cerca de 100.000 EUR, conforme mapa seguinte.

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
OUTRAS RECEITAS	589 093,30	487 666,16	-17,22%	-101 427,14
15. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 817,24	299,76	-83,50%	-1 517,48
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 817,24	299,76	-83,50%	-1 517,48
16. SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	587 276,06	487 366,40	-17,01%	-99 909,66
Saldo Orçamental na Posse do Serviço	587 276,06	487 366,40	-17,01%	-99 909,66

5.2. EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução da despesa ascendeu em 2023 a cerca de 11 milhões de euros, resultando numa taxa de execução de cerca de 92%.

As despesas correntes ascenderam a mais de 8,5 milhões de euros e as de capital a mais de 2,4 milhões de euros, com um peso relativo de 78% e 22%, respetivamente.

Comparativamente a 2022, verifica-se um incremento próximo de 1,75 milhões de euros (+ 19%), cabendo mais de 750.000 EUR a despesa corrente (+ 10%) e cerca de mais de 1 milhão de euros a despesa de capital (+ 70%).

O aumento das despesas correntes pagas justifica-se, essencialmente, com o aumento na execução de despesas com pessoal (+ 538.000 EUR, correspondendo a + 12,3%) e com aquisição de bens e serviços correntes (+ 226.750 EUR, correspondendo a +9%).

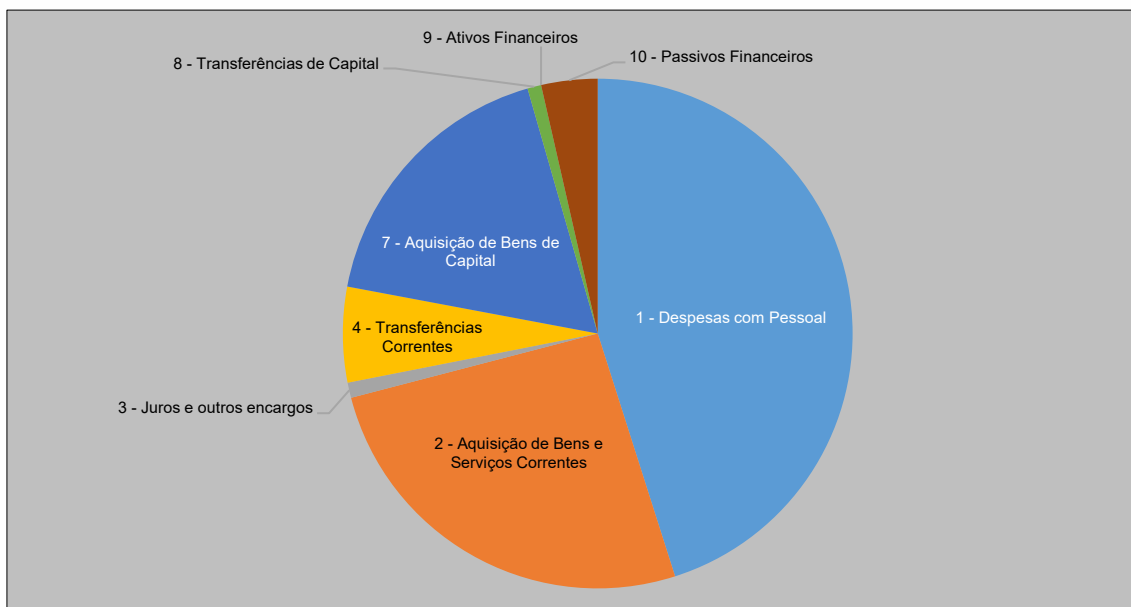
No caso das despesas de capital pagas, o aumento tem justificação, essencialmente, com o pagamento de despesas para aquisição de bens de capital (+ 959.000 EUR, correspondente a um aumento de 100% face ao período homólogo), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 57 - Execução da Despesa - 2022/2023

DESCRIÇÃO	2022	2023				Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
	DESPESA PAGA	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA PAGA	TX. EXEC.	% NO TOTAL		
1 - Despesas com Pessoal	4 386 062,84	4 974 989,66	4 924 171,65	98,98%	45,03%	12,27%	538 108,81
Remunerações Certas Permanentes	3 296 739,15	3 700 582,99	3 664 840,52	99,03%	33,51%	11,17%	368 101,37
Abonos Variáveis ou Eventuais	185 529,34	221 600,00	215 878,06	97,42%	1,97%	16,36%	30 348,72
Segurança Social	903 794,35	1 052 806,67	1 043 453,07	99,11%	9,54%	15,45%	139 658,72
2 - Aquisição Bens Serviços Correntes	2 596 095,08	3 056 605,40	2 822 865,52	92,35%	25,81%	8,74%	226 770,44
Aquisição de bens	979 436,03	1 123 427,00	1 021 091,62	90,89%	9,34%	4,25%	41 655,59
Aquisição de serviços	1 616 659,05	1 933 178,40	1 801 773,90	93,20%	16,48%	11,45%	185 114,85
3 - Juros e outros encargos	82 341,14	106 093,00	105 222,99	99,18%	0,96%	27,79%	22 881,85
4 - Transferências Correntes	711 039,27	689 668,34	660 621,24	95,79%	6,04%	-7,09%	-50 418,03
5 - Subsídios							
6 - Outras Despesas Correntes	1 064,68	15 010,00	14 885,97	99,17%	0,14%	1298,16%	13 821,29
TOTAL DE DESPESA CORRENTE	7 776 603,01	8 842 366,40	8 527 767,37	96,44%	77,98%	9,66%	751 164,36
7 - Aquisição de Bens de Capital	963 994,60	2 546 834,00	1 922 679,61	75,49%	17,58%	99,45%	958 685,01
8 - Transferências de Capital	65 757,22	114 857,00	95 211,12	82,90%	0,87%	44,79%	29 453,90
9 - Ativos Financeiros							
10 - Passivos Financeiros	389 556,29	389 519,00	389 496,82	99,99%	3,56%	-0,02%	-59,47
11 - Outras Despesas de Capital		500,00					
TOTAL DE DESPESA DE CAPITAL	1 419 308,11	3 051 710,00	2 407 387,55	78,89%	22,02%	69,62%	988 079,44
TOTAL DA DESPESA	9 195 911,12	11 894 076,40	10 935 154,92	91,94%	100,00%	18,91%	1 739 243,80

Em termos de repartição, as despesas com pessoal representaram mais de 45% da totalidade da despesa executada, a aquisição de bens e serviços correntes cerca de 26% e a aquisição de bens de capital cerca de 18%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 11 - Repartição da Despesa - 2023



5.2.1. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal apresentaram, em 2023, um aumento superior a 538.000 EUR relativamente a 2022 (+12,3%), ascendendo a cerca de 5 milhões de euros. A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se, essencialmente nas remunerações certas e permanentes (+ 368.000 EUR, representando um aumento superior a 11%), nos encargos com a Segurança Social (+ 140.000 EUR, i.e., +15,5%) e nos abonos variáveis e eventuais que apresentam um acréscimo superior a 30.000 EUR (cerca de +16,5%).

Os fatores que mais contribuíram para estas variações foram os aumentos de despesa com:

- Pessoal em funções nos quadros (+ 180.000 EUR, correspondendo a +10%);
- Pessoal em funções contratado a termo (+ 142.000 EUR, correspondendo a +120%);
- Subsídios de férias e de natal (+ 61.000 EUR, correspondendo a +15%);
- O aumento do subsídio de refeição (+ 60.000 EUR, correspondendo a +27%);
- Pessoal em qualquer outra situação (+ 26.000 EUR, correspondendo a + 13%).

Mapa 58 - Despesas com pessoal - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
1. DESPESAS COM PESSOAL	4 386 062,84	4 924 171,65	12,27%	538 108,81
Remunerações Certas e Permanentes	3 296 739,15	3 664 840,52	11,17%	368 101,37
Abonos Variáveis e Eventuais	185 529,34	215 878,06	16,36%	30 348,72
Segurança Social	903 794,35	1 043 453,07	15,45%	139 658,72

5.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As aquisições de bens e serviços, apresentaram um acréscimo de despesa superior a 226.750 EUR (+9%) relativamente a 2022.

Para o mesmo contribuiu a aquisição de serviços com +185.000 EUR [com especial destaque para os encargos com instalações (essencialmente energia) com um incremento superior a 155.500 EUR, ou seja +79%], já que na aquisição de bens se verifica um acréscimo próximo dos 41.700 EUR, [com especial destaque para mercadorias para venda (água) com um incremento superior a 70.500 EUR, i.e., +15%].

Mapa 59 - Aquisição de bens e serviços correntes - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 596 095,08	2 822 865,52	8,74%	226 770,44
Aquisição de bens	979 436,03	1 021 091,62	4,25%	41 655,59
Combustíveis e lubrificantes	172 768,74	140 479,17	-18,69%	-32 289,57
Limpeza e higiene	20 300,55	23 358,65	15,06%	3 058,10
Alimentação - géneros por confeccionar	124 376,75	129 644,41	4,24%	5 267,66
Vestuário e artigos pessoais	6 768,61	33 401,14	393,47%	26 632,53
Material de escritório	14 070,48	11 971,88	-14,91%	-2 098,60
Produtos químicos e farmacêuticos	11 544,94	8 298,69	-28,12%	-3 246,25
Material de transporte - peças	16 084,11	11 555,05	-28,16%	-4 529,06
Outro material - peças	8 084,82	8 784,07	8,65%	699,25
Prémios, condecorações e ofertas	841,64	547,45	-34,95%	-294,19
Mercadorias para venda - Água	491 224,35	562 060,86	14,42%	70 836,51
Ferramentas e utensílios	1 755,17	1 444,05	-17,73%	-311,12
Material de educação, cultura e recreio	9 943,98	7 803,75	-21,52%	-2 140,23
Outros bens	101 671,89	81 742,45	-19,60%	-19 929,44
Aquisição de serviços	1 616 659,05	1 801 773,90	11,45%	185 114,85
Encargos de instalações (Eletricidade e outros)	197 977,93	353 536,07	78,57%	155 558,14
Limpeza e higiene	217 603,66	244 451,70	12,34%	26 848,04
Conservação de bens	71 383,51	57 636,82	-19,26%	-13 746,69
Locação de Edifícios	5 040,00	5 040,00		
Comunicações	38 935,15	38 795,56	-0,36%	-139,59
Transportes	26 994,08	33 880,69	25,51%	6 886,61
Representação dos serviços	19 018,90	18 641,16	-1,99%	-377,74
Seguros	35 146,21	40 297,54	14,66%	5 151,33
Deslocações e estadas	746,51	377,00	-49,50%	-369,51
Formação	8 785,85	4 025,10	-54,19%	-4 760,75
Assistência técnica	37 178,00	38 656,68	3,98%	1 478,68
Outros trabalhos especializados	773 514,82	750 543,90	-2,97%	-22 970,92
Serviços de saúde	8 625,96	8 007,13	-7,17%	-618,83
Encargos de cobrança de receitas	38 170,73	34 314,91	-10,10%	-3 855,82
Outros serviços	137 537,74	173 569,64	26,20%	36 031,90

5.2.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os juros e outros encargos apresentam um decréscimo de cerca de 23.000 EUR (+28%) comparativamente a 2022, devido ao aumento verificado nas taxas de juro de referência, uma vez que o Município assume encargos com juros, essencialmente, para dar cumprimento ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados.

Para o efeito, importa referir que a maioria dos empréstimos de médio e longo prazo contratados assumem taxas indexantes (Euribor a 6 ou a 12 meses) que se apresentaram bastante mais elevadas que em anos anteriores. Por outro lado, o empréstimo de médio e longo prazo de montante mais elevado respeita à substituição do PAEL, mas assume taxa de juro fixa (2,636%).

Os juros de locação financeira respeitam aos 2 veículos elétricos adquiridos pelo Município, com apoio do Fundo Ambiental ao abrigo do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública.

Mapa 60 - Juros e outros encargos - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
3. JUROS E OUTROS ENCARGOS	82 341,14	105 222,99	27,79%	22 881,85
Juros da dívida pública	82 150,00	103 282,02	25,72%	21 132,02
Outros encargos correntes da dívida pública	8,30	8,30	0,00%	0,00
Juros de locação financeira	181,49	1 861,15	925,48%	1 679,66
Outros juros	1,35	71,52	5197,78%	70,17

5.2.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, apresentaram, relativamente aos valores executados no ano anterior, um decréscimo superior a 36.000 EUR (-5%), totalizando, no ano, mais de 660.000 EUR.

As transferências para a Administração Central respeitam às verbas transferidas para o Agrupamento de Escolas de Borba, ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências do Município de Borba em matéria de Educação, e o decréscimo nas transferências efetuadas respeita ao facto de o Município ter assumido alguns contratos, sem necessidade de que os mesmos passem pelo pagamento por parte do Agrupamento de Escolas (nomeadamente respeitantes ao fornecimento de energia, de fotocopiadores e de telecomunicações).

As transferências para a Administração Local assumiram um decréscimo próximo dos 38.000 EUR, cabendo cerca de -15.500 EUR (- 12%) às Freguesias e cerca de -22.500 EUR (-10%) A Associações de Municípios (essencialmente CIMAC).

Por outro lado, as Instituições sem fins lucrativos assumiram um acréscimo nas transferências, em montante próximo dos 34.000 EUR (+21%).

As famílias viram as transferências aumentar cerca de 3.000 EUR (+3%), verificando-se uma diminuição nas transferências com Programas Ocupacionais CEI e CEI+ (-14.650 EUR) e um aumento nas Outras transferências (+17.500 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 61 - Transferências correntes - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	711 039,27	660 621,24	-5,09%	-36 174,42
Administração Central	97 316,47	48 079,31	-50,59%	-49 237,16
Estado	97 316,47	48 079,31	-50,59%	-49 237,16
Administração Local	357 167,23	319 316,15	-10,60%	-37 851,08
Freguesias	126 791,46	111 356,09	-12,17%	-15 435,37
Associações de Municípios	230 375,77	207 960,06	-9,73%	-22 415,71
Instituições sem fins lucrativos	159 791,67	193 604,35	21,16%	33 812,68
Famílias	96 763,90	99 621,43	2,95%	2 857,53
Programas Ocupacionais	83 059,74	68 408,29	-17,64%	-14 651,45
Outras	13 704,16	31 213,14	127,76%	17 508,98

5.2.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Nas outras despesas correntes verifica-se um incremento de despesa considerável (cerca de +14.000 EUR, correspondente a um aumento de 1.300%), sendo que o mesmo está diretamente ligado ao IVA pago no ano, em montante superior a 14.800 EUR, de acordo com os critérios de apuramento definidos em sede de inspeção tributária realizada aos exercícios fiscais de 2018 a 2023.

Mapa 62 - Outras despesas correntes - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
6. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 064,68	14 885,97	1298,16%	13 821,29
Outras	1 064,68	14 885,97	1298,16%	13 821,29
Outras restituições	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00
IVA pago	0,00	14 804,97	#DIV/0!	14 804,97
Outras	1 064,68	81,00	-92,39%	-983,68

5.2.6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Em termos de investimento com aquisição de bens de capital, a execução atingiu um montante próximo dos 2 milhões de euros, que representa um acréscimo próximo de 1 milhão de euros (+100%) face a 2022.

As variações mais significativas respeitam a Investimentos em Construções Diversas (+426.500 EUR, +277%), em Edifícios (+300.000 EUR, +31%), em Material de Transportes (+188.500 EUR, +254%) e em Equipamento Básico (+121.000 EUR, +300%), em resultado dos investimentos efetuados pelo Município para encerramento de operações cofinanciadas pelo Portugal 2020 e da aquisição de uma nova viatura para recolha e gestão de resíduos e uma outra para transportes escolares.

O aumento verificado na Locação Financeira (+9.500 EUR, +132,5%) respeita ao cumprimento dos contratos de 2 veículos automóveis elétricos adquiridos pelo Município, com apoio do Fundo Ambiental, ao abrigo do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública.

Mapa 63 - Aquisição de bens de capital - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
7. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	963 994,60	1 922 679,61	99,45%	958 685,01
Investimentos	695 639,54	1 683 380,84	141,99%	987 741,30
Terrenos		18 623,00	100,00%	18 623,00
Habitações	68 786,04	8 482,66	-87,67%	-60 303,38
Edifícios	227 943,33	526 475,74	130,97%	298 532,41
Construções diversas	154 101,27	580 445,38	276,66%	426 344,11
Material de transportes	74 262,41	262 797,25	253,88%	188 534,84
Equipamento de Informática	18 458,59	29 856,86	61,75%	11 398,27
Software Informático	3 432,28	16 306,77	375,10%	12 874,49
Equipamento administrativo	12 250,39	29 164,86	138,07%	16 914,47
Equipamento básico	40 378,86	161 508,03	299,98%	121 129,17
Ferramentas e utensílios	12 727,82	15 815,34	24,26%	3 087,52
Investimentos incorpóreos	71 720,56	33 904,95	-52,73%	-37 815,61
Outros investimentos	11 577,99		-100,00%	-11 577,99
Locação financeira	7 186,06	16 710,37	132,54%	9 524,31
Bens de domínio público	261 169,00	222 588,40	-14,77%	-38 580,60

5.2.7. ATIVOS FINANCEIROS

Em 2023, o Município não efetuou qualquer pagamento respeitante a ativos financeiros, uma vez que em 2020 procedeu ao pagamento da última prestação para realização do capital subscrito no FAM.

5.2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros apresentaram uma redução sem relevância, comparativamente com 2022, de acordo com o serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazos contratualizados, conforme mapa seguinte.

Mapa 64 - Passivos financeiros - 2022/2023

DESIGNAÇÃO	2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
10. PASSIVOS FINANCEIROS	389 556,29	389 496,82	-0,02%	-59,47
Empréstimos de Médio e Longo Prazos				
Amortização de Empréstimos de Médio e Longo Prazos	389 556,29	389 496,82	-0,02%	-59,47

5.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais, publicado em anexo à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes brutas devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Mapa 65 - Equilíbrio orçamental - 2023

DESCRIÇÃO	2023
Receitas correntes cobradas brutas	8 932 480,67
Despesas correntes pagas	8 527 767,37
Amortizações médias de Empréstimos de M/L Prazo	386 315,50
Despesas correntes cobras brutas + Amortizações médias EMLP	8 914 082,87
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	18 397,80

Pelo exposto, verifica-se que o Município deu cumprimento à regra, apresentando equilíbrio orçamental, em montante superior a 18.000 EUR.

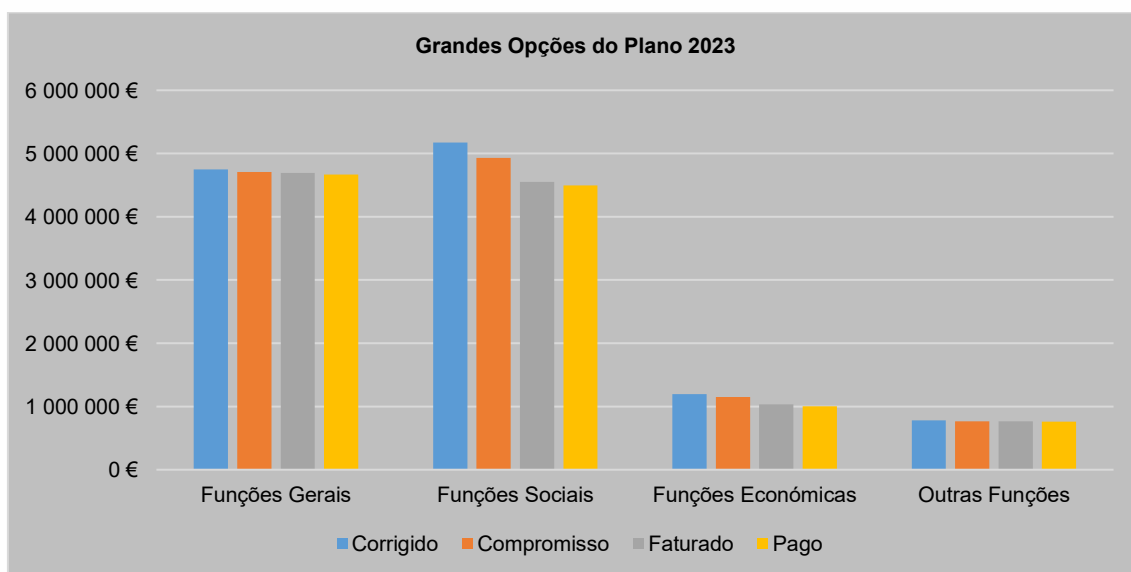
5.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP)

As Grandes Opções do Plano refletem financeiramente as atividades anteriormente descritas. Como instrumentos de gestão, as GOP estão divididas em dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais [ou Atividades Mais Relevantes (AMR)].

Em termos de execução, as GOP, no final de 2023, tinham uma previsão de despesa de 11,9 milhões de euros, dos quais foram assumidos compromissos de 11,5 milhões de euros (97,1%).

Destes, foram faturados 9,27 milhões, tendo sido pagos cerca de 10,9 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 92% e uma taxa de pagamento de 99%.

Gráfico 12 - Grandes Opções do Plano - 2023

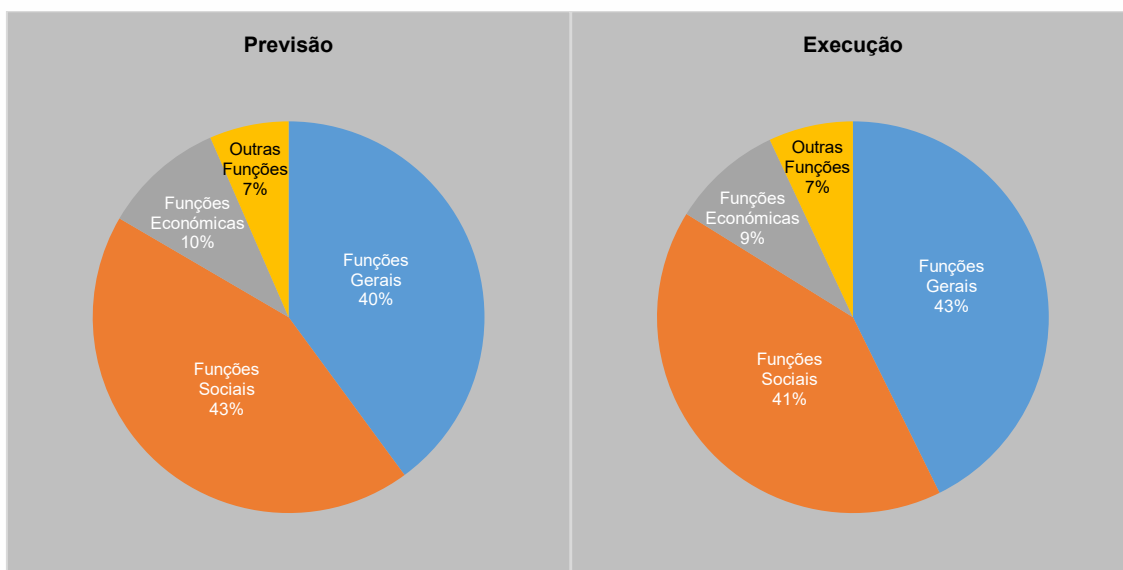


No que respeita às prioridades definidas em sede de previsão e à sua execução, verifica-se que as Funções Gerais ao longo do ano assumiram a maior fatia da despesa (42,7%), sendo as Funções Sociais as segundas maiores executoras do orçamento da despesa (com mais de 41% de execução da despesa), conforme tabela e gráfico seguintes.

Mapa 66 - Previsão vs Execução das GOP - 2023

OBJET. PROG.	DESCRIÇÃO	PREVISTO		PAGO	
		Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
1	Funções Gerais	4 747 691,63	39,92%	4 670 089,14	42,71%
2	Funções Sociais	5 173 793,76	43,50%	4 497 567,20	41,13%
3	Funções Económicas	1 194 480,01	10,04%	1 004 895,93	9,19%
4	Outras Funções	778 111,00	6,54%	762 602,65	6,97%
Total		11 894 076,40	100,00%	10 935 154,92	100,00%

Gráfico 13 - Previsão vs Execução das GOP - 2023



5.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelo Município de Borba. O PPI apresentou uma dotação superior a 3 milhões de euros, dos quais foram faturados pouco mais de 2,42 milhões e pagos cerca mais de 2,40 milhões de euros, apresentando uma taxa de execução de 79%.

As funções sociais com execução superior a 1,36 milhões de euros são as que apresentam, em valor, maior execução no plano, seguidas das funções económicas (execução superior a 474.000 EUR), das outras funções (execução próxima dos 400.000 EUR) e das funções gerais (execução superior a 172.500 EUR).

Mapa 67 - Execução do PPI - 2023

DESIGNAÇÃO	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA FATURADA	DESPESA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
Funções Gerais	194 119,65	173 415,57	172 734,28	88,98%
Administração geral	188 943,65	172 247,07	171 565,78	90,80%
Proteção civil e luta contra incêndios	5 176,00	1 168,50	1 168,50	22,58%
Funções Sociais	1 814 541,95	1 368 018,97	1 361 125,33	75,01%
Ensino não superior	110 590,00	64 943,32	64 637,05	58,45%
Serviços auxiliares de ensino	37 500,00	36 144,15	36 144,15	96,38%
Serviços individuais de saúde	5 415,00			
Ação social	27 766,95	13 493,70	13 466,99	48,50%
Ordenamento do território	105 610,00	40 474,69	40 474,69	38,32%
Saneamento	145 700,00	116 001,11	114 857,93	78,83%
Abastecimento de água	100 420,00	35 209,70	32 539,35	32,40%
Resíduos sólidos	231 519,00	225 315,34	223 861,48	96,69%
Proteção meio ambiente e conservação da natureza	427 800,00	425 820,66	425 820,66	99,54%
Cultura	176 375,00	4 583,64	4 583,64	2,60%
Desporto, recreio e lazer	53 700,00	46 254,64	46 254,64	86,14%
Outros serviços culturais	392 146,00	359 778,02	358 484,75	91,42%
Funções Económicas	630 179,40	478 400,60	474 031,12	75,22%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	500,00			
Espaços Industriais	3 882,50			
Iluminação pública	51 042,00	50 041,67	50 041,67	98,04%
Transportes rodoviários	211 445,00	78 054,19	73 977,97	34,99%
Mercados e feiras	12 800,00	2 215,05	2 167,79	16,94%
Turismo	149 600,00	148 313,34	148 313,34	99,14%
Outras funções económicas	200 909,90	199 776,35	199 530,35	99,31%
Outras funções	412 869,00	399 496,82	399 496,82	96,76%
Operações da dívida autárquica	389 519,00	389 496,82	389 496,82	99,99%
Transferências entre administrações	23 350,00	10 000,00	10 000,00	42,83%
Diversas não especificadas				
TOTAL GERAL	3 051 710,00	2 419 331,96	2 407 387,55	78,89%

5.6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)

Por sua vez, as atividades mais relevantes apresentaram uma despesa prevista superior a 8,8 milhões de euros, com uma faturação superior a 8,6 milhões de euros e uma execução superior a 8,5 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução próxima dos 97%.

As funções gerais absorveram cerca de 4,5 milhões de euros, destacando-se nesta a Administração Geral e Recursos Humanos, com assume a execução da função quase na sua totalidade.

Nas funções sociais foram investidos mais de 3,1 milhões de euros e nas funções económicas mais de 530.000 EUR, assumindo as outras funções pouco mais de 360.000 EUR de execução nas AMR no ano de 2023, conforme mapa seguinte.

Mapa 68 - Execução das AMR - 2023

DESIGNAÇÃO	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA FATURADA	DESPESA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
Funções Gerais	4 553 571,98	4 521 317,05	4 497 354,86	98,77%
Administração geral	4 468 901,98	4 437 821,27	4 413 859,08	98,77%
Proteção civil e luta contra incêndios	84 670,00	83 495,78	83 495,78	98,61%
Funções Sociais	3 359 251,81	3 184 078,17	3 136 441,87	93,37%
Ensino não superior	817 785,00	813 454,90	812 535,17	99,36%
Serviços auxiliares de ensino	162 768,00	156 171,95	145 912,78	89,64%
Serviços individuais de saúde	136 112,00	125 686,77	124 593,50	91,54%
Ação social	765 099,42	693 172,06	692 484,75	90,51%
Saneamento	295 540,00	271 463,49	245 593,43	83,10%
Abastecimento de água	611 980,00	562 060,86	562 060,86	91,84%
Resíduos sólidos	252 660,00	251 792,31	247 726,47	98,05%
Proteção meio ambiente e conservação da natureza	11 165,00	8 886,39	7 782,62	69,71%
Cultura	123 121,39	122 435,26	119 193,33	96,81%
Desporto, recreio e lazer	181 971,00	178 348,80	177 953,58	97,79%
Outros serviços culturais	1 050,00	605,38	605,38	57,66%
Funções Económicas	564 300,61	553 008,01	530 864,81	94,07%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	88 820,00	84 906,60	84 265,38	94,87%
Iluminação pública	121 910,00	121 832,40	121 832,40	99,94%
Turismo	353 570,61	346 269,01	324 767,03	91,85%
Outras funções	365 242,00	364 891,08	363 105,83	99,42%
Operações da dívida autárquica	103 628,00	103 361,84	103 361,84	99,74%
Transferências entre administrações	261 614,00	261 529,24	259 743,99	99,29%
TOTAL GERAL	8 842 366,40	8 623 294,31	8 527 767,37	96,44%

5.7. INDICADORES ORÇAMENTAIS

De acordo com o previsto no SNC-AP, e para efeitos de análise do período 2022-2023, apresentam-se alguns indicadores, relacionados com as taxas de execução das receitas cobradas e das despesas pagas face às corrigidas, dos diferenciais entre receitas correntes e de capital e despesas correntes e de capital, apuramento de saldos com o cálculo dos diferenciais entre receitas efetivas e despesas efetivas, bem como respeitantes à comparação entre “despesa primária”, “despesa total”, “despesa com pessoal”, “compromissos”, “obrigações”, “pagamentos de períodos anteriores” e “compromissos a transitar”.

Mapa 69 - Indicadores orçamentais - 2022/2023

INDICADORES	2022	2023
Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	88,14%	94,66%
Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	83,71%	91,94%
Receita corrente líquida - Despesa corrente	583 666 €	402 508 €
Receita de capital - Despesa de capital	-685 392 €	-566 420 €
Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	1 078 955 €	888 677 €
Receita efetiva - Despesa efetiva	975 039 €	792 304 €
Despesa primária / Despesa total	94,87%	95,48%
Despesa c/pessoal / Despesa primária	50,28%	47,16%
Despesa c/pessoal / Despesa total	47,70%	45,03%
Compromissos /Dotações corrigidas	87,42%	97,12%
Obrigações /Compromissos	96,57%	961,25%
Pagamentos períodos anteriores / Despesa por pagar de períodos anteriores	87,47%	22,23%
Pagamentos no período / Obrigações	99,15%	9,85%
Compromissos a transitar / Compromissos	3,43%	4,41%

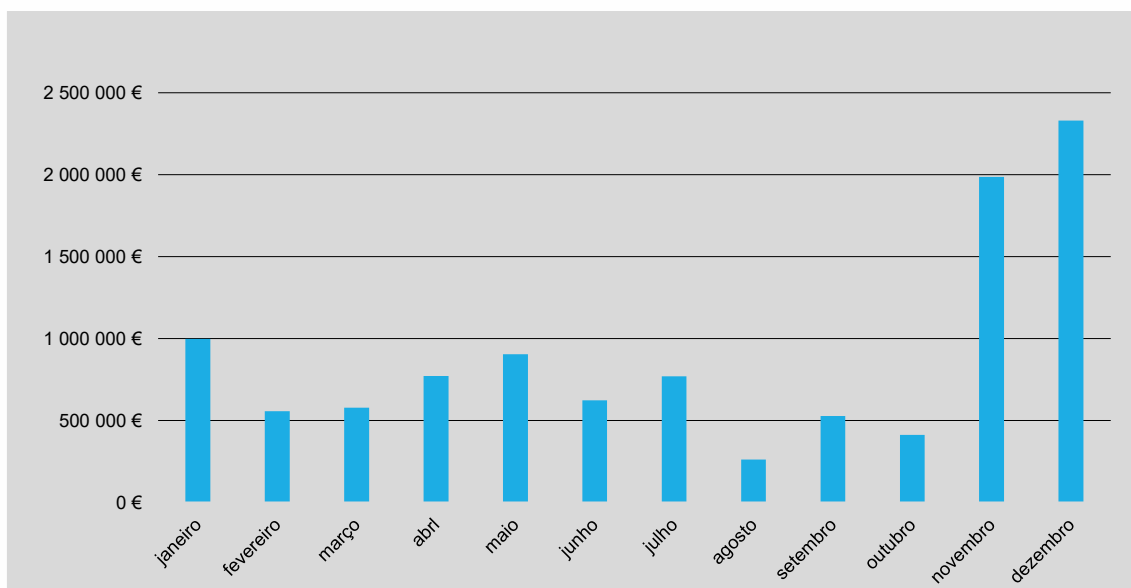
VI. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

Esta lei impõe assim limites à gestão municipal, impossibilitando a assunção de novos compromissos no caso de não existirem fundos disponíveis. A Câmara Municipal de Borba não aprovou, nos termos do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Caso o tivesse efetuado, por força do disposto no n.º 5⁴³ do artigo 62.º da LOE 2023⁴⁴, mantinha essa exclusão⁴⁵ no ano de 2023.

No entanto, apesar disso, o n.º 6⁴⁶ do artigo 62.º da LOE 2023 exclui o âmbito da aplicação da lei para os municípios que cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, como é o caso do Município de Borba. Independentemente do referido, os serviços municipais continuaram a calcular os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, mantendo valores positivos de fundos, conforme se demonstra nos apuramentos mensais, que se apresentam no gráfico seguinte.

Gráfico 14 - Fundos Disponíveis - 2023



⁴³ "As autarquias locais que, em 2022, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31 de dezembro de 2022, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro."

⁴⁴ Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2023, aprovado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro.

⁴⁵ "salvo se, em 31 de dezembro de 2022, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro."

⁴⁶ "São excluídas do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as autarquias locais que, a 31 de dezembro de 2022, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ficando dispensadas do envio do mapa dos fundos disponíveis através da plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL, mantendo-se a obrigatoriedade de reporte dos pagamentos em atraso."

Nos termos do n.º 147 do artigo 63.º do LOE 2023⁴⁸, até ao final do ano de 2023, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2022, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), o que se verificou, uma vez que o Município não detinha qualquer pagamento em atraso no final de setembro de 2022, nem no final de dezembro de 2023, conforme se apresenta no mapa seguinte.

Mapa 70 - Redução dos pagamentos em atraso - 2023

DESCRIÇÃO	VALOR
Pagamentos em atraso em 30/09/2022	0,00
Valor a Reduzir = 10% dos pagamentos em atraso a 30/09/2022	0,00
Objetivo para 31/12/2023	0,00
Pagamentos em atraso a 31/12/2023	0,00
CUMPRIMENTO	

⁴⁷ "Até ao final de 2023, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados na plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL à data de setembro de 2022, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto."

⁴⁸ Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2023, aprovado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro.

VII. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão no Município de Borba encontra-se numa fase de implementação em que ainda é necessário proceder a trabalhos de ajustes e melhorias, tanto ao nível do apuramento dos gastos como dos rendimentos das diversas atividades do município.

A norma de contabilidade publica 27 do SNC-AP dispõe que a contabilidade de gestão destina -se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

Atendendo ao apuramento dos gastos e rendimentos por centro de custo, foi possível apurar em 2023 um saldo devedor próximo de 3,3 milhões de euros repartido por centros de custo, conforme mapa seguinte.

Também é possível fazer uma análise comparativa face ao ano de 2022, sendo visível a diminuição dos gastos e/ou o aumento de rendimentos por atividade/centro de custo, uma vez que no período homólogo o mesmo se cifrou em 4,2 milhões de euros.

Este apuramento confirma que, efetivamente, o Município ainda tem que trabalhar adequadamente a contabilidade de gestão, uma vez que nem todas as despesas estão a ser devidamente correspondidas com contas na contabilidade analítica, o que prejudica o apuramento e análise correta.

Mapa 71 - Custos por Centro de Custo - 2022/2023

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS	SALDO		Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
		2022	2023		
91.01	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	409 769,96	177 394,76	-56,71%	-232 375,20
91.02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8 090,62	5 218,39	-35,50%	-2 872,23
91.03	GESTÃO PATRIMONIAL, CONTABILÍSTICA E DE TESOURARIA	-4 770 714,97	- 6 263 622,98	31,29%	-1 492 908,01
91.04	SISTEMAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	29 441,13	6 615,39	-77,53%	-22 825,74
91.05	GESTÃO DE EXPEDIENTE E ARQUIVO	12 238,97	288,78	-97,64%	-11 950,19

Continua na página seguinte

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 3 €
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2022	2023		
	<i>Continuação da página anterior</i>				
91.06	GESTÃO URBANÍSTICA	-38 764,84	-41 476,97	7,00%	-2 712,13
91.06.01	LOTEAMENTOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO		-1 706,15		-1 706,15
91.06.02	REMODELAÇÃO DE TERRENOS	1 821,90	6 374,69	249,89%	4 552,79
91.06.03	OBRAS DE EDIFICAÇÃO	-35 330,61	-45 408,52	28,52%	-10 077,91
91.06.04	INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS				
91.06.05	LICENCIAMENTO GÁS, CARBURANTES LÍQUIDOS, AR E ÁGUA		-49,53		-49,53
91.06.06	FISCALIZAÇÃO / VISTORIAS	-682,06	-376,09	-44,86%	305,97
91.06.07	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DE OBRAS	-889,63	-1 484,03	66,81%	-594,40
91.06.08	PARU - PLANO AÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA		3 863,86		3 863,86
91.06.99	OUTRAS OPERAÇÕES	-3 684,44	-2 691,20	-26,96%	993,24
91.07	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS	2 150 894,55	2 121 468,64	-1,37%	-29 425,91
91.07.01	HIGIENE E LIMPEZA	10,64	128 305,66	1205780,26%	128 295,02
91.07.02	PARQUES E JARDINS	120 136,68	156 895,99	30,60%	36 759,31
91.07.03	CEMITÉRIOS	24 607,69	-2 689,38	-110,93%	-27 297,07
91.07.04	ABRIGO DOS ANIMAIS	726,12	915,44	26,07%	189,32
91.07.05	ESTRADAS, ARRUAMENTOS E CAMINHOS	1 433 363,32	1 498 966,74	4,58%	65 603,42
91.07.06	LOTEAMENTOS	120 276,56	127 951,93	6,38%	7 675,37
91.07.07	ZONAS INDUSTRIAIS	20 224,82	21 022,15	3,94%	797,33
91.07.08	GESTÃO DE VIATURAS	211 695,13	150 598,94	-28,86%	-61 096,19
91.07.09	GESTÃO DE MÁQUINAS	40 026,89	50 648,36	26,54%	10 621,47
91.07.10	ESTAÇÃO DE SERVIÇO	317,65	12 737,75	3910,00%	12 420,10
91.07.11	TOPOGRAFIA	30 579,33	25 056,51	-18,06%	-5 522,82
91.07.12	MANUTENÇÃO GERAL	115 610,10	71 624,82	-38,05%	-43 985,28
91.07.13	IMÓVEIS DIVERSOS	-29 036,27	-204 807,60	605,35%	-175 771,33
91.07.14	TERRENOS DO DOMÍNIO PRIVADO	445,56	-2 629,44	-690,14%	-3 075,00
91.07.15	PAÇOS DO CONCELHO	45 087,07	43 984,83	-2,44%	-1 102,24
91.07.16	CENTRAL DE ASFALTO	2 591,42	2 897,69	11,82%	306,27
91.07.17	SAMA - SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRAT	1 673,59	20 083,08	1100,00%	18 409,49
91.07.18	ARMAZÉM DE INERTES	6 733,75	6 950,47	3,22%	216,72
91.07.19	MUROS E PEQUENAS CONSTRUÇÕES	3 477,21	9 249,60	166,01%	5 772,39
91.07.21	MONUMENTOS E OUTROS BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO	2 062,34	2 593,17	25,74%	530,83
91.07.22	ADARVE DA MURALHA DO CASTELO DE BORBA	284,95	1 111,93	290,22%	826,98
91.08	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	577 637,69	645 237,04	11,70%	67 599,35
91.08.01	REMOÇÃO DE LIXOS E OUTROS RESÍDUOS	577 637,69	645 237,04	11,70%	67 599,35
91.09	GESTÃO DE ÁGUAS	1 151 194,53	1 153 706,77	0,22%	2 512,24
91.09.01	LIGAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁGUA	4 853,90	1 386,20	-71,44%	-3 467,70
91.09.02	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1 146 340,63	1 152 320,57	0,52%	5 979,94
91.10	GESTÃO DE ESGOTOS	417 174,43	461 493,23	10,62%	44 318,80
91.10.01	LIGAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESGOTOS	10 739,78	10 463,94	-2,57%	-275,84
91.10.02	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESGOTOS	336 775,54	378 255,21	12,32%	41 479,67
91.10.03	ÁGUAS PLUVIAIS	69 659,11	72 774,08	4,47%	3 114,97
	<i>Continua na página seguinte</i>				

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ	Δ
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2022	2023	2022/2023 %	2022/2023 €
<i>Continuação da página anterior</i>					
91.11	ECONOMIA, COMÉRCIO E APOIO AO CONSUMIDOR	287 502,74	185 517,96	-35,47%	-101 984,78
91.11.01	TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS	-24 291,04	-23 460,43	-3,42%	830,61
91.11.02	FEIRAS / FESTAS TEMÁTICAS	254 435,61	182 233,64	-28,38%	-72 201,97
91.11.04	GESTÃO DE MERCADOS	34 836,43	20 425,82	-41,37%	-14 410,61
91.11.05	GESTÃO DE FEIRAS	-1 378,75	112,90	-108,19%	1 491,65
91.11.07	GADE	21 917,48	549,26	-97,49%	-21 368,22
91.11.08	PROVERE	948,33		-100,00%	-948,33
91.11.09	FAME - APOIO EMPRESAS	1 034,68	158,01	-84,73%	-876,67
91.12	EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	807 846,54	709 678,60	-12,15%	-98 167,94
91.12.01	EDUCAÇÃO	555 829,65	400 232,31	-27,99%	-155 597,34
91.12.02	SAÚDE	43 134,72	62 351,56	44,55%	19 216,84
91.12.03	AÇÃO SOCIAL	208 882,17	247 094,73	18,29%	38 212,56
91.13	CULTURA E DESPORTO	1 093 503,73	1 125 995,81	2,97%	32 492,08
91.13.01	FESTAS E ANIMAÇÃO CULTURAL	188 508,82	205 547,45	9,04%	17 038,63
91.13.02	POSTO DE TURISMO	39 043,78	43 171,78	10,57%	4 128,00
91.13.03	FÓRUM TRANSFRONTEIRIÇO	8 905,01	9 786,82	9,90%	881,81
91.13.04	BIBLIOTECA	22 670,60	23 219,62	2,42%	549,02
91.13.05	ESPAÇO INTERNET	53,17	16,13	-69,66%	-37,04
91.13.06	PALACETE DOS MELOS	21 026,61	22 608,46	7,52%	1 581,85
91.13.08	CINETEATRO	8 501,82	10 603,51	24,72%	2 101,69
91.13.09	CELEIRO DA CULTURA	8 319,14	17 116,20	105,74%	8 797,06
91.13.10	PAVILHÃO DESPORTIVO	5 118,71	2 898,22	-43,38%	-2 220,49
91.13.11	PISCINA COBERTA	167 212,00	87 551,74	-47,64%	-79 660,26
91.13.12	PISCINA DESCOBERTA	22 777,47	50 531,42	121,85%	27 753,95
91.13.13	ESPAÇOS DESPORTIVOS	113 338,25	96 207,15	-15,12%	-17 131,10
91.13.14	SUBSÍDIOS/APOIO A COLECTIVIDADES / ASSOCIAÇÕES	227 836,95	293 922,50	29,01%	66 085,62
91.13.15	PAVILHÃO DE EVENTOS	91 579,34	103 645,94	13,18%	12 066,60
91.13.16	CEDÊNCIA DE VIATURAS		-217,50		-217,50
91.13.17	EDIFÍCIO DO CENTRO CULTURAL DE BORBA	6 244,89	4 179,96	-33,07%	-2 064,93
91.13.18	LOJA DO CIDADÃO	13 080,96	30 198,61	130,86%	17 117,65
91.13.19	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E CERTAMES	3 052,24	3 493,32	14,45%	441,08
91.13.20	ATIVIDADES CULTURAIS DIVERSAS	116 442,52	86 018,81	-26,13%	-30 423,71
91.13.21	PALACETE ALVAREZ	29 791,45	27 983,30	-6,07%	-1 808,15
91.13.22	CENTRO INTERPRETATIVO DA GUERRA RESTAURAÇÃO		174,58		174,58
91.13.23	AREA DE SERVIÇO DE AUTOCARAVANISMO		7 337,72		7 337,72
91.14	SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS	-128 086,52	-113 834,74	-11,13%	14 251,78
91.14.01	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-274 857,99	-307 869,31	12,01%	-33 011,32
91.14.02	PROTEÇÃO CIVIL	140 165,22	188 893,18	34,76%	48 727,96
91.14.03	GESTÃO DE TRÂNSITO	6 606,25	5 141,39	-22,17%	-1 464,86
<i>Continua na página seguinte</i>					

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ	Δ
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2022	2023	2022/2023 %	2022/2023 €
	<i>Continuação da página anterior</i>				
91.15	ATIVIDADES DE GESTÃO	1 558 613,88	2 498 143,42	60,28%	939 529,54
91.15.01	UNIDADE DE URBANISMO E OBRAS PARTICULARES	7 765,98	473 893,73	6002,18%	466 127,75
91.15.02	SUBUNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS	82 393,39	284 707,10	245,55%	202 313,71
91.15.03	SUBUNIDADE DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	140 775,94	905 246,21	543,04%	764 470,27
91.15.04	SUBUNIDADE DE PATRIMÓNIO E CULTURA	24 411,62	276 845,76	1034,07%	252 434,14
91.15.05	SUBUNIDADE DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL	29 173,69	314 738,50	978,84%	285 564,81
91.15.06	SUB-UNIDADE DE APOIO SOCIO-ECONOMICO	58,01		-100,00%	-58,01
91.15.07	UNIDADE DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E CONTABILIDADE	194 106,61	237 609,43	22,41%	43 502,82
91.15.08	UNIDADE FINANÇAS, INVEST. E MOD. ADMINISTRATIVA	279 791,25	1 216,92	-99,57%	-278 574,33
91.15.09	UNIDADE JURÍDICA, GESTÃO ADM. E FISCALIZAÇÃO	486 433,89	5 557,82	-98,86%	-480 876,07
91.15.10	UNIDADE PROJ., G. URB. E ORD. DO TERRITÓRIO	230 651,41	-902,15	-100,39%	-231 553,56
91.15.11	UNIDADE DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	76 438,68	-769,90	-101,01%	-77 208,58
91.15.12	UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	6 613,41		-100,00%	-6 613,41
91.16	ATIVIDADES DE GESTÃO GERAL	520 336,77	487 654,35	-6,28%	-32 682,42
91.16.01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	14 357,79	13 636,34	-5,02%	-721,45
91.16.02	CÂMARA MUNICIPAL	330 162,67	348 969,82	5,70%	18 807,15
91.16.03	FREGUESIAS	175 816,31	125 048,19	-28,88%	-50 768,12
91.17	COOPERAÇÃO	121 498,18	119 814,30	-1,39%	-1 683,88
91.17.04	CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS CIMAC	121 498,18	119 814,30	-1,39%	-1 683,88
91.02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	137,80	17 495,74	12596,47%	17 357,94
	TOTAL	4 208 315,19	3 296 788,49	-21,66%	-911 526,70

Para efeitos de complemento à informação anterior importa ainda atender que as GOP, embora respeitem à execução orçamental (e não aos gastos propriamente ditos) são um importante indicador a levar em linha de conta neste aspeto, uma vez que nos indicam a execução por funções.

Assim, no mapa seguinte, apresenta-se a execução das GOP, por funções, nos anos de 2022 e 2023, de forma a ser possível espelhar uma comparação racional entre ambos os períodos.

A execução por funções, nas GOP, em 2023 cifrou-se em cerca de 11 milhões de euros, distribuídos pelas quatro funções existentes em termos de classificação funcional. A variação comparativamente ao período homólogo é de um aumento superior a 1,7 milhões de euros (+19%).

Em 2023, as funções sociais foram as que apresentaram maior despesa, com execução próxima dos 4,5 milhões de euros, assumindo um aumento superior a 41%, i.e., mais de 1,3 milhões de euros face a 2022.

As funções gerais foram as segundas com maior importância, na execução em montante, apresentando em 2023, uma execução superior a 4,67 milhões de euros, com um incremento, face ao período homólogo, próxima dos 325.000 EUR (+7,5%).

As funções económicas apresentaram, no período, a terceira maior execução em montante, cabendo-lhe, em 2023, uma execução próxima superior a 1 milhão de euros, representando um acréscimo, face a 2022 superior a 115.000 EUR (+13%).

As outras funções assumiram a última execução, em valor, cabendo-lhe, em 2023, execução próxima de 763.000 EUR, com uma diminuição, face ao período homólogo, de 1,4%, conforme mapa seguinte.

Mapa 72 - Execução das GOP por função 2022/2023

FUNÇÃO / OBJETIVO		2022	2023	Δ 2022/2023 %	Δ 2022/2023 €
1.	Funções Gerais	4 345 221,75	4 670 089,14	7,48%	324 867,39
1.1.	Serviços gerais de administração pública	4 288 135,39	4 585 424,86	6,93%	297 289,47
1.1.1.	Administração geral	4 288 135,39	4 585 424,86	6,93%	297 289,47
1.2.	Segurança e ordem públicas	57 086,36	84 664,28	48,31%	27 577,92
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	57 086,36	84 664,28	48,31%	27 577,92
2.	Funções Sociais	3 188 077,27	4 497 567,20	41,07%	1 309 489,93
2.1.	Educação	837 315,57	1 059 229,15	26,50%	221 913,58
2.1.1.	Ensino não superior	697 021,82	877 172,22	25,85%	180 150,40
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	140 293,75	182 056,93	29,77%	41 763,18
2.2.	Saúde	53 056,48	124 593,50	134,83%	71 537,02
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	53 056,48	124 593,50	134,83%	71 537,02
2.3.	Segurança e Ação Social	630 332,38	705 951,74	12,00%	75 619,36
2.3.2.	Ação social	630 332,38	705 951,74	12,00%	75 619,36
2.4.	Habituação e serviços coletivos	1 204 075,23	1 900 717,49	57,86%	696 642,26
2.4.2.	Ordenamento do território	78 324,87	40 474,69	-48,32%	-37 850,18
2.4.3.	Saneamento	367 548,92	360 451,36	-1,93%	-7 097,56
2.4.4.	Abastecimento de água	530 681,52	594 600,21	12,04%	63 918,69
2.4.5.	Resíduos sólidos	223 609,55	471 587,95	110,90%	247 978,40
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	3 910,37	433 603,28	10988,55%	429 692,91
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	463 297,61	707 075,32	52,62%	243 777,71
2.5.1.	Cultura	79 138,47	123 776,97	56,41%	44 638,50
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	238 517,69	224 208,22	-6,00%	-14 309,47
2.5.3.	Outras serviços culturais	145 641,45	359 090,13	146,56%	213 448,68
3.	Funções Económicas	889 365,95	1 004 895,93	12,99%	115 529,98
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	73 892,29	84 265,38	14,04%	10 373,09
3.2.	Indústria e energia	170 596,18	171 874,07	0,75%	1 277,89
3.3.	Transportes e comunicações	48 188,66	73 977,97	53,52%	25 789,31
3.3.1.	Transportes rodoviários	48 188,66	73 977,97	53,52%	25 789,31
3.4.	Comércio e turismo	596 688,82	475 248,16	-20,35%	-121 440,66
3.4.1.	Mercados e feiras	2 306,12	2 167,79	-6,00%	-138,33
3.4.2.	Turismo	594 382,70	473 080,37	-20,41%	-121 302,33
3.5.	Outras funções económicas		199 530,35		199 530,35
4.	Outras Funções	773 246,15	762 602,65	-1,38%	-10 643,50
4.1.	Operações da dívida autárquica	471 715,94	492 858,66	4,48%	21 142,72
4.2.	Transferências entre administrações	301 530,21	269 743,99	-10,54%	-31 786,22
TOTAL		9 195 911,12	10 935 154,92	18,91%	1 739 243,80

VIII. FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam naquela data, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à mesma data com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Após a data de relato, o Município foi informado de 2 situações referentes ao ano de 2023 que não foi possível considerar neste documento, nomeadamente o encerramento dos projetos “Combate à Vespa Velutina” e “Programa Intermunicipal de Gestão da Privacidade”, por parte da CIMAC. No entanto, atendendo aos montantes envolvidos respeitantes ao Município (montante total ligeiramente superior a 10.000 EUR) consideramos que a referida informação não tem impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2023, no montante de **-1.516.120,47 EUR**, seja transferido para a conta “561 - Resultados Transitados - períodos anteriores”, nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.